

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.903 • 38 PÁGINAS • R\$ 5,00

Pôster do
campeão

Flamengo
repete a alegria
de ser vencedor



Mauro Pimentel/AFP

Com uma rodada de antecedência, o Flamengo é o campeão brasileiro de 2025. Diante de 63 mil torcedores em um Maracanã festivo, o rubro-negro derrotou o Ceará por 1x0. A conquista de dois títulos importantes — a Libertadores e o Brasileirão — em um intervalo de quatro dias mostrou a força do conjunto da equipe do técnico Filipe Luís. E consagrou Arrascaeta e Bruno Henrique, decisivos para a campanha vitoriosa.

● **A linha do tempo de 2019 a 2025**

STF limita impeachment de ministros. Senado reage

Uma nova crise institucional se estabeleceu entre o Judiciário e o Legislativo. O decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, suspendeu trechos da Lei do Impeachment e determinou que somente a Procuradoria-Geral da República tem competência para pedir o afastamento de integrantes da Suprema Corte. No entendimento de Gilmar Mendes, diversos artigos presentes na lei, de 1950, são incompatíveis com a Constituição Federal de 1988. O ministro considerou que a Lei do Impeachment, ao permitir que qualquer cidadão apresente pedido de abertura de afastamento de ministros do Supremo, deixa o Judiciário vulnerável a interesses político-partidários. O decano do STF questiona, ainda, o trecho que prevê maioria simples, no Senado, para se iniciar um processo de impeachment. Mendes defende que se estabeleça maioria qualificada para esses casos. A decisão do decano precisará ser submetida ao plenário do STF. No Congresso Nacional, a reação foi imediata. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi taxativo na defesa da atual legislação. “Não é razoável que uma lei votada em duas casas legislativas e sancionada pelo presidente da República seja revista por um único ministro do Supremo Tribunal Federal”, disse em plenário. Para o senador, somente o Parlamento tem a prerrogativa de rever conceitos legais, “sob pena de grave ofensa constitucional à separação dos Poderes”.

Valter Campanato/Agência Brasil



PÁGINA 2

Agro quer ambiente seguro

Autoridades, especialistas e representantes do agronegócio ressaltaram a necessidade de se superar a insegurança jurídica presente no setor. Profusão de leis, restrição de crédito e distorções nas recuperações judiciais foram desafios levantados na quinta edição do Brasília Summit, promovido pelo Grupo Lide e pelo **Correio**. Segundo os participantes do evento, os conflitos jurídicos afetam toda a cadeia produtiva e podem causar problemas para as exportações brasileiras, em particular, no quesito sustentabilidade.

FOTOS: Ed Alves/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O custo da ineficiência

Estado burocrático e endividado prejudica o agronegócio, afirma o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes.



Ibaneis Rocha



Luís Felipe Salomão



João Dória



Katia Abreu



Antonio Cabrera



Bruno Lucchi



Paulo Octávio



Patrícia Medeiros



Francisco Matturro



Renato Buranello



Daniel Trento



Samanta Pineda



Guilherme Campos



Ana Amélia

PÁGINA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



CPI a caminho

Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirma ter 116 assinaturas favoráveis a uma investigação no Congresso sobre o caso BRB-Master. PÁGINA 16

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Brasília em alta

Secretário de Turismo, Cristiano Araújo, comemora o aumento de visitantes estrangeiros na capital. E prevê calendário cheio em 2026. PÁGINA 18

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



PNE rumo à aprovação

Ao *Podcast do Correio*, o deputado federal Rafael Brito (MDB-AL) disse que o Plano Nacional de Educação será votado e aprovado na próxima semana. PÁGINA 7



Pioneira no Judiciário

Ministros, entidades de classe e tribunais rendem homenagem a Assusete Magalhães, magistrada de trajetória marcante no STJ, na Justiça Federal e em outras instituições.

Entrevista

Pela liberdade

Advogado Técio Lins e Silva comenta atuação em defesa das garantias individuais e relembra o célebre caso Angela Diniz.

Data Venia

Previdência

Ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes, do STF, vão julgar regra que altera aposentadoria por incapacidade.



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

Freio em impeachment abre crise com Congresso

Em decisão monocrática, ministro Gilmar Mendes concede liminar que torna mais difícil o impedimento de magistrados da Corte. Em reação imediata, o presidente do Parlamento, Davi Alcolumbre, cobra respeito às prerrogativas do Legislativo e fala em represálias

» VINICIUS DORIA

O decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, decidiu de forma monocrática (individual) considerar inconstitucionais alguns pontos da Lei do Impeachment, de 1950, que regulamenta o afastamento de autoridades, incluindo ministros da Corte. No ponto mais polêmico, o magistrado considerou que apenas a Procuradoria-Geral da União (PGR) tem poder constitucional para apresentar denúncia contra ministros do STF por crime de responsabilidade. Um dos artigos da lei prevê que esse tipo de denúncia pode ser feito por “qualquer cidadão”. A decisão do decano provocou reação imediata no Congresso, que ameaça com represálias à Corte. A Advocacia-Geral da União (AGU) também discordou (leia na reportagem ao lado).

A determinação de Gilmar Mendes também altera o quórum mínimo necessário para que o Senado — Casa responsável pelo julgamento de pedidos de impeachment — abra processo de afastamento de ministros. Pela decisão, que vale até o plenário do Supremo julgar o mérito da questão, o processo de impeachment de ministros, para ser aberto, precisa ser apreciado em sessão plenária com quórum mínimo de dois terços (54 dos 81 senadores), em vez de 50% mais um voto (41 senadores).

No caso da abertura de processo, Gilmar também entende que — ao contrário de processo semelhante contra o presidente da República — ministros do STF não podem ser afastados do cargo enquanto a ação estiver em curso. De acordo com parecer da PGR, seguido por Gilmar, como os magistrados não têm substitutos, a ausência de um deles pode prejudicar a rotina de julgamentos da Corte.

Na justificativa, o decano apontou que os conflitos entre a Lei do Impeachment e a Constituição Federal criam “um ambiente de insegurança jurídica” que estimula a apresentação de pedidos de afastamento com única finalidade de “intimidar” o Poder Judiciário.

“A intimidação do Poder Judiciário por meio do impeachment abusivo cria um ambiente de insegurança jurídica, buscando o enfraquecimento desse Poder, o que, ao final, pode abalar a sua capacidade de atuação firme e independente”, escreveu o ministro, em sua decisão.

Imparcialidade

De acordo com Gilmar Mendes, “os juízes, temendo represálias, podem se ver pressionados a adotar posturas mais alinhadas aos interesses políticos momentâneos, em vez de garantirem a interpretação imparcial da Constituição e a preservação dos direitos fundamentais”.

Na avaliação do decano, a facilidade para pedir a abertura de processo de impeachment acaba estimulando a banalização desse “legítimo” instrumento jurídico, que deveria ser excepcional. “É isso que sucede quando se admite, facilmente, o início de um processo para apuração de crime de responsabilidade de membros do Poder Judiciário. Aquilo que era para ser um instrumento legítimo e excepcional de responsabilização, passa a ser utilizado como

ferramenta de intimidação e mitigação das garantias judiciais, submetendo os membros do Poder Judiciário à aprovação de caráter político”, justificou.

Outra preocupação do ministro foi deixar claro, na decisão liminar, que magistrados não podem ser alvo de processo de impeachment com base, apenas, no mérito de suas decisões. Para Mendes, isso configura criminalização da interpretação jurídica. “Não se mostra possível instaurar processo de impeachment contra membros do Poder Judiciário com base – direta ou indireta – no estrito mérito de suas decisões, na medida em que a divergência interpretativa se revela expressão legítima da autonomia judicial e da própria dinâmica constitucional”, argumentou.

A decisão atende parcialmente a duas ações — propostas pelo partido Solidariedade e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) — e será submetida a referendo dos colegas de Corte entre os dias 12 e 19. O julgamento se dará no plenário virtual, em que os magistrados depositam seus votos remotamente no sistema eletrônico do STF.

Bolsonarismo

O impeachment de ministros do STF tem sido, nos últimos anos, um verdadeiro fetiche do bolsonarismo. Desde que foi eleito presidente da República, em 2017, Jair Bolsonaro prega a abertura de processos contra magistrados — em especial, Alexandre de Moraes, relator do processo das fake news e da ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado que culminou nos atos de 8 de janeiro de 2023 — condenado nessa ação, o ex-chefe do Executivo começou a cumprir, na semana passada, a pena de 27 anos de prisão.

Ao longo dos quatro anos em que ocupou o Palácio do Planalto, Bolsonaro defendeu, em palanques em todo o país, que o Senado deveria julgar Moraes por abuso de poder.

A decisão de Gilmar Mendes — que também não conta com a simpatia da ala mais à direita do Parlamento — provocou reações políticas e reacendeu o debate em torno do tema, que havia esfriado desde que o ex-presidente e alguns dos seus principais assessores passaram a ser julgados pela Primeira Turma do Supremo por envolvimento nos atos golpistas.

Quando ascendeu ao poder, o bolsonarismo elegeu o Supremo como um de seus inimigos favoritos. A Corte foi criticada por Jair Bolsonaro e seus seguidores pelas decisões que tomou ao longo do governo dele. Na pandemia, por exemplo, permitiu que os estados adotassem as melhores práticas de combate à covid-19 sem obrigação de seguir a cartilha negacionista do Palácio do Planalto e ainda obrigou o Senado a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades do governo federal na gestão da crise.

Em 2021, o próprio Bolsonaro assinou e apresentou à Mesa do Senado um pedido para abertura de processo de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos das fake news e das milícias digitais, que atingiram em cheio a máquina de propaganda do então presidente. O pedido, porém, não teve a assinatura do advogado-geral da União à época, Bruno Bianco.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A intimidação do Poder Judiciário por meio do impeachment abusivo cria um ambiente de insegurança jurídica, buscando o enfraquecimento desse Poder, o que, ao final, pode abalar a sua capacidade de atuação firme e independente”

Gilmar Mendes, decano do STF

Lula Marques/Agência Brasil



Não é razoável que uma lei votada em duas Casas Legislativas e sancionada pelo presidente da República seja revista pela decisão de um único ministro do Supremo Tribunal Federal. Para tanto, deve ser exigível a decisão colegiada da Corte”

Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso

Limite a decisões isoladas

No mesmo dia em que o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, decidiu limitar poderes do Senado para aprovar impeachment de ministros da Corte, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou, ontem, projeto que limita decisões isoladas de magistrados contra leis aprovadas pelo Congresso.

Como o texto foi aprovado em caráter terminativo na CCJ, o projeto deve ser encaminhado direto ao Senado, sem necessidade de votação no plenário da Câmara.

A proposta aprovada também limita o direito de partidos de recorrerem isoladamente ao STF para derrubarem leis ou decisões do

Poder Executivo. Segundo o texto, só partidos que cumprem critérios de cláusula de barreira poderão propor ações. Esse texto impede que partidos nanicos possam recorrer ao Supremo. O projeto autoriza, no entanto, que legendas que se juntam numa federação possam propor ações judiciais na Corte.

Ontem, o ministro Gilmar Mendes concedeu liminar numa ação judicial proposta pelo Solidariedade e pela Associação dos Magistrados do Brasil para alterar as regras de impeachment de ministros do STF no Senado. Segundo a decisão do decano, o impedimento de magistrados da corte só pode ser aprovado por 2/3 dos senadores.

A regra atual fala em maioria simples, ou seja, metade mais um dos presentes no Senado.

Gilmar também vetou que qualquer cidadão possa apresentar pedido de impeachment de ministro do STF. Essa atribuição passa a ser só do procurador-geral da República.

O projeto aprovado ontem na CCJ foi relatado pelo deputado Alex Manente (Cidadania-SP). O texto trata das regras para apresentação de ações de inconstitucionalidade perante o STF. A matéria estabelece que decisões liminares de um ministro precisam ser imediatamente submetidas ao plenário do tribunal.

Parlamento promete medidas

O Congresso reagiu fortemente à decisão. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), argumentou que a liminar é uma interferência direta em atribuição do Legislativo e afronta o princípio da separação dos Poderes.

Em pronunciamento no plenário, Alcolumbre afirmou que excessos na aplicação da lei não autorizam sua anulação por decisão individual e que apenas o Congresso pode mudar leis.

“Não é razoável que uma lei votada em duas Casas Legislativas e sancionadas pelo presidente da República seja revista pela decisão de um único ministro do Supremo Tribunal Federal. Para tanto, deve ser exigível a decisão colegiada da Corte, instância única e última para se declarar a constitucionalidade ou não de uma lei vigente”, enfatizou.

Ele sustentou que a medida fragiliza o Legislativo. “Igualmente relevante é reconhecer que as prerrogativas do Poder Legislativo são conquistas históricas e fundamentais para a sociedade, e que eventual frustração desses direitos sempre merecerá pronta afirmação aqui no Senado Federal, instância legítima de defesa dessas garantias”, disse.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também repudiou a decisão de Gilmar Mendes. “Ora, se o mais alto mandatário da nação pode ser pedido o impeachment por qualquer cidadão, não me parece republicano, não é constitucional que alguma outra autoridade tenha que ter um foro especial”, declarou.

Na oposição, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) chamou a determinação de arbitrária. “Essa decisão é ilegal, inconstitucional. Simplesmente retira o poder do povo de protocolar processo de impeachment de ministro Supremo. O mesmo poder que o povo tem para fazer contra o presidente da República agora foi retirado em relação ao ministro Supremo. Mais uma coisa arbitrária e ilegal”, afirmou.

AGU se manifesta

A Advocacia-Geral da União também reagiu. Protocolou uma manifestação no STF pedindo que Gilmar Mendes reconsidere a decisão. O documento solicita ao decano que suspenda a medida cautelar até que o plenário julgue as ações que embasaram a decisão dele, propostas pelo Solidariedade e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A sessão virtual será aberta dia 12.

A AGU defende a legitimidade de qualquer cidadão apresentar denúncias por crime de responsabilidade contra ministros do Supremo. “O controle do exercício do poder pelos cidadãos decorre da soberania popular inscrita no artigo 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, ao estatuir que: todo o poder emana do povo”, afirma o órgão.

A manifestação ressalta que já existem mecanismos jurídico-políticos internos do Senado Federal aptos a filtrar a admissibilidade de denúncias de autoria popular, o que afasta o risco de instauração de processos sem justa causa. **(Wal Lima, Alícia Bernardes, Vanilson Oliveira e Iago Mac Cord)**

PODER/ Relator do projeto no Senado, Vieira resgata pontos do texto original enviado pelo Executivo e descaracterizado na Câmara

Antifacção agrada ao governo

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado marcou para a próxima quarta-feira a votação do Projeto de Lei Antifacção. O texto foi apresentado, ontem, pelo relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), e recupera pontos originais do projeto enviado pelo governo, mas alterado pela Câmara.

Vieira afirmou que seu parecer recupera pontos defendidos pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal que haviam sido excluídos pelos deputados. Nos últimos dias, ele intensificou o diálogo com órgãos de segurança e acolheu diversas sugestões técnicas para reforçar os instrumentos de combate às organizações criminosas.

Entre as principais mudanças, o texto abandona a criação de uma legislação e opta por atualizar a Lei das Organizações Criminosas. O relator estabelece penas mais duras para integrantes e líderes de facções e milícias, que poderão chegar a 60 anos de prisão — com possibilidade de agravar para até 120 anos em casos que envolvam uso de explosivos, recrutamento de menores ou infiltração no poder público.

Outra medida prevista é a obrigatoriedade de que chefes dessas facções cumpram pena em presídios federais de segurança máxima, com monitoramento permanente de comunicações. O relatório também propõe o fim das visitas íntimas para integrantes das organizações — ponto defendido por especialistas em enfrentamento ao crime — e retoma a diferenciação jurídica entre facções e milícias.

Para estruturar o financiamento das ações de combate à criminalidade, o parecer cria um

tributo sobre plataformas de apostas on-line. A alíquota será de 15% sobre transferências realizadas por pessoas físicas às casas de apostas, com arrecadação destinada a fundos federais de segurança pública e do sistema penitenciário. A expectativa do relator é de que os recursos possam alcançar até R\$ 30 bilhões anuais.

Além disso, Vieira removeu trechos considerados inconstitucionais por órgãos técnicos, como o fim do auxílio-reclusão, que provocou controvérsia desde a tramitação na Câmara.

Sem brechas

O senador ressalta que a reformulação busca combinar “rigor penal com coerência jurídica” e evitar brechas que poderiam enfraquecer a repressão ao crime organizado. “É uma legislação estruturante, que fortalece o Estado no enfrentamento a facções e milícias, com respeito à Constituição”, afirmou.

Parlamentares da oposição e do governo indicam que a tendência é de aprovação do parecer na próxima semana, mas admitem que o tema ainda pode provocar ajustes durante a votação. O PL Antifacção é tratado como um dos principais projetos da agenda de segurança pública neste fim de ano legislativo, com expectativa de rápida tramitação no plenário do Senado caso avance na CCJ.

A proposta ganhou prioridade no Congresso diante do avanço de facções e milícias em diferentes regiões do país. Segundo senadores governistas e independentes, o relatório busca corrigir distorções e dar segurança jurídica ao conjunto de medidas que terá impacto direto na legislação penal e no sistema prisional.

Andressa Anholetre/Agência Senado



Vieira: “É uma legislação estruturante, que fortalece o Estado no enfrentamento a facções e milícias, com respeito à Constituição”

Principais mudanças

Veja o que foi alterado no texto de Vieira em relação ao de Derrite

TIPOS PENAS

Como estava no texto de Derrite

O projeto aprovado na Câmara cria os crimes de “domínio social estruturado” e de “favorecimento ao domínio social estruturado”, com pena mínima de 20 a 40 anos de prisão. O crime de favorecimento tem pena de 12 a 20 anos.

Como ficou no texto de Vieira

Foi criado o tipo penal de “facção criminosa” e “facção criminosa qualificada”, com pena de 15 a 30 anos de prisão no caso de facção criminosa, e possibilidade de aumento de pena no dobro para o comandante, e outros agravantes que podem aumentar a pena em dois terços. A milícia privada pode ser classificada como facção criminosa e como organização criminosa. O crime de

favorecimento passou a ter pena de 8 a 15 anos de prisão, com a ressalva de que não há crime se o fato é cometido sob coação moral ou física irresistível.

FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Texto de Derrite

Bens apreendidos seriam destinados ao Fundo de Segurança Pública do respectivo Estado ou ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), caso a Polícia Federal participe da operação

Texto de Vieira

Foi criado um tributo que destina recursos de bets para o financiamento da prevenção e repressão ao crime organizado no Brasil. O Poder Executivo tem seis meses para propor a reestruturação dos fundos nacionais de segurança pública

AUXÍLIO RECLUSÃO E DIREITO AO VOTO

Texto de Derrite

Depois da aprovação do texto, a pedido do Novo, a Câmara incluiu um trecho que veda a concessão de auxílio-reclusão aos dependentes de membros de organização criminosa ultraviolenta e restringe o direito ao voto a presos provisórios.

Texto de Vieira

Os dispositivos que vedavam o auxílio-reclusão e limitavam o direito ao voto foram retirados por se tratar de questão que só poderia ser alterada por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), e não por um projeto de lei.

USO DE TECNOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO

Texto de Derrite

A proposta permite que sejam

monitoradas comunicações entre presos provisórios ou condenados vinculados a organização criminosa ultraviolenta e advogados. O conteúdo desse monitoramento pode ser autorizado quando “houver razões fundadas de conluio criminoso reconhecidas judicialmente”.

Texto de Vieira

Esses tipos de encontro poderão ser monitorados após autorização judicial. Para isso, é preciso haver “fundadas suspeitas de conluio criminoso”. O juiz comunicará a decisão ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante ofício sigiloso. Além disso, também mediante ordem judicial, será possível usar softwares de intrusão, como spywares, para interceptar comunicações e obter dados contra organizações criminosas ultraviolentas ou milícias.

Elogios de Lewandowski

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou, ontem, que o novo texto do PL Antifacção apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da proposta, mostrou um “grande avanço do ponto de vista técnico” e está “altamente satisfatório”.

Lewandowski afirmou que Vieira compreendeu perfeitamente a problemática das facções criminosas e que o Executivo, Legislativo, Judiciário e a sociedade brasileira têm que enfrentá-la conjuntamente. “O projeto tem um elevadíssimo nível técnico, incorporou grande parte das nossas sugestões”, acrescentou.

Ele afirmou ter certeza de que o texto será muito bem acolhido pela Câmara dos Deputados porque satisfaz não apenas aos desígnios do Executivo, mas atende também ao anseio dos parlamentares, de o Brasil ser dotado de instrumentos mais eficazes para o combate às facções criminosas.

O ministro classificou como engenhosa a proposta de criação de um fundo para combate ao crime com taxação de bets e disse que permitirá ter mais recursos à disposição.

Também pontuou que o parecer evitou a possibilidade de se criar um terceiro texto legal que se sobrepusesse aos códigos já existentes, e elogiou a retomada da tipificação das facções criminosas.

“O primeiro impulso do governo federal foi dar um tratamento jurídico para esse novo fenômeno, que é o fenômeno das facções criminosas. Então, nesse sentido, eu acho que o senador está de parabéns e sua equipe também, porque até melhorou o nosso texto”, disse o ministro, que também celebrou o trecho sobre descapitalização das facções criminosas.

Lewandowski ponderou que houve um aumento de penas e um endurecimento da progressão de regime, mas disse que isso está dentro da discricionariedade do Poder Legislativo. Afirmou que o governo pode “até ter alguma opinião contrária em relação a um ponto ou outro”, mas que basicamente está de acordo com o relatório.

“Positivo”

O secretário-executivo do MJSP e braço-direito de Lewandowski,

Manoel Carlos de Almeida Neto, disse ver a versão do Senado como um aprimoramento “altamente positivo e técnico”. Ele afirmou estar satisfeito com o que avalia ser a manutenção do espírito concebido dentro do ministério. “É um filho que nasceu aqui no governo e agora pertence ao Congresso Nacional e à sociedade”, ressaltou.

Almeida Neto elogiou a retomada da criação do novo tipo penal de facção criminosa no “marco normativo adequado”, em referência à Lei de Organizações Criminosas, e à equiparação de facções e milícias, que no texto de Derrite tinham tratamento menos duro.

Integrantes do governo Lula vinham se queixando do que consideravam ser um risco de “caos jurídico” com a eventual sobreposição de leis já existentes com o arcabouço legal previsto no texto da Câmara, o que poderia beneficiar criminosos. A versão de Vieira, por sua vez, segue a linha do MJSP e altera o Código Penal, o Código Processual Penal, a Lei de Execuções Penais, a Lei de Crimes Hediondos e a Lei de Lavagem de Dinheiro.

José Cruz/Agência Brasil



Lewandowski se disse satisfeito com texto: “Grande avanço do ponto de vista técnico”

preocupações à PEC da Segurança Pública, relatada pelo deputado federal Mendonça Filho (União-PE). O assunto está sendo acompanhado pelo secretário de Assuntos Legislativos do MJ, que diz ter receio de que pontos alheios ao objetivo da proposta sejam incluídos, como a redução da maioria penal.

Mendonça Filho adiou para a próxima semana uma reunião com líderes para debater a proposta, a pedido do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para amadurecer o texto. A PEC se encaminha para ser palco da nova batalha entre esquerda e direita no Congresso.

Na terça-feira, os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União), criticaram a versão enviada pelo governo, como vêm fazendo desde o começo. As queixas recaem sobre uma suposta invasão de atribuições da PF sobre as polícias estaduais, ainda que o Palácio do Planalto tenha alterado o texto para deixar explícita a manutenção da autonomia dos estados.

“Além disso, mantém incólumes as competências e os fundos da Polícia Federal, bem como incorpora outras inovações originalmente propostas pelo MJSP, de asfixia financeira ao crime com célebre perdimento de bens, intervenções em empresas vinculadas às facções, bancos de dados, monitoramento

de presos, afastamento de servidores, aumento de penas, entre outras inovações legislativas apresentadas pelo MJSP”, afirma Almeida Neto.

PEC da Segurança

Articuladores políticos do governo Lula agora voltam suas

Senado aprova MP do Licenciamento Ambiental Especial

O Senado aprovou, ontem, o projeto da Medida Provisória do Licenciamento Ambiental Especial (MP 1308), destinada a atividades ou empreendimentos “estratégicos”. O texto foi avalizado pelos parlamentares em poucos minutos, tal como saiu da Câmara, e agora segue para sanção.

A MP foi encaminhada pelo governo federal no dia em que foram vetados trechos da nova lei geral do licenciamento ambiental, que flexibilizou regras para o procedimento. Na semana passada, o Congresso Nacional derrubou 52 vetos

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao texto, mantendo somente aqueles que tratavam da LAE, justamente em razão de o tema ser debatido na MP 1308.

O relatório aprovado afasta, nos termos propostos pelo Planalto, o processo monofásico, que visava ao licenciamento em fase única — possibilidade que foi aventada na nova lei geral sobre o tema e acabou vetada. Assim, o procedimento seguirá a dinâmica trifásica: de licenças prévia, de instalação e de operação. Segundo a proposta, os procedimentos “estratégicos” serão

definidos pelo Conselho de Governo da Presidência da República.

O texto exige estudo prévio de impacto ambiental — EIA e respectivo relatório de impacto ambiental — Rima (EIA/Rima), conforme TR definido pela autoridade licenciadora, como requisitos para a emissão da licença ambiental especial. Segundo o deputado Zé Vitor (PL-MG), que relatou o projeto na comissão especial e na Câmara, o efeito prático da mudança é a aplicação da LAE “apenas para projetos de significativo impacto ambiental, tendo em vista que não se



A MP foi feita para políticos e empresários lucrarem com grandes obras e sem estudos técnicos de impacto ambiental”

Trecho da nota do Greenpeace

exige EIA/Rima para casos de menor impacto associado”.

“A medida tende a contribuir para que o procedimento especial não seja banalizado, concentrando-se, portanto, nos projetos estratégicos e de maior impacto, que demandam uma avaliação rigorosa e célere”, argumentou o deputado.

O conteúdo aprovado pelos senadores ainda estabelece como “estratégicas” as obras de reconstrução e repavimentação de rodovias preexistentes “cujos trechos representem conexões estratégicas, relevantes na perspectiva da

segurança nacional”.

Reação

Em nota, o Greenpeace Brasil classificou o LAE como “perigoso” e argumentou que a MP foi aprovada “a toque de caixa”. “A MP 1308/25 foi feita para políticos e empresários lucrarem com grandes obras e sem que os estudos técnicos de impacto ambiental e o interesse público tenham sido resguardados”, registrou a especialista em Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, Gabriela Nepomuceno.

OPERAÇÃO

PF prende presidente da Assembleia do Rio

O deputado é acusado de vazar informações que beneficiaram TH Joias

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União), foi preso na manhã de ontem, durante a “Operação Unha e Carne” da Polícia Federal (PF). Ele é suspeito de vazar informações sigilosas da “Operação Zargun”, que prendeu, em setembro, o então deputado estadual Thiego Raimundo dos Santos Silva, conhecido como TH Joias, acusado de ligação com o Comando Vermelho (CV).

Bacellar foi preso em casa, no condomínio de luxo, localizado na Barra da Tijuca, Zona Sul do Rio. De acordo com as investigações, o presidente da Alerj e TH eram muitos próximos e existem evidências de vazamento de informações. A operação foi batizada de “Unha e Carne”, exatamente por conta dessa ligação tão próxima entre os dois. O presidente da Alerj é um dos políticos mais importantes do Rio de Janeiro e era considerado o possível sucessor do governador Cláudio Castro (PL), que deve se afastar para concorrer ao Senado Federal.

De acordo com as investigações da PF, Bacellar havia se comunicado com TH Joias horas antes da operação, orientando-o a se desfazer de objetos que o pudessem comprometer ou incriminar. Quando a polícia chegou ao local, o deputado não se encontrava, sendo preso em outro endereço. Em um dos trechos da representação da Polícia Federal, eles afirmam que “o deputado estadual Rodrigo Bacellar, presidente da Alerj, toma ciência prévia da ação policial, conversa com o principal alvo de tal ação e ainda o orienta sobre a retirada de objetos de interesse da perseguição da residência”.

Com a apreensão do celular de TH Joias e também do acesso ao sistema de monitoramento do condomínio e da casa do acusado, a polícia conseguiu provas para justificar a prisão do presidente da Alerj. Um software de última geração foi usado para analisar as imagens, capaz de identificar uma infinidade de ações e atividades, sem a necessidade de um operador

Reprodução/Redes sociais



Presidente da Alerj teria vazado informações da operação Zargun, que prendeu, em setembro, o deputado

analisando imagem por imagem.

A PF afirmou que a participação de Bacellar corroborou diretamente com o insucesso da “Operação Zargun”. “A materialidade dos crimes e os robustos indícios de sua autoria estão inequivocamente comprovados pelas informações obtidas por meio da análise do CFTV e registros de entrada do Condomínio Mansões, bem como do conteúdo do aparelho celular apreendido sob a posse de TH Joias, os quais denotam que a atuação de Rodrigo Bacellar teve o condão de frustrar o sucesso da operação policial na apreensão de bens de interesse das investigações subseqüentes”, declarou a PF.

Outro trecho do documento diz que TH Joias enviou imagens do sistema de segurança de sua residência para Bacellar, além de compartilhar o número de contato sua advogada. ‘No dia da operação, mais precisamente às 06:03h, a gravidade das interações vai além: TH envia para Bacellar a foto de um celular contendo as imagens do sistema de segurança

do imóvel objeto da busca, com a equipe policial desta Polícia Federal em seu interior, além de compartilhar com ele o telefone de sua advogada.’

TH Joias foi preso em setembro, por tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro. Ele ainda é acusado de negociar equipamentos antidrones e armas de alto poder destrutivo, como fuzis, com o crime organizado. A PF confirmou ainda ligações do deputado com um delegado federal, policiais militares, entre outros agentes públicos. Logo após a operação policial, o partido MDB o expulsou da legenda.

Foram cumpridos um mandado de prisão preventiva e oito de busca e apreensão. A PF também cumpriu um mandado de medidas cautelares, que foi expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O **Correio** entrou em contato com o gabinete de Rodrigo Bacellar, mas não obteve êxito.

A ação policial faz parte de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF

635/RJ, conhecida como a “ADPF das Favelas”, que estabelece que a PF conduza investigações detalhadas para apurar a atuação de grupos criminosos em atividade no Rio de Janeiro. Além de mapear a estrutura dessas organizações, o mandato do STF exige que a PF investigue suas conexões com agentes públicos, visando combater a corrupção e a infiltração institucional.

Na decisão que prendeu Bacellar, assinada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, ele afirmou que as organizações criminosas vão além da disputa por territórios, eles também estão infiltrados em grupos políticos. “Uma das principais características das organizações criminosas atuantes no estado do Rio de Janeiro, além do domínio territorial mediante uso da força, e da capacidade de corromper agentes públicos e políticos em escala, é a infiltração política que tais grupos alcançaram nos últimos anos, seja na esfera municipal, estadual ou federal”, argumentou.

REELEIÇÃO

TCU reconduz Vital do Rêgo ao cargo

» IAGO MAC CORD

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) reelegeram, ontem, por unanimidade, o presidente Vital do Rêgo para exercer um mandato de mais um ano à frente da Corte de Contas. Na mesma sessão plenária, o ministro Jorge Oliveira foi reeleito para o cargo de vice-presidente.

A posse dos reeleitos ocorreu imediatamente após a votação, na mesma sessão do TCU. O novo período de exercício do mandato começa em 1º de janeiro do ano que vem. Em seu discurso de posse, Vital do Rêgo agradeceu o apoio “unânime” dos colegas.

“Receber essa aprovação unânime certamente nos dá uma responsabilidade cada vez maior em cumprir expectativas que os senhores tiveram sobre nós e renovam agora”, disse. Ele também ressaltou o apoio que recebe de seu vice e dos membros e servidores do Tribunal.

A sessão de coleta e apuração dos votos foi presidida pelo ministro Benjamin Zymler e estavam presentes a procuradora-geral do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), Cristina Machado, e os ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Walton Alencar Rodrigues, além dos ministros-substitutos Augusto Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Em seu perfil no Instagram, o presidente reeleito afirmou que “com a graça de Deus e a confiança

AntonioLeal/TCU



Em seu discurso de posse, Vital do Rêgo agradeceu o apoio unânime dos colegas do TCU

unânime de meus colegas ministros, fui hoje reconduzido à Presidência do TCU para a gestão de 2026”.

“É o reconhecimento de um modelo de trabalho pautado pela participação cidadã, pelo diálogo com instituições de todas as esferas do poder público e pela valorização dos servidores”.

O TCU é um órgão de controle externo que fiscaliza a gestão de

recursos públicos federais em nome do Congresso Nacional.

Os ministros

Natural de Campina Grande, na Paraíba, Vital do Rêgo é formado em medicina pela Universidade Federal da Paraíba e em direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Antes de integrar o TCU, após indicação do Senado Federal

em 2014, exerceu diversos cargos políticos, tendo sido vereador, deputado estadual e federal, além de senador da República.

Jorge Oliveira, por sua vez, é natural do Rio de Janeiro. Bacharel em direito e em administração de segurança pública, possui especializações em direito público e ciências políticas. Ele foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Gilmar Mendes blinda ministros do Supremo e provoca forte reação do Congresso

A decisão monocrática de Gilmar Mendes, que restringe à Procuradoria-Geral da República a legitimidade para apresentar denúncias por crimes de responsabilidade contra ministros do Supremo Tribunal Federal, não é um episódio isolado. Ela se inscreve numa longa trajetória de expansão da autoridade judicial sobre o sistema político. Esse fenômeno foi analisado pelo falecido sociólogo Luiz Werneck Vianna, que identificou, desde os anos 1990, a formação de um novo canal de organização política da sociedade no qual o Direito não apenas regula conflitos, mas ocupa, historicamente, funções que em outros países caberiam aos partidos, ao parlamento e à sociedade civil organizada.

Em *Corpo e alma da magistratura brasileira* (1997) e *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (1999), Werneck demonstrou que a Constituição de 1988 ampliou competências do Judiciário, criou direitos e estabeleceu mecanismos de controle que transferiram para as cortes superiores uma porção crescente da vida pública. O STF deixou de ser um intérprete final da Constituição para se tornar um ator político estruturante, responsável por arbitrar desde políticas públicas até conflitos federativos, temas morais e impasses institucionais.

A decisão de Gilmar Mendes de ontem reforça essa tendência, que se aprofundou nas últimas décadas: o Judiciário decide sobre os limites de sua própria responsabilização e condiciona o funcionamento dos demais Poderes. O ministro atendeu ao pedido do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, para quem a abertura indiscriminada de pedidos de impeachment contra ministros poderia se transformar em mecanismo de intimidação, gerar insegurança jurídica e constranger a independência dos juízes. Ou seja, monopolizou os pedidos.

Sim, há uma preocupação real com a crescente hostilidade dirigida ao STF por grupos organizados, em especial após 2013, a Lava Jato e os episódios golpistas de 2022, que agora reverbera no Congresso. É anabolizada por deputados e senadores de oposição. Do ponto de vista institucional, porém, se a decisão reafirma a autoridade do Supremo como guardião da ordem constitucional, por outro lado, reinterpreta normas existentes e restringe mecanismos de accountability. A expressão em inglês, conceitualmente, vai além da responsabilidade, abrange a obrigação de prestar contas, agir com transparência e ser corresponsável por resultados.

É por isso que a reação do Congresso foi imediata. Seu presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), classificou a decisão como tentativa de “usurpar prerrogativas do Legislativo”, em colisão com o princípio da separação dos poderes. Senadores como Eduardo Braga (MDB-AM), aliado do governo, e Rogério Marinho (PL-RJ), líder de oposição, ampliaram as críticas e alertaram para o risco de crise institucional. A lei que permitia aos cidadãos e parlamentares denunciarem ministros é de 1950; por isso, a nova interpretação provocou o incômodo do Parlamento diante da reconfiguração do equilíbrio entre os Poderes, com decisões judiciais que se sobrepõem ao processo legislativo.

Duas éticas

Werneck Vianna antecipou esse tipo de conflito ao analisar a “despolíticação da política”: o esvaziamento das instâncias tradicionais de deliberação e a migração contínua de demandas sociais para o campo judicial. Quanto mais frágil o sistema partidário e mais incapaz o Legislativo de formular consensos duráveis, maior o espaço aberto para o Judiciário assumir funções decisórias. Essa sobrecarga funcional gera, inevitavelmente, tensões. O que vemos agora é o Legislativo tentando recuperar um território que, na prática, cedeu ao Judiciário ao longo de mais de três décadas, por omissão em relação à legislação complementar à Constituição de 1988.

O caso atual envolve o próprio STF. Ao exigir que apenas o procurador-geral da República possa denunciar ministros e ao elevar para dois terços o quórum de abertura de processo, a Corte endurece as barreiras contra iniciativas politicamente motivadas — mas também reforça a percepção de que age em defesa de si mesma. A legitimidade do Judiciário repousa, em boa medida, na sua capacidade de preservar o caráter republicano de suas decisões. Quando juízes parecem reinterpretar a lei para autoproteção, acabam por tensionar sua própria autoridade democrática. É o que estamos vendo.

Na verdade, esse processo é ambivalente: a judicialização tem aspectos positivos, como a defesa de direitos e o controle de abusos, porém, produz assimetrias políticas que podem fragilizar a representação popular. No contexto de muitas decisões polêmicas, como a de impor sigilo absoluto ao caso do Banco Master, o que já era visto como excesso de poder judicial tende a se intensificar e alimentar a insatisfação de setores do Congresso que veem no STF não apenas um árbitro, mas um protagonista político, capaz de redefinir as regras do jogo político sem negociação interinstitucional.

Polarização, impeachments, prisões de ex-presidentes e mobilizações antidemocráticas, a tensão entre os poderes é um caldeirão efervescente. Desnuda o conflito permanente entre as dimensões republicana (regras, controles, impessoalidade) e democrática (participação, representação) na política brasileira, entre a ética da responsabilidade e a ética das convicções, fricção permanente da democracia.

**TERRA DE
OPORTUNIDADES
QUE CRESCE
SEM PARAR.
E o nosso orgulho
cresce junto.**

Conheça novas
possibilidades.



@Banco do Nordeste
f i y i n

Para cada **brasileiro**,
**o NORDESTE
INTEIRO.**

Há 73 anos, o Banco do Nordeste transforma
a região no campo e na cidade, investindo em
inovação, infraestrutura e sustentabilidade, para
que o Nordeste mostre suas forças cada vez mais.



Banco do
Nordeste



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Foi precaução

Quem conversou no reservado com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) recentemente acredita que a decisão de Gilmar veio sob encomenda para obrigar o Senado a regulamentar o impeachment antes das eleições. É que, há meses, os ministros do STF têm a seguinte preocupação: se a direita radical tiver maioria no Senado, pouco a pouco os 81 pedidos de impeachment contra ministros do STF vão sair da gaveta.

Candidatura queimada

Ainda que o presidente Lula não consiga os votos para aprovar o seu indicado para o Supremo Tribunal Federal, ele não indicará o senador Rodrigo Pacheco. Seria ceder demais ao Senado. Se não for Messias, será outro lulista de carteirinha.

O côro do agro

No 5º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense**, sobre segurança jurídica no agro, a ex-ministra da Agricultura Katia Abreu e outros foram firmes em defesa da queda de juro, com críticas à gestão de Gabriel Galípolo no Banco Central. Kátia chegou a dizer que se arrependeu de ter apoiado a independência do BC. “Esses juros nunca deveriam ter chegado a 15%. E por que não se pode cobrar o Banco Central? Podemos cobrar, sim. Lá não é a Santa Sé, nem a Bíblia, que não pode ser mudada”, afirmou, com aplausos efusivos da plateia de empresários.

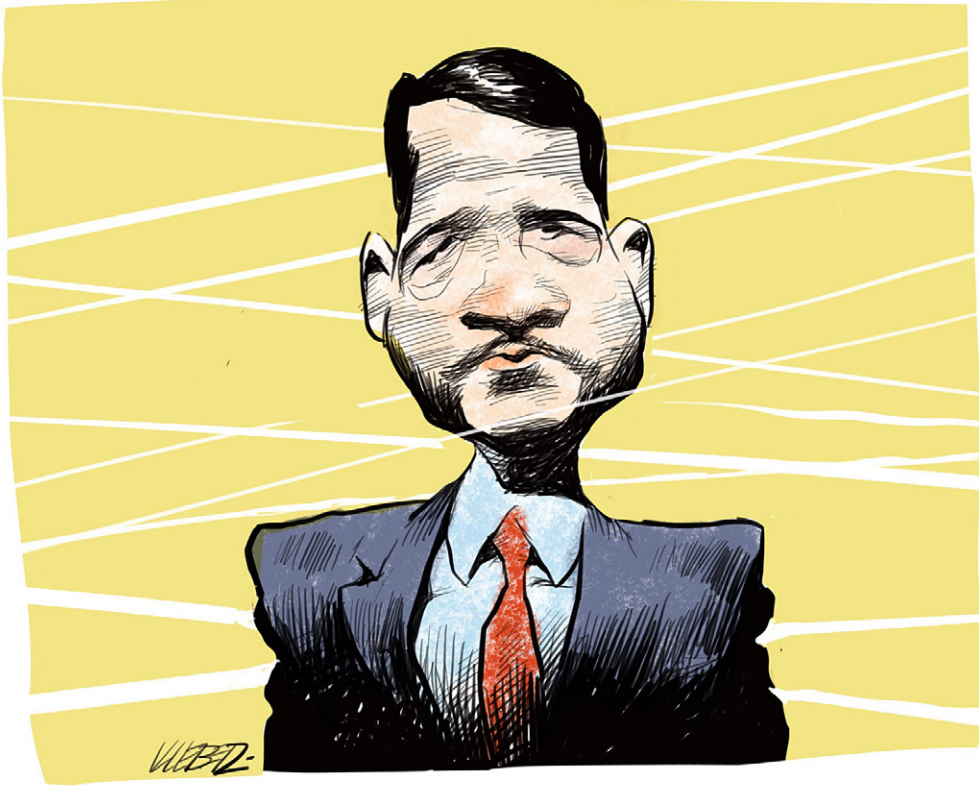
Dois olhares

O fato de o ministro Dias Toffoli, do STF, ter puxado para si as investigações envolvendo Daniel Vercara, dono do banco Master acusado de fraudes financeiras, deixou a Faria Lima sentindo cheiro de que há alguém a ser protegido. Toffoli, porém, considera que, se for para dirigir as investigações contra quem tem prerrogativa de função, é caso para tramitar no STF.

Veto certo

O Congresso pretende colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 a obrigação de liberar, pelo menos, 65% das emendas. Quem conhece como esse sistema funciona garante que é um dispositivo a ser vetado pelo presidente Lula.

Com STF exposto, governo tenta salvar Messias de “bala perdida”



A decisão monocrática do ministro decano do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que torna os pedidos de impeachment de ministros da Suprema Corte como prerrogativa da Procuradoria-Geral da República, foi considerada por muitos senadores como o terceiro ato de um embate entre os Poderes, reacquecido desde que o presidente Lula insistiu na nomeação de Jorge Messias para o STF. A avaliação de muitos políticos é a de que “embolou geral” e, nesse emaranhado de desconfianças, entreveros e notas duras por parte do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, vem por aí nova legislação para “enquadrar” o Supremo, algo que estava represado, e, de quebra, tornará mais difícil o caminho de Messias.

» » » » »

Tire-me dessa/ O esforço do governo daqui para frente será no sentido de tentar tirar Messias desse fogo cruzado. A atitude do líder do governo no Congresso, Randolfé Rodrigues, de se colocar contrário à decisão de Gilmar Mendes, foi lida entre os senadores como um gesto a fim de tentar tirar o Poder Executivo desse embate entre STF e o Senado. O problema é que não se vê, no horizonte, clima para a recomposição das relações. Para completar, o próprio Messias, advogado geral da União, pediu que Gilmar reconsidere sua decisão sobre o impeachment. É para Messias sair dessa história como o grande salvador do Senado.

CURTIDAS

Quem ganha/ Com a prisão do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Rodrigo Bacellar (União), o cenário eleitoral fluminense volta à estaca zero à direita do prefeito Eduardo Paes (PSD). Já tem gente apostando na vitória de Paes por WO.

Positividade/ No 5º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense**, muitos ressaltaram que os fóruns do Lide mundo afora têm ajudado a falar bem do Brasil a representantes dos mais diversos setores. O head do Lide Agro, Francisco Matturo, apresentou os dados levados aos fóruns de Roma e Paris, no mês passado: “Em 20 anos, começamos a produzir cada dia mais na segunda safra, eles (os europeus) ficaram boquiabertos com isso”, disse Matturo. O ex-ministro da Agricultura Antonio Cabrera, no mesmo evento, contou um fato que deixa o mundo boquiaberto: “Fui a um plantio de soja no Rio Grande do Sul e, no dia seguinte, segui para Boa Vista (RR), onde participei de uma colheita de soja. Em que país do mundo isso é possível?”

Fauna diversa.../ Na apresentação do estudo da FGV sobre a riqueza gerada pelas empresas nacionais, encomendado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), chamou atenção o convívio harmônico de representantes do alto escalão do mundo empresarial com quase 40 autoridades políticas de diversos estados e partidos. Na CasaParlamento, do think-tank Esfera, local do evento, circularam políticos do PT ao PL, em sintonia com o empresariado.

...e diálogo necessário/ Um empresário paulista de respeitado calibre presente à cerimônia destacou que essa interação precisa ser “normalizada” e é fundamental para que a pauta da prosperidade avance no país. “Num passado próximo, empresários preferiam manter distância, mas isso não faz mais sentido. É aqui em Brasília que as principais decisões são tomadas. Precisamos participar mais ativamente da formulação das políticas públicas de que precisamos”, reiterou, pedindo para ficar no anonimato.

CONGRESSO/ Relator Luiz Gastão (PSD-CE) propõe unificar textos e marcar logo a votação, numa tentativa de garantir que a proposta avance para a Comissão de Constituição e Justiça ainda em 2025

Votação da escala 6x1 é adiada

» DANANDRA ROCHA

A Subcomissão da Escala 6x1 propôs a construção de um texto comum sobre a reforma da jornada de trabalho. Com a ausência da deputada Erika Hilton (PSol-SP), autora da PEC original, o relator Luiz Gastão (PSD-CE) defendeu, ontem, a unificação dos relatórios e a votação já na próxima semana, numa tentativa de garantir que a proposta avance para a CCJ ainda em 2025.

Na reunião, Gastão sugeriu que os parlamentares adotem um movimento conjunto para unificar as diferentes versões do texto. “Eu acho que nós poderíamos conceder vistas coletivas e fazer dentro do relatório de vossa senhoria, juntando a pensada a esse relatório, nós poderíamos já pautar para a semana que vem uma leitura de um relatório comitadamente, incluindo os dois relatórios, fazendo um novo relatório para que esse relatório seja a condição do chamado subscrito de todos os membros”, afirmou.

Ele destacou que a meta é chegar a um consenso que viabilize uma aprovação célere: “Na semana que vem, aprovaremos na comissão e, aprovando nessa comissão, nós teríamos tempo até de subir para a CCJ e aprovar isso ainda esse ano”.

O presidente da Comissão de Trabalho, deputado Léo Prates (PDT-BA), apoiou o movimento de convergência e reforçou o compromisso de submeter sua própria proposta às decisões coletivas. “Se Vossa Excelência conseguir construir, eu me comprometo a construir um consenso dessa comissão”, disse. Prates destacou que só retirará seu relatório se houver acordo total: “Volto a dizer: não é maioria. Consenso. Relatório consensuado nesta comissão”.

Segundo ele, ainda que o ano termine sem uma conclusão definitiva, o processo de votação será iniciado. “Eu não gostaria de terminar o ano sem me posicionar”, afirmou.

A versão inicial da PEC 8/2025, apresentada por Erika Hilton, propunha uma mudança profunda no regime de trabalho: a Constituição passaria a garantir uma jornada máxima de oito horas por dia e 36 horas por semana, com a adoção de um modelo de quatro dias trabalhados e três, de descanso, sem qualquer impacto na remuneração. A iniciativa buscava encerrar a escala 6x1 e reposicionar o padrão de carga horária no país.

O relator da subcomissão, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), no entanto, avaliou que uma transição tão brusca poderia desorganizar setores produtivos, sobretudo pequenas e médias empresas. Em seu parecer, ele apontou riscos, como queda de produção, perda de eficiência e aumento do desemprego caso a redução fosse implementada de imediato. Gastão argumentou que o ambiente econômico atual exige cautela e medidas que estimulem, e não pressionem, o mercado de trabalho.

Diante disso, o relatório apresentado ontem propõe uma mudança mais moderada e escalonada. A jornada deixaria de ser de 44 horas semanais para chegar a 40 horas apenas após três anos, com reduções anuais sucessivas: primeiro para 42 horas, depois 41, e por fim 40 horas.

Segundo o relator, o modelo busca equilibrar a demanda por mais tempo livre com a capacidade de adaptação das empresas. Ele reiterou que o processo deve ocorrer sem qualquer corte salarial, garantindo a preservação do poder de compra dos trabalhadores.

Além da redução progressiva, o parecer sugere que o país estabeleça uma estratégia de longo prazo. A subcomissão defende que, ao longo dos próximos dez anos, sejam definidas políticas para permitir uma migração gradual rumo às 36 horas semanais, patamar previsto no texto original da PEC. Paralelamente, o

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Luiz Gastão (PSD-CE) apresentou o relatório em que defende a redução da jornada de trabalho

deputado propõe que empresas com alta proporção de gastos com folha de pagamento recebam compensações tributárias, com abatimentos que podem chegar a 50% nas contribuições previdenciárias previstas na Lei 8.212. O mecanismo seria aplicado em faixas, conforme o peso da folha no faturamento, e avançaria à medida que a jornada diminuísse.

Vista

A leitura do relatório provocou reações imediatas dentro da subcomissão. Parlamentares pediram vista e defenderam mudanças antes da votação. Entre eles, o deputado Vicentinho (PT-SP) reafirmou que não aceitará recuos quanto ao fim da escala 6x1 e criticou a ideia de conceder subsídios aos empregadores. Para ele, a experiência de empresas brasileiras e de países

como Alemanha e França demonstra que a redução da jornada não compromete a sobrevivência dos negócios e pode, inclusive, aumentar a produtividade. “Eu sei que o argumento dos empresários é sempre muito forte, mas várias empresas no Brasil já trabalham 40 horas semanais, incluindo várias médias e pequenas. E elas não quebraram com isso, mas sim ganharam produtividade”, disse.

A posição do governo foi reafirmada na última terça-feira (2) pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que voltou a criticar o parecer do deputado Luiz Gastão, contrário ao fim da escala 6x1. Gleisi afirmou que o Executivo mantém posição firme pela extinção desse modelo de jornada, destacando que a pauta está diretamente ligada à qualidade de vida dos trabalhadores.

“O governo quer aqui reafirmar aos parlamentares que a nossa posição é de fim da escala 6 por 1. Nós entendemos que tem que ter qualidade de vida na vida dos trabalhadores”, disse a ministra à imprensa.

Ao lado de Gleisi, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, reforçou que o governo foi surpreendido pelo relatório da subcomissão e seguirá atuando pelo fim da escala 6x1, sem redução salarial. “Vamos seguir defendendo essa posição do fim da escala de trabalho 6x1, sem redução do salário, no Parlamento, na sociedade, nas ruas, e dialogar com o conjunto dos parlamentares. É uma pauta aprovada por mais de 70% da população brasileira em todas as pesquisas”, disse.

A expectativa agora é que, na próxima semana, as diferentes contribuições sejam consolidadas em um único relatório.

Aprovado Gás do Povo

A comissão mista que analisou a medida provisória (MPV 1313/2025), que cria o programa Gás do Povo, aprovou, ontem, o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ). O texto incorpora incentivos para a compra de equipamentos de cozimento limpo, estabelece um mecanismo de transparência de preços do gás de cozinha e cria o selo de segurança Gás Legal. A MP precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado até meados de fevereiro para não perder a validade.

O deputado incluiu no texto incentivos à compra de equipamentos de cozimento limpo — como os biodigestores, que produzem gás a partir do lixo orgânico.

“A ideia da disseminação dos biodigestores é para você achar essas alternativas à questão do GLP, especialmente nesses locais mais afastados. Então, se nós queremos combater a pobreza energética, esse é um tema que vai crescer muito no país e a gente vai trabalhar. Entendi que essa medida provisória vai ser uma excelente oportunidade — não só de cumprir o seu papel social, mas também de mostrar que o país, que o Brasil, é capaz de administrar sistemas complexos”, disse o deputado.

Hugo Leal também incluiu no texto da medida um mecanismo de transparência de preços para o gás de cozinha, e a criação do selo de segurança Gás Legal. Essas mudanças atendem a sugestões apresentadas por representantes do setor nas audiências públicas feitas pela comissão. **(Com Agência Senado)**



»Entrevista | **RAFAEL BRITO** | PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA EDUCAÇÃO

A expectativa é que o PLN seja aprovado na semana que vem, com dois anos de atraso, segundo presidente da Frente da Educação

Plano de educação atrasa, mas saldo é positivo

» EDUARDA ESPOSITO
» FERNANDA STRICKLAND

O Podcast do **Correio** entrevistou ontem o deputado e presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Rafael Brito (MDB-AL), que falou sobre as dificuldades enfrentadas para se votar pautas no Congresso Nacional este ano. Entretanto, segundo ele, a educação conseguiu se tornar prioridade das Casas, que aprovaram matérias importantes. Brito comemorou a sanção do Sistema Nacional da Educação (SNE) e comentou sobre o Plano Nacional da Educação (PNE), ainda por ser votado. Confira a entrevista.

O Plano Nacional da Educação está atrasado. Qual a previsão para a votação na Câmara?

Nós tínhamos uma previsão de votar agora esta semana. Mas houve uma mudança de entendimento para votar na próxima. Ele está atrasado. Nós temos um atraso de dois anos. A meta do Plano Nacional anterior era até 2024. A presidência do biênio anterior da Câmara dos Deputados achou melhor não discutir o PNE, pois o ambiente estava muito complicado. Ou seja, pegou-se uma lei importantíssima da educação do país e deixou-se em segundo plano. Quando o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) assumiu, logo designou o relator e uma comissão especial. Ele fez o que era necessário para o plano andar. Reconheço que atrasado, a gente já deveria ter votado, mas foi pelo volume de trabalho e de emendas.

Qual vai ser o diferencial do Sistema Nacional da Educação, sancionado este ano, para o PNE?

É a primeira vez que a gente tem um Plano Nacional de Educação juntamente com o Sistema Nacional da Educação — o SUS da Educação. E uma das funções da comissão tripartite e da comissão bipartite do SNE é o acompanhamento das metas do PNE. Isso é muito importante. Há, agora, uma responsabilização social implícita no texto para os gestores. Nós vamos obrigar os gestores a apresentarem um relatório a respeito do que eles têm feito para cumprir as metas que cabem ao seu ente federado a cada dois anos. Isso é muito importante para um controle social e dos órgãos de controle como a Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE), e para a sociedade civil. Dessa forma, eles poderão acompanhar o que o gestor do

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Se o aluno carente, que vai ser professor de matemática e tem um bom resultado escolar receber a bolsa por mês durante a universidade, é uma garantia de que ele terá condições de concluir a universidade"

seu estado e do país tem feito para que aquele Plano Nacional saia do papel e passe para a entrega.

Como o SNE pretende mudar e melhorar a educação do país?

O sistema está previsto desde 1988 na Constituição Federal. O Brasil agora ganha uma ferramenta para que cada ente da federação, do município, do estado e do governo federal possa, nesse sistema de governança, saber o que precisa fazer para melhorar a sua educação. Nós criamos três instâncias, uma comissão bipartite, tal qual existe na saúde, no âmbito estadual, uma comissão tripartite no âmbito federal, a qual existe na lei do Sistema Único de Saúde (SUS). Nós imitamos tudo que deu certo no SUS, que é um grande sucesso. Além disso, criamos a Infraestrutura Nacional de Dados da Educação.

O que a infraestrutura nacional de dados da educação vai fazer?

Quando queremos um dado sobre educação, pesquisamos o censo escolar, mas não é um dado confiável. Ele é respondido uma vez no ano, de qualquer jeito, pois os diretores de escola não têm tempo para

estar preenchendo o censo escolar. As escolas não têm secretário escolar, não tem apoio técnico-administrativo, ele recebe um senso para responder e o cara vai lá no desespero, porque nem função dele é. Ou seja, nós não sabemos quem abandonou a escola, quem está com proficiência ruim em matemática, quem está ruim em português, qual é o professor que está em sala de aula, quem saiu de sala de aula e quem está afastado. Essa infraestrutura nacional de dados, tal qual existe no SUS, fará com que tenhamos os dados da educação em tempo real, desde a creche até o ensino superior, independentemente de ser rede pública ou privada. O histórico do aluno será totalmente preservado tal qual um prontuário médico.

Pensando também nos eventos climáticos, uma cidade que sofreu uma enchente e perdeu a estrutura consegue recuperar esses dados depois?

Com certeza, a infraestrutura nacional de dados lhe dá condição de ter um processo de tomada de decisão mais embasado. Outra coisa, o sistema vai fazer com que um

secretário da educação de Alagoas, por exemplo, entenda quais são as escolas que melhor estão performando e quais são as que pior estão performando em matemática. Com isso, ele pode fazer um intercâmbio, uma troca, levar os professores, fazer um workshop, agindo antes de terminar o ano. O que tem acontecido é que o aluno termina o ano com um conteúdo que não adquiriu, e começa um outro ano sem o conteúdo passado, virando uma bola de neve. E nós terminamos entregando um aluno concluindo o ensino médio, sabendo aproximadamente 9% do que ele precisa saber em matemática. O sistema será um parceiro de primeira hora no processo de tomada de decisão para quem é gestor de educação em todas as esferas. É um subsídio de dados total, assim como acontece no SUS. Então é muito mais fácil tomar medidas, fazer ações legislativas ou não, para que nós possamos melhorar a nossa educação.

Outra medida que foi votada na Câmara é o PL 3.824 de 2023, que criou Mais Professores para o Brasil. Qual é proposta?

Essa é uma proposta

extremamente importante. Foi relatada na Câmara pela deputada Socorro Neri (PP-AC), e induz alunos para a docência, que é uma coisa muito importante. Ou seja, alunos que tirarem acima de 650 no Enem e forem para a licenciatura recebem uma bolsa de R\$ 1.050 mil por mês durante toda a graduação. Isso é muito importante porque o mundo está vivendo um período de apagão de professores. Essa política pública faz com que bons alunos se atraiam por áreas que eles se destacaram durante a sua jornada escolar. Além disso, aqueles que já são professores de rede e quiserem se qualificar também receberão uma bolsa durante o período da qualificação. É uma política pública de colocar dinheiro na educação e colocar dinheiro para atrair pessoas para a docência.

O professor não é valorizado no Brasil. Isso é uma verdade. Mas, se o aluno carente que vai ser professor de matemática e tem um bom resultado escolar, receber a bolsa por mês durante a universidade, é uma garantia de que ele terá condições de concluir a universidade. E se ele entrar logo na sua carreira docente com piso do magistério, hoje irá

receber R\$ 4.860 mil. É um salário inicial que precisamos evoluir durante a carreira, ampliar.

Outra conquista foi a aprovação, na Câmara, do projeto que iguala o piso salarial do professor temporário com o efetivo. Qual a importância do projeto?

Estamos vendo uma epidemia de professores contratados. Há um tempo atrás, na série histórica, a relação era 80% efetivo e 20% temporário. Mas não é o professor contratado o problema, ele tem a mesma condição de dar aula do professor efetivo, a mesma capacidade. Porém, alguns gestores que veem nesse espaço um caminho para economizar recursos têm feito contratação temporária a mais e não têm feito mais concurso público. Então, hoje a relação que era está 53% a 47%. E o que é que acontece com os 47% de professores que são temporários? Além de não receberem o plano de cargos e carreiras, não evoluem na carreira e não recebem nem o piso do magistério em alguns casos.

Nós estamos contratando de qualquer jeito. Além disso, esse professor é contratado por 10 meses por ano, que é um absurdo. Ele não tem direito a férias, ao 13º e, na maioria dos casos, do planejamento pedagógico da escola, ele não cria vínculo escolar com a escola em que vai trabalhar. Não conhece os colegas, não conhece o histórico dos alunos, não conhece a família dos alunos. Isso atrapalha muito no processo de educação na ponta. Trabalha totalmente às cegas, vá para lá, tua sala de aula é essa, o conteúdo é esse e tchau. E ele se sente um estranho no ninho com toda a razão.

Este ano, a polarização tomou conta de todas as pautas, inclusive em educação. A tendência é continuar nos próximos anos?

Acho que atrapalha muito, mas na educação essa polarização é um pouco menor. Ela está sempre nos mesmos assuntos, homeschooling, escolas cívico-militares e professor doutrinador. Por exemplo, falar de escolas cívico-militares. Algumas apresentam realmente resultados melhores que as escolas convencionais. Mas por quê? Porque têm ordem, porque tem disciplina? Nada disso, é porque é feita uma seleção para entrar. Se é feita uma seleção para entrar, já entram os melhores alunos. Isso é óbvio. Não tem que ter seleção nenhuma. Essa é uma das coisas que nós precisamos discutir bastante, que é muito fácil escola cívico-militar apresentar a melhor nota, claro, faz seleção para entrar, se faz seleção para entrar, entram os alunos com melhor nível de aprendizagem até aquela etapa.

DITADURA MILITAR

Familiares de mortos recebem certidões

» EDLA LULA

Familiares de mortos e desaparecidos da ditadura militar apresentarão, hoje, uma resolução na qual reivindicam, entre outras coisas, que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania constitua um grupo de estudo para investigar a participação de empresas na repressão política aos seus empregados, e também de camponeses em disputa pela posse da terra.

O documento, ao qual o **Correio** teve acesso, será apresentado no encerramento do II Encontro

Nacional de Familiares de Pessoas Mortas e Desaparecidas Políticas (II ENAFAM), que teve início ontem e termina hoje, no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

A resolução enumera seis reivindicações, entre as quais está a criação do Plano de Direito à Memória, que deve contemplar a transformação dos prédios das sedes do DOPS do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, a sede da Fazenda Cambahyba em Campos (RJ) e a sede rural da empresa Propará, em Cachoeira do Piriá (PA), em sítios

de memória.

O encontro é promovido pelo MDH e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Na abertura do encontro, houve a homenagem ao aniversário de 30 anos da comissão, seguida da III Solenidade de entrega de certidões de óbito de pessoas mortas e desaparecidas durante a Ditadura Militar (1964–1985). Ao todo, foram entregues 97 certidões retificadas.

Embora agradeçam ao governo Lula e à Ministra dos Direitos Humanos Macacé Evaristo pelo apoio,

os familiares das vítimas, que lotaram o auditório, fizeram várias críticas. "Ficamos muito emocionadas por presidente da república ter visitado as mães da praça de maio, na Argentina, e os familiares, no Uruguai, e ter reconhecido o papel que eles desempenharam na luta pela democracia. Mas queremos também ser recebidos e reconhecidos pelo presidente da república. Que presidente o Lula nos dê a honra de reconhecer a nossa luta pela democracia", disse Suzana Lisboa, representante do grupo no comitê, seguida de um forte aplauso.

Clarice Castro/MDHC



Ministra Macacé entregou as certidões de óbito aos familiares

Bolsas

Na quarta-feira

0,41%

São Paulo

Pontuação B3

Ibovespa nos últimos dias

159.689

161.775

28/11

1º/12

2/12

3/12

Dólar

Na quarta-feira

R\$ 5,313

(- 0,32%)

Últimos

27/novembro

28/novembro

1/dezembro

2/dezembro

5,352

5,335

5,359

5,330

Salário mínimo

R\$ 1.518

Euro

Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,202

CDI

Ao ano

14,90%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

14,90%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

junho/2025

Julho/2025

Agosto/2025

Setembro/2025

Outubro/2025

0,24

0,26

-0,11

0,48

0,09

Diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi afirmou que o setor vive “a tempestade perfeita”, combinando queda de preços, perdas climáticas e retração de crédito. Segundo ele, eventos climáticos, entre 2013 e 2024, provocaram prejuízos de R\$ 732 bilhões, sendo 57%, no campo.



OS AVANÇOS DO NORDESTE

em prol de uma região forte,
integrada e competitiva

Mediadores



Carlos Alexandre
editor de Política,
Economia e Brasil do
Correio Braziliense



Denise Rothenburg
colunista do
Correio Braziliense

Convidados



Wolney Queiroz
ministro da Previdência Social



Rogério Sobreira
economista-chefe do
Banco do Nordeste



Marcello Cabral
diretor de Novos Negócios da
Associação Brasileira de
Energia Eólica (ABEEólica)



Ricardo Capelli
presidente da Agência
Brasileira de Desenvolvimento
Industrial (ABDI)



Pedro Lima
secretário de Desenvolvimento
Regional do Consórcio Nordeste



Uallace Moreira
secretário de Desenvolvimento
Industrial, Inovação, Comércio e
Serviços (MDIC)



Evandro Holanda
gerente-geral de Inovação,
Negócios e Transferência de
Tecnologia da Embrapa



Ecio Costa
professor titular de
Economia na UFPE



Cornelius Fleischhaker
economista sênior do Banco
Mundial e integrante da
equipe técnica do relatório
Rotas para o Nordeste



Antonio Alonso
gerente de Comunicação
do Sebrae Nacional



Adriana Amado
professora titular
departamento de Economia e
Pós-Graduação da FACE-UnB



Cassiano Pereira
presidente da Federação
das Indústrias do Estado
da Paraíba (FIEPB)

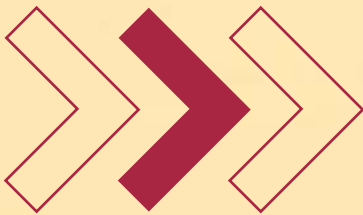


Moisés Savian
secretário de Governança Fundiária,
Desenvolvimento Territorial e
Socioambiental

É HOJE!
04/12

a partir das 8h30
auditório do
Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lt. 340

ASSISTA A
TRANSMISSÃO



Apoio:



Realização:



»Entrevista | MAURO MENDES | GOVERNADOR DO MATO GROSSO

Político destaca os desafios da segurança ambiental e alimentar e, nesse caso, não titubeia: “O Brasil é uma potência”

“O Estado brasileiro é ineficiente”

» CAETANO YAMAMOTO*

O Brasil enfrenta grandes desafios e a segurança jurídica é fundamental para o crescimento da economia, de acordo com o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União-MT). Ele participou, ontem, do seminário 5º Brasília Summit – Segurança Jurídica no Agro, realizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) e o **Correio Braziliense**.

Mendes participou também do CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a **TV Brasília** — para conversar com a jornalista Adriana Bernardes, sobre estes problemas nacionais, com foco na ineficiência do Estado brasileiro. O governador não poupou críticas à burocracia que trava o desenvolvimento e o licenciamento ambiental. “O Estado brasileiro é ineficiente”, afirmou. Ele destacou ainda dois grandes desafios da atualidade: a segurança ambiental e a segurança alimentar. “E, nisso, o Brasil é uma potência”, acrescentou.

Confira os principais trechos da entrevista:

O senhor participou do evento do Lide e do Correio, para discutir as questões mais importantes do país. Qual foi o aspecto que levou para o encontro?

Eu trouxe uma abordagem um pouco diferente, porque a segurança é algo fundamental para todos nós. E a segurança jurídica é uma das faces dessa segurança e a segurança no agronegócio foi discutida, porque o agronegócio brasileiro é um importante setor da nossa economia. Já respondo praticamente por 30% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Ele está presente do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, do Espírito Santo até o Acre. Nós somos líderes na produção de soja, de milho, de carne. Somos líderes na produção de etanol e de biodiesel. Nós temos uma grande produção e uma grande perspectiva de continuar produzindo. E, para o país continuar crescendo, novamente, a palavra segurança, que o Estado pode oferecer a essas cidadãos brasileiros, segurança do que ele pode investir, do que ele pode apostar, no seu negócio, é fundamental para que a gente continue prosperando.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A França tem grande dificuldade em aceitar o Mercosul, porque ela sabe que o agronegócio brasileiro é muito mais eficiente”

O que está faltando para o agronegócio?

Falta muita coisa, principalmente quando olhamos para a questão institucional. O Estado brasileiro foi muito ineficiente para fazer a regularização fundiária, para fazer a regularização ambiental. O Cadastro Ambiental Rural foi instituído por meio da lei aprovada em 2012, ou seja, tem 13 anos que implementamos o Código Florestal Brasileiro. Até hoje, grande parte dos estados não conseguiu caminhar com esse instrumento.

Por que isso aconteceu?

Porque o Estado é burocrático, ineficiente. A ineficiência, e essa foi a temática que eu abordei, ela é pai e mãe. Ela é a espinha dorsal dos grandes equívocos que o Estado brasileiro comete e da má prestação

de serviço que ele tem para o cidadão e para a sociedade. Um Estado ineficiente prejudica o mundo dos negócios pela burocracia, pela lentidão para fazer licenciamento. O Brasil está entre os países que mais cobram imposto do cidadão. E, na contrapartida, nós somos o país que tem uma das piores qualidades de prestação de serviço por parte do Estado. Isso chama-se ineficiência. O Estado brasileiro é ineficiente.

Essa ineficiência atrapalha o agronegócio? Como?

Trata-se de prejuízo na veia, porque, quando você demora para fazer um licenciamento ambiental para o cara cumprir a lei, você está prejudicando esse proprietário dessa terra, dificultando o financiamento, aumentando o custo do crédito. Muitas vezes, a ineficiência

do Estado faz com que, hoje, nós tenhamos no Brasil uma das taxas de juros, talvez a mais cara do mundo. Por que nós pagamos tanto juro no Brasil? Não é porque o Banco Central quer aumentar, é porque o Estado, principalmente o governo federal, deve muito, e não consegue pagar a dívida (pública). Então, a ineficiência pública atinge o agronegócio, atinge a todos os nossos cidadãos na prestação de serviço e no dia a dia da relação de todos nós.

Quais são os principais desafios para embarcar os produtos do Mato Grosso?

Portos brasileiros. Nós estamos no coração da América Latina. Cuiabá é considerada o centro geodésico da América Latina. De vez em quando, a gente brinca,

né? Para que serve isso? Só serve para uma coisa: para dizer que nós estamos longe de todos os portos, estamos longe de tudo. Mas dizem que dificuldades exigem de você habilidades. E como nós estamos muito longe, com a logística ruim, para poder competir, tivemos que nos tornar muito bons, ficarmos bons. Então, da porteira para dentro somos muito eficientes. Por isso que a França tem grande dificuldade em aceitar o Mercosul, porque ela sabe que o agronegócio brasileiro é muito mais eficiente, muito mais competente do que os produtores franceses e eles não conseguem competir conosco. Como é que eles, como eles fazem? Eles tentam barrar o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Qual a sua avaliação do acordo do Mercosul com a União Europeia?

A França tem sido o grande opositor, porque ela tem um setor agrícola muito ineficiente que vive à base de subsídios do governo francês. E somos uma economia agrícola muito eficiente, muito competente. E, agora, existem dois grandes desafios da atualidade: a segurança ambiental e a segurança alimentar. E, nisso, o Brasil é uma potência. Somos uma potência em preservação ambiental. Nós somos um grande produtor de alimentos, de proteínas vegetais, animais, e preservamos 60%. Se você olhar para os Estados Unidos, o maior estado produtor americano preserva 27%. Em Hubei, na China, uma província que produz muita proteína, eles preservam 11%. Na Argentina, eles usam 80% do território para plantar e fazer a produção lá das atividades agrícolas. Nós somos uma potência na produção de alimentos e somos uma potência ambiental. Isso incomoda, principalmente, os franceses.

Como o senhor enxerga os avanços da China?

Há 50 anos, a China tinha uma economia do país praticamente igual à economia brasileira, e, 50 anos depois, a China é quase nove vezes maior do que a economia brasileira. Por que isso aconteceu? Na minha opinião e de muitos especialistas, é que o governo chinês tem um modelo de gestão pública extremamente eficiente e

competente e que produz resultado e agrega valor para o país e para o cidadão. Na China, nesses 50 anos, 400 milhões de pessoas saíram da pobreza, saíram da classe baixa e transformaram-se em classe média. Enquanto nós estamos aqui fazendo apologia à nossa democracia, eles lá têm um modelo centralizado na eficiência, no resultado. O governo é eficiente e produz resultados.

Qual é a sua avaliação sobre a segurança pública do país?

Primeiro, temos que constatar que a insegurança ou a falta de segurança pública no Brasil está ficando cada vez mais crítica. As facções criminosas estão avançando de forma muito consistente. Era um problema que deveríamos falar do Rio de Janeiro, de algumas cidades brasileiras. Hoje, chegou em Mato Grosso, assim como chegou em todos os estados, praticamente todas as cidades. Antes era um problema das grandes metrópoles, das grandes cidades, das periferias dessas grandes cidades. Esse problema está presente no Brasil inteiro. As facções desenvolveram um modelo de negócio parecido com franquia. O bandido, hoje, perdeu o medo do Estado, perdeu o medo da polícia, perdeu o medo das penas.

Essas facções criminosas se infiltraram no âmbito político do país, porque?

Porque o estado foi ineficiente e conivente e deixou criar essa sensação de impunidade, aumentou muito o poderio econômico. Com muito dinheiro, as facções começaram a financiar vereadores, começaram a financiar deputados estaduais, começaram a financiar deputados federais. Muitos agentes públicos estão sendo eleitos com dinheiro dessas facções criminosas.

O que fazer para impedir a entrada dessas organizações criminosas?

Só tem um jeito: leis muito duras, muito severas. Tem de mudar o financiamento de campanha, leis mais duras para combater e mudar essa perspectiva.

***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

DESIGUALDADE

Pobreza e miséria diminuem no país

O aquecimento do mercado de trabalho e a manutenção de programas de transferência de renda reduziram a pobreza e a miséria no país, em 2024, para novos pisos históricos. Em apenas um ano, 8,6 milhões de brasileiros deixaram a pobreza, e 1,9 milhão saíram das condições de miséria, conforme dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano passado, o Brasil tinha 48,9 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza, o equivalente a uma fatia de 23,1% da população sobrevivendo com cerca de R\$ 23,13 por dia. No ano anterior, em 2023, 27,3% da população vivia em condições de pobreza, 57,6 milhões de pessoas. Já o contingente de miseráveis correspondia a 3,5% da população do país em 2024, o equivalente a 7,4 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema, sobrevivendo com menos de R\$ 7,27 por dia. Em 2023, porém, o número de miseráveis somava 9,3 milhões, 4,4% de toda a população.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou os dados de redução da pobreza e da extrema pobreza no país, divulgados pelo IBGE. Segundo o presidente, há mais dinheiro circulando entre os trabalhadores por causa da redução geral dos preços e crescimento dos salários. “Nós temos, hoje, a menor inflação acumulada em quatro anos. Hoje, nós temos o maior crescimento do salário mínimo, o maior crescimento da

massa salarial deste país. Hoje, nós temos o menor desemprego da história deste país. E hoje, nós temos o menor índice de pobreza de todos os 525 anos de história desse país. Por uma razão muito simples, o dinheiro está chegando na mão do povo”, afirmou durante visita ao polo automotivo do Ceará, em Horizonte. A cerimônia marcou o início da produção de veículos elétricos da General Motors no Brasil.

Conforme os dados do IBGE, tanto o total de pessoas vivendo em situação de pobreza quanto o de indivíduos em condições miseráveis desceram em 2024 ao patamar mais baixo da série histórica, seja em números absolutos, seja como proporção da população. A série histórica da pesquisa do IBGE, que usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, teve início em 2012.

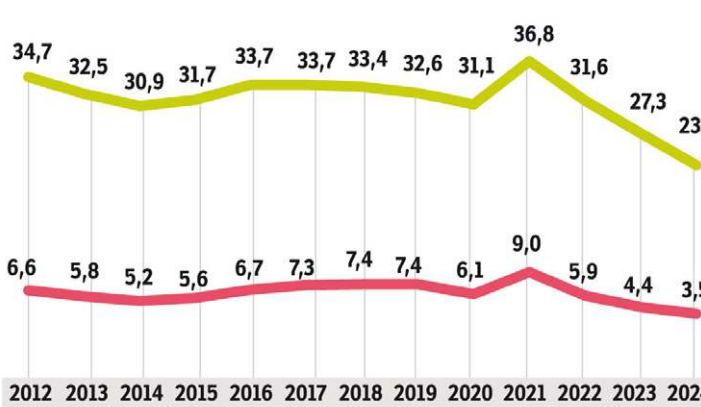
Parâmetros

Pelos critérios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e recomendações do Banco Mundial, a pobreza extrema é caracterizada por uma renda familiar per capita disponível inferior a US\$ 2,15 por dia, o equivalente a um rendimento médio mensal de R\$ 218 por pessoa em 2024, na conversão pelo método de Paridade de Poder de Compra (PPC) — que não leva em conta a cotação da taxa de câmbio de mercado, mas o valor necessário para comprar a mesma quantidade de

Evolução da renda

Proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita selecionadas — Brasil 2012-2024 (Em %)

— Inferior a US\$ 6,85 PPC* — Inferior a US\$ 2,15 PPC*



*PPC = Poder de Compra Per capita
•US\$ 2,15 = cerca de R\$ 218 mensais per capita em 2024;
•US\$ 6,85 = cerca de R\$ 694 mensais per capita em 2024

Em 2024, a pobreza e a extrema pobreza atingiram os menores valores da série histórica

Entre 2023 e 2024, houve redução de cerca de **1,9 milhão** de pessoas extremamente pobres e de **8,6 milhões** de pessoas pobres

Fonte: IBGE

bens e serviços no mercado interno de cada país em comparação com o mercado nos Estados Unidos. Já a população que vive abaixo da linha de pobreza é aquela com renda disponível de US\$ 6,85 por dia, o equivalente a R\$ 694 mensais por pessoa em 2024.

O índice de Gini do rendimento médio domiciliar per capita de todas as fontes — indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto

mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza - desceu de 0,517, em 2023, para a mínima histórica de 0,504, em 2024. Entretanto, foram os benefícios de programas sociais que impediram que a desigualdade fosse mais elevada: se excluída a renda proveniente dessas transferências, o Índice de Gini teria saído de 0,554 em 2023 para 0,542 em 2024. (**Com informações da Agência Estado e da Agência Brasil**)

COMPLIANCE ZERO

Toffoli cria redoma no caso Master

» IAGO MAC CORD

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, que cabe à Corte qualquer análise e ato relacionado ao inquérito da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que investiga o Banco Master por suspeita de fraude na casa dos R\$ 12 bilhões em vendas de cartões de crédito, comprados pelo Banco de Brasília (BRB).

Na prática, a determinação paralisa os procedimentos investigativos em instâncias inferiores. A decisão de Toffoli fixa a competência do STF sobre o caso, exigindo que qualquer nova medida policial que precise de autorização judicial deve ser submetida exclusivamente a Toffoli. O magistrado também decretou sigilo sobre todo o processo.

Em consequência direta, o juiz federal Antonio Cláudio Macedo da Silva, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou, também ontem, o envio urgente do inquérito ao Supremo e a suspensão imediata de todos os atos investigativos pela Polícia Federal (PF).

A iniciativa de transferir a ação à Suprema Corte partiu dos advogados de diretores do Master. As defesas pediram a suspensão das investigações enquanto a Corte definia qual instância seria competente para conduzir a ação.

As representações argumentaram que a Justiça Federal de primeira instância não seria competente. A

principal justificativa de Toffoli para a decisão foi a alegação de que, durante o cumprimento de medidas cautelares — de busca e apreensão — em uma das residências dos investigados, foi apreendido um documento que faria referência a um deputado federal.

Um dos investigados alegou ao Supremo que o documento encontrado estaria relacionado ao deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), autoridade que possui foro por prerrogativa de função no STF. “Diante de investigação supostamente dirigida contra pessoas com foro por prerrogativa de função, conforme inclusive já noticiado pela mídia formal, fixada está a competência da corte constitucional”, definiu Toffoli.

O juiz Antonio Cláudio, substituto na 10ª Vara Federal — o titular, Ricardo Leite, está de férias —, argumentou que “a mera referência a autoridade com prerrogativa de foro já deve implicar cautela do magistrado a quo”, segundo o portal G1. Ele citou que a prudência evita nulidades e protege a investigação, alertando que “açodamentos” em casos penais no passado comprometeram esforços institucionais.

Após a manifestação de Toffoli, o juiz federal determinou: a suspensão imediata de todos os atos investigativos pela PF, no inquérito e em todas as medidas cautelares; o envio urgente ao STF do inquérito e de todas as ações correlatas, incluindo pedidos de prisão, buscas e apreensões.



AMÉRICAS

Retórica belicista eleva tensão regional

Presidente da Colômbia responde a ameaças do líder norte-americano e afirma que atacar a soberania do país equivale a declarar guerra. Analistas avaliam risco de conflito. Família de pescador colombiano morto em bombardeio denuncia os EUA

» RODRIGO CRAVEIRO

Depois de anunciar que os Estados Unidos iniciarão “muito em breve” uma ofensiva terrestre na Venezuela, Donald Trump também ameaçou atacar qualquer país que enviar drogas ao território americano. A resposta do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, não abandonou o tom belicoso. “Venha, senhor Trump, à Colômbia. Eu o convido a participar da destruição de nove laboratórios, diariamente, para que a cocaína não chegue aos Estados Unidos. Sem mísseis, meu governo destruiu 18.400 laboratórios. (...) Mas não ameace a nossa soberania, pois acordará o jaguar. Atacar nossa soberania é declarar guerra, não prejudique dois séculos de relações diplomáticas”, avisou Petro, em publicação nas redes sociais.

A troca de farpas somou-se a imposição de sanções, por parte de Washington, a venezuelanos acusados de ligações com o cartel Tren de Aragua, incluindo a cantora e DJ Jimena Romina Araya Navarro, conhecida como “Rosita”, acusada de fornecer apoio material à organização criminosa.

O governo Trump tem se engajado em uma campanha de ataques aéreos a lanchas supostamente utilizadas pelo narcotráfico venezuelano para escoar a droga até os EUA. A família de um pescador colombiano morto em 15 de setembro negou que ele transportasse entorpecentes e apresentou uma denúncia contra os Estados Unidos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O historiador venezuelano Miguel Tinker Salas — cientista político do Pomona College (em Claremont, Califórnia) — não descarta ações militares dos EUA na Venezuela e em outras nações latino-americanas. “A ampliação da retórica belicista de Trump, com ameaças de ataques à Colômbia e ao México, revela que o verdadeiro objetivo é o de “restabelecer a hegemonia norte-americana na América Latina”. “Como carece de influência política ou econômica, Trump usa a força militar”, disse. “A Venezuela poderá ser o primeiro alvo dos ataques de Trump, mas não será o único.”

Pós-doutor em história e sociologia e especialista do Centro Transregional para Estudos Democráticos,

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



Trump, em reunião na terça-feira: “Qualquer um que venda (drogas) em nosso país está suscetível a ser atacado”

AFP



Gustavo Petro: “Não prejudique dois séculos de relações diplomáticas”

Palavra de especialista

"Um perigo real"

"A retórica belicista de Trump segue três princípios: reinstaurar uma nova política externa de 'grande porrete' (como a do início do século 20, adotada por Teddy Roosevelt), usando a força contra países latino-americanos que representam uma ameaça (percebida) à segurança dos EUA devido a regimes hostis ou à incapacidade de conter o que Trump considera duas forças desestabilizadoras — migrantes e organizações criminosas transnacionais. Nesse sentido, Trump recalibra a

doutrina de segurança dos EUA para priorizar a securitização do Hemisfério Ocidental, a fim de proteger as fronteiras americanas. Este é o segundo princípio. Por fim, reivindicar uma esfera de influência exclusiva na região, sem a presença de qualquer rival regional ou externo em potencial (como a Rússia ou a China). O perigo (e é um perigo real) é que estejamos testemunhando a realocação das táticas americanas usadas na guerra contra o terror, do Oriente Médio para a América



Arquivo pessoal

Latina. Assim, Trump poderia usar ataques com drones na Colômbia e no México para atingir cartéis."

EMMANUEL GUERISOLI, especialista do Centro Transregional para Estudos Democráticos (em Nova York)

Emmanuel Guerisoli afirmou ao **Correio** que não tenderia a levar a sério a ameaça contra a Colômbia. No entanto, ele lembrou que, no primeiro mandato, o republicano cogitou atacar laboratórios de cartéis no México e até mesmo enviar forças especiais, mas acabou dissuadido pelos militares dos EUA. “Durante o segundo mandato, Trump vem expurgando todas as instituições e agências de funcionários públicos considerados desleais ou contrários a cumprir

ordens. Isso também ocorreu nas Forças Armadas, forçando muitos gerais a se aposentarem. Não sabemos se algum oficial militar de alta patente se oporia a cumprir ordens para atacar cartéis”, admitiu. “Cartéis e grupos guerrilheiros colombianos foram designados como Organizações Terroristas Estrangeiras (OTE, pela sigla em inglês) pelo Departamento de Estado, o que tornaria um ataque legal.”

Guerisoli assegura que qualquer

ação militar americana na Colômbia, na Venezuela ou no México seria ineficiente. De acordo com ele, o narcotráfico global depende da imensa cadeia logística de suprimentos, infraestrutura e finanças. “Explodir laboratórios não deterá o fluxo de drogas para os EUA. As drogas não representam um problema de segurança, mas sim de saúde pública. Ditto isso, a criminalização do narcotráfico deveria ser de responsabilidade da polícia e do sistema judiciário

GUERRA NA UCRÂNIA

Para Trump, a vontade de Putin é fazer a paz

» SILVIO QUEIROZ

Os aliados europeus seguem apostando em armar a Ucrânia para vencer a guerra com a Rússia e repelir a invasão iniciada em 2022, mas o presidente dos EUA, Donald Trump, aposta na via das negociações e na disposição de Vladimir Putin para alcançar uma solução diplomática. No dia seguinte à reunião de seus enviados com o líder russo, no Kremlin, Trump fez ontem uma avaliação que contrasta diretamente com o tom ouvido em Bruxelas, na sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, aliança militar ocidental). “A impressão deles foi de que Putin gostaria que a guerra terminasse”, afirmou, referindo-se ao enviado especial Steve Witkoff e ao próprio genro, Jared Kushner.

À saída do encontro em Moscou, Witkoff e Kushner qualificaram as discussões como “produtivas”, embora admitissem que “nada conclusivo” foi acertado quanto ao plano de paz mediado por Washington. Pelo lado russo, o porta-voz Dmitri Peskov ressaltou que, mesmo sem chegar a um acordo final, as partes encontraram pontos de convergência. “A proposta tem alguns pontos que foram aceitos”, disse. “Outros são inaceitáveis.”

Na sede da Otan, o negociador ucraniano Rustem Umerov manteve reunião com assessores de segurança europeus e anunciou que discutirá o processo nos próximos dias, em Washington, com os emissários norte-americanos. “Dei aos meus colegas informações detalhadas sobre as negociações”,

Nicolas Tucet/AFP



O secretário-geral da Otan, Mark Rutte: “Temos que reagir”

informou. “É importante que a Europa continue participando ativamente”, insistiu.

O secretário-geral da aliança

atlântica, Mark Rutte, criticou duramente o tom de Putin, que na véspera ameaçara a Europa, prometendo que a Rússia “está

pronta, se eles quiserem a guerra”. O ex-premiê holandês louvou os esforços diplomáticos da Casa Branca e, especialmente, o empenho pessoal de Trump. “Se existe alguém neste mundo capaz de romper o impasse, é o presidente dos EUA”, afirmou. Mas Rutte voltou a qualificar a Rússia como uma ameaça ao continente, lembrou que o Kremlin destina 40% do orçamento anual à defesa e voltou a cobrar dos parceiros que elevem os próprios gastos com a área para 5%. “Temos que reagir.”

O professor de Relações Internacionais Gunther Rudzit, da ESPM, avalia que o descompasso entre EUA e aliados europeus faz parte da estratégia de Putin para negociar o fim do conflito em posição mais favorável. “A busca de

Trump (por um acordo de paz) já abriu fissuras”, analisa. “Um dos objetivos da invasão da Ucrânia era enfraquecer a Europa, o Ocidente. Mas ele recebeu o contrário: a Otan saiu fortalecida, com a entrada da Finlândia e da Suécia, a Europa está agindo mais unida.”

De acordo com Rudzit, “o principal objetivo de Putin é ganhar tempo, ainda que as tropas russas estejam avançando muito devagar”. Ele pondera que o terreno conquistado neste ano corresponde a apenas 1% do território ucraniano, mas lembra que o Kremlin “tem gente para colocar no campo de batalha e morrer ou sair ferido, e a Ucrânia não tem”. Segundo o professor, o presidente russo “está jogando com o tempo, para o Ocidente se cansar e a população ucraniana também”.

VISÃO DO CORREIO

Ódio sem limite contra as mulheres

Baleadas na cabeça, Allane Matos e Layse Pinheiro foram mortas na escola em que trabalhavam por um colega conhecido pela misoginia e agressividade. O pedagogo João Antônio Ramos havia instalado uma rotina de medo e ameaça para a diretora, a psicóloga e outras funcionárias do Cefet Maracanã, no Rio de Janeiro. Entrou armado no câmpus na última sexta-feira, executou as mulheres e se matou em seguida.

Um dia depois, Isabelle de Macedo, grávida, e os outros quatro filhos foram mortos dentro de casa, consumida por um incêndio que se alastrou pela comunidade de Nova Caxangá, em Recife. As investigações indicam que o marido da vítima, conhecido por práticas corriqueiras de violência de gênero, ateou fogo no local e fugiu. O suspeito está preso.

Assim como Douglas Alves da Silva, acusado de ter atropelado propositalmente Tainara Souza Santos e arrastado seu corpo por mais de um 1 quilômetro, também no sábado, na Vila Maria, em São Paulo. Douglas teria ficado com raiva ao vê-la conversando com outro homem na porta de um bar. Em razão da brutalidade sofrida, Tainara teve as duas pernas amputadas.

Os recentes casos de violência de gênero que chegaram ao noticiário nacional não deixam dúvidas da existência de um ódio crescente contra as mulheres no país, confluindo para um cenário de perigosa normalização das atrocidades. Não à toa especialistas alertam para uma prática disseminada de extermínio de mulheres e autoridades ressaltam os riscos da banalização de crimes do tipo.

Dados do mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2024, houve um recorde de número de feminicídios desde o início da tipificação do crime, em 2015. Ao longo dos 12 meses, 1.492 mulheres foram vítimas, o equivalente a quatro mortes por dia. Números parciais de

2025 sinalizam patamares ainda piores. São 207 casos no estado de São Paulo nos 10 primeiros meses deste ano, contra 191 no mesmo período de 2024. No Distrito Federal, há o registro de 25 crimes do tipo desde janeiro, contra 22 no ano passado. Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Paraíba enfrentam situação semelhante.

Durante cerimônia que marcou os 20 anos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, na terça-feira, as ministras Márcia Lopes (das Mulheres), Anielle Franco (da Igualdade Racial) e Esther Dweck (da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) reforçaram a urgência da adoção de ações concretas de enfrentamento à violência de gênero. “Enquanto normalizarmos e naturalizarmos o ódio contra aquelas que mais sofrem neste país, não teremos o projeto político de país no qual acreditamos”, afirmou Anielle.

O caminho é longo, indica a primeira avaliação do Plano de Ação para o Pacto Nacional de Prevenção do Feminicídio. Divulgado na sexta, o documento indica que a iniciativa criada em 2023 enfrenta obstáculos, como a baixa execução das medidas, dificuldades de articulação entre governos federal, estaduais e municipais, além de persistência de falhas graves no atendimento às vítimas. Para se ter uma ideia, constatou-se que cerca de 80% dos profissionais da ponta desconhecem conceitos básicos sobre violência de gênero e unidades da Federação sequer executaram verbas destinadas à construção de estruturas de suporte, como a Casa da Mulher Brasileira.

A inação faz parte da engrenagem que tira a vida das mulheres brasileiras todos os dias. Sem uma mobilização que envolva agentes públicos, a sociedade civil, escolas, igrejas, estudiosos, não se alteram estruturas que sustentam um ciclo prolongado de violência que tem o feminicídio como estágio crônico. A crueldade também está na omissão, e esta, sim, precisa ser extirpada.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Combate às fake news

O Instituto Butantan reagiu, na semana passada, a uma série de notícias falsas sobre a vacina contra o HPV, que previne diversos tipos de câncer: colo do útero, vulva, ânus, vagina, pênis, orofaringe. O imunizante, oferecido gratuitamente pelo SUS, tem como público-alvo crianças e adolescentes de 9 a 19 anos, porque é nessa faixa etária que ocorre uma resposta imunológica mais forte à vacina, protegendo meninos e meninas para a vida adulta.

Essa blindagem fundamental, porém, não escapa dos detratores das vacinas. As mentiras disseminadas por esses criminosos são muitas, e o pediatra e gestor médico de Desenvolvimento Clínico do Butantan, Mário Bochembuzio, rebateu as principais, como a de que o imunizante contra HPV causa câncer! “A vacina funciona de maneira inteligente e segura: ela é feita com Partículas Semelhantes ao Vírus (VLPs), que são como ‘capas’ ocas do vírus, sem nenhum material genético dentro. Essas partículas não podem causar infecção nem câncer, mas ensinam o sistema imunológico a reconhecer e destruir o vírus verdadeiro caso a pessoa entre em contato com ele no futuro”, enfatizou o médico.

Também se espalha nas redes que o imunizante contra HPV não é seguro para crianças e adolescentes. “A vacina está incorporada ao Calendário Nacional de Vacinação desde 2014 e tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que aprova o uso de medicamentos e imunizantes no Brasil”, frisou Bochembuzio. Outras fake news, como a de que o imunizante incentiva o início da vida sexual e que o HPV só causa câncer em mulheres são respondidas pelo especialistas no site do instituto: <https://butantan.gov.br/noticias/butantan-desmente-10-fake-news-sobre-a-vacina-do-hpv>.

Também no combate às notícias falsas, na

última terça-feira, o Ministério da Saúde se manifestou sobre um boato de que vacinas contra covid-19 são “armas biológicas”. Mensagem divulgada nas redes sociais cita supostos estudos para afirmar que os imunizantes provocam doenças e aumentam o número de mortes.

Recentemente, também, a Advocacia-Geral da União, em conjunto com o Ministério da Saúde, enviou uma notificação extrajudicial a uma empresa de tecnologia, responsável por plataformas digitais, pedindo a remoção imediata de publicações com informações falsas sobre vacinas, feitas — veja o absurdo — por três médicos.

As reiteradas mentiras a respeito da segurança e da eficácia dos imunizantes visam obter lucro minando a confiança de parte da população, que antes não titubeava em se vacinar nem em levar crianças e adolescentes para receber as doses.

Combater as fake news é um trabalho hercúleo, pela velocidade com que elas se espalham nas redes sociais, porém, felizmente, não estamos mais sob um governo negacionista, e a atual gestão, assim como diversas instituições, tem se empenhado nessa missão.

Vacinas são seguras e eficazes, mas em caso de receio em relação a qualquer uma delas, deve-se procurar uma fonte confiável para dirimir as dúvidas, como o próprio Ministério da Saúde. A pasta conta com o Programa Saúde com Ciência. Nele, é possível obter informações, saber quais são as notícias falsas que circulam pela internet e denunciar conteúdos suspeitos, entre outros serviços. O endereço é www.gov.br/saudecomciencia.

Dar ouvidos a criminosos e refutar a proteção que as vacinas oferecem é permitir a disseminação pelo país de doenças evitáveis e abrir a porta para o retorno de enfermidades que foram eliminadas por aqui.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Pós-ideológico

Ideologia é a tentativa de impor ao todo um conceito que apenas vale para uma parte. O todo é superior à mera soma das partes. Por exemplo: articulando-se um átomo de oxigênio com dois átomos de hidrogênio, obtém-se uma totalidade chamada água. As propriedades da água não estão presentes nos átomos, logo, a totalidade é maior do que a soma das partes. Esquerda e direita são antagônicas, tal como hidrogênio e oxigênio, e possuem propriedades próprias. Portanto, não cabe, na gestão dessa totalidade, adotar ideologias, seja de esquerda, de direita, de cima ou de baixo. O gestor que usar ideologia para gerir o todo está, de fato, inviabilizando esse todo. Precisamos de mentes pós-ideológicas, capazes de pensar o todo.

» Rubi Rodrigues
Octogonal

Violência

O presidente Lula pode até ter razão quando afirma que “até a morte é suave para agressor de mulher”, referindo-se aos casos em que a ex-namorada do agressor foi atropelada e arrastada por um quilômetro no asfalto. A vítima teve as duas pernas amputadas. Muitas outras mulheres têm sido vítimas de tortura pelo atual ou ex-companheiro e mortas. Mas não é a morte dos agressores que modificará o comportamento agressivo dos homens, mas, sim, a educação desde a infância.

» Ana Lourdes de Andrade
Asa Sul

Insegurança

Boa parte dos governadores atribui à legislação o aumento da violência e, principalmente, das organizações criminosas. Para eles, o aparato policial dos seus respectivos estados tem se esforçado para conter a criminalidade. Mas não

reconhecem que muitos policiais são parceiros dos bandidos. A propina que deve rolar solta complementa o salário desses policiais. Há poucos dias, as emissoras de TV mostraram cenas de policiais furtando armas e equipamentos que restaram do embate com os marginais. Foram denunciadas pelas câmeras corporais. Então, vem a pergunta: é possível confiar nos agentes de segurança pública?

» Alfredo Gomes
Paranoá

Mudança do clima

As chuvas têm sido intensas em várias partes do Distrito Federal. Felizmente, estamos longe de enfrentar os ferozes temporais como os enfrentados pela população da Região Sul. Não consigo esquecer as imagens das casas derretidas em um município do Paraná. As construções ficaram completamente destruídas pelo tornado que assolou a região. Mas há muita gente que acredita que foi um fenômeno eventual, mesmo que nunca tenha ocorrido tamanha tragédia naquelas áreas. Ainda há quem duvide do que os especialistas têm falado há muito tempo: o clima do nosso planeta está mudando. O aquecimento global pode comprometer a vida na Terra. Está na hora de tomarmos mais cuidado e respeitar o que dizem os cientistas.

» Herondina Soares
Asa Norte

Lula e Trump

Donald Trump voltou a elogiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após ligação: “Eu gosto dele”. Após a ligação, continua a taxa! Esse papo de lá para cá e daqui para lá não está resolvendo nada, pois a taxa que era de quase 150% para a China já caiu para que os chineses comprassem soja dos Estados Unidos. E, adivinha: a China anunciou que não comprará soja do Brasil por conta do “pesticida”.

» João Victor Caldeira
Itumbiara (GO)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Caminhoneiros não têm memória curta nem são burros. Sabem que estão querendo usá-los para atos políticos. A categoria ainda não esqueceu o diesel a R\$ 9 na época do mito. Isso é outra tentativa falida da direita em tentar soltar Bolsonaro.

Tiago Lima — Brasília

Observava-se muitas lojas sendo fechadas no comércio e a abertura de farmácias no lugar. Agora, se vê muitas farmácias sendo fechadas. É a crise da crise!

Marcos Figueira — Sudoeste

O segredo imposto pelo STF ao Caso Master revela a dimensão de um processo que ameaça a credibilidade institucional. Quando a transparência se fecha, a sociedade respira desconfiança.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Dizem que Jair Bolsonaro só poderá deixar a prisão em 2033. Duvido. Onde fica o “jeitinho brasileiro” que dribla qualquer lei, principalmente quando este alguém é pele branca e tem muito dinheiro?

Júlio Oliveira — Cruzeiro

Para quem quer perder uns quilinhos antes das festas de fim de ano, mas não pode correr ou fazer musculação, a dica é cair numa piscina.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

E aí? Qual será a opinião da extrema-direita a respeito da fala do Lula sobre agressor de mulher?

Marcos Paulino —Vicente Pires

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotograficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Diversas perspectivas de um caleidoscópio: fragmentos do trânsito



» ADRIANA MODESTO DE SOUSA
Doutora em transportes pela UnB

Propostas de mudanças no processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) precisam ser concebidas e avaliadas à luz da complexidade e potenciais interações e desdobramentos inerentes ao tema e ao que está efetivamente em jogo, pois reverberam em vários aspectos, como a estrutura e a dinâmica do processo de formação para a condução veicular, a atividade econômica, a segurança viária, entre outros.

Convém destacar que são diversos os atores sociais envolvidos: o governo, gestando as políticas regulatórias; os empresários, prestando o serviço a partir dos Centros de Formação de Condutores (autoescolas); os instrutores, atuando na mediação teórico-prática; e parte da população, ansiando a conquista da tão sonhada habilitação como alternativa ao transporte público coletivo, que, embora mais sustentável, não é suficiente ou atraente a ponto de promover a desistência onírica ou a migração para o modo. Além, naturalmente, dos demais usuários da via que, em tese, passarão a compartilhar o contexto do trânsito com futuros condutores, na melhor das hipóteses, bem formados e aptos a enfrentar o trânsito, seja em contexto urbano, seja em contexto rodoviário.

Ainda que partindo do pressuposto de que, em termos de trânsito, o argumento econômico não deva ser preponderante e que a segurança e a

manutenção da vida devem estar no topo das prioridades, é inegável que a tentativa de minorar os custos para a obtenção da CNH poderá atender à necessidade socioeconômica de demanda repressada em razão do vultoso valor de mercado relativo ao processo em questão, sendo observada variação entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil. Convém destacar, no entanto, que tentativas de inclusão e democratização para a obtenção da licença já são observadas em alguns estados a partir da CNH-Social. Contudo, por não ser universal, ainda não há equilíbrio entre a oferta e a demanda que busca e se enquadra nos requisitos necessários ao benefício. Em síntese, “beneficiáveis” e demais que necessitam ou desejam se habilitar seguem sensíveis e dependentes de recursos próprios.

Buscando ampliar a reflexão, ainda que reconhecendo o alto custo para a obtenção da CNH, não podemos perder de vista que o espaço em que as pessoas promovem seus deslocamentos é dinâmico e compartilhado, e seus usuários, com níveis de vulnerabilidade distintos, utilizam-no por motivos e níveis de exposição aos riscos variados. Há aqueles cujo deslocamento se resume à origem/destino, há aqueles que têm o veículo como instrumento de trabalho, como é o caso de entregadores, que experimentam dupla carga de vulnerabilidade.

Diante do exposto, também em razão da característica da prevalência de sinistros, lanço a provocação: promover tal mudança prescindindo maior robustez nas reflexões e avaliações de desdobramentos seria o adequado para o atual cenário brasileiro, ainda desfavorável quando o assunto é segurança e sinistralidade viárias?

A participação e o controle sociais são recursos fundamentais para uma sociedade que se pretende democrática, sendo necessário louvar a

consulta pública promovida pelo governo federal, mas, terá sido suficiente, representativa e técnica? Mudanças tão drásticas não careceriam de diversidade de arenas e a escuta ampliada, sobretudo por parte daqueles que experimentam o cotidiano das ruas, daqueles que se dedicam à pesquisa sobre os fenômenos do trânsito, daqueles que detêm notório saber e cujas considerações se perderam entre as milhares de “contribuições”? Parece-me que urgência não se constitui como boa conselheira, que carece de aprofundamento, identificação de consensos e aproveitamento para aperfeiçoamento ante os dissensos.

Ainda sob a perspectiva da segurança viária, embora sejam vários os fatores que podem concorrer à ocorrência de um sinistro de trânsito, pode-se dizer que parte se relaciona sobre como se deu o processo formativo. Por essa razão, faz-se necessário advogar em favor de seu aprimoramento, buscando boas práticas, tendo como parâmetro realidades que se assemelham com o Brasil, naturalmente promovendo as adequações necessárias à nossa realidade. Reitero: nesse caleidoscópio, o fator econômico não deve ser preponderante, é apenas mais um fragmento.

Por fim, qualquer decisão deve ser plural, mas técnica também. Afinal, em termos de trânsito, os comportamentos inseguros e as falhas humanas são campeãs em infrações e determinantes nas ocorrências dos sinistros. Flexibilizar de forma demasiada ou tapar os ouvidos ante os alertas de especialistas da área pode promover a economia na ponta, mas aumentar a “fatura” para a saúde e a previdência. O que se espera é a imunidade ante interesses alheios à segurança no trânsito, seja de que esfera for. Que se promovam ajustes, adote-se modelo que se revele mais adequado, mas sem “rasgar” o conhecimento acumulado.

Caio Gomez



Em defesa do BRB real



» MÁRCIA ABRAHÃO
Doutora em geologia, ex-servidora do Banco Central e ex-reitora da UnB

O Banco de Brasília S.A., o nosso BRB, nasceu quase junto com a capital federal. Criado em 1964, consolidou-se como parte inseparável do processo de construção e desenvolvimento do Distrito Federal, com uma missão que vai muito além da atividade bancária tradicional: fomentar o crescimento econômico e social do DF, missão expressamente prevista na Lei Orgânica. Essa vocação, longe de ser retórica, norteou décadas de atuação da instituição e contribuiu para que milhares de famílias realizassem o sonho da casa própria, pequenos e médios comerciantes ampliassem seus negócios e produtores rurais mantivessem a força do cinturão agrícola que abastece a nossa região. O BRB cresceu junto com Brasília, e essa história de parceria e confiança explica por que o banco ocupa lugar central no imaginário e no cotidiano da população do DF.

Nos últimos meses, no entanto, o debate público em torno da tentativa de aquisição do Banco Master trouxe ruídos que precisam ser esclarecidos pelo governo local, maior acionista, e por toda a diretoria e conselhos do banco. É preciso separar, com responsabilidade, a instituição BRB — seu corpo técnico, sua trajetória histórica, sua missão constitucional — da condução política de uma operação que nunca representou os valores, a identidade e o papel público do banco. A defesa que faço aqui é da instituição, dos seus servidores e do seu papel estratégico para o Distrito Federal.

A tentativa de compra do Banco Master foi apresentada pelo Governo do DF como um passo

de “expansão nacional”, mas, na prática, como temos visto, colocava o BRB diante de uma operação temerária, incompatível com sua missão de fomento. Desde o início, análises da imprensa e de especialistas do mercado apontavam os riscos: captações caras, aplicações em ativos de difícil realização e um modelo de negócios que não tinha aderência ao propósito do BRB.

Ainda assim, o governo insistiu no negócio e o levou ao Banco Central, mesmo sem autorização legislativa prévia da Câmara Legislativa do DF, contrariando a Lei das Estatais e o rito adequado de governança pública. Foi necessária uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para devolver à Câmara a responsabilidade de deliberar sobre a operação.

Mesmo com todos os alertas, a autorização acabou aprovada “a toque de caixa” pelos deputados distritais da base governista. Felizmente, o Banco Central — órgão técnico, autônomo e responsável pela estabilidade do sistema financeiro — não autorizou a compra. Deixou claro que a transação poderia transferir ao BRB riscos patrimoniais elevados e potencialmente danosos.

É fundamental, portanto, afirmar com toda a firmeza: o episódio do Banco Master não pode ser usado como pretexto para ameaçar a integridade, a imagem ou a natureza pública do BRB. A responsabilidade por essa aventura não é, nem pode ser atribuída ao corpo funcional da instituição, formado por servidoras e servidores que, ao longo dos anos, modernizaram processos, expandiram serviços e mantiveram o BRB sólido, confiável e próximo da população. Eles merecem respeito e valorização.

A defesa do BRB é, antes de tudo, uma defesa do que ele representa para o DF. O banco é responsável por políticas de crédito habitacional acessíveis, apoio a pequenos negócios, financiamentos produtivos, incentivo a atividades agrícolas, execução de programas sociais e serviços essenciais

ao dia a dia da população. Não há instituição privada que possa substituir, com a mesma capilaridade e compromisso, esse conjunto de funções sociais e econômicas. Privatizar o BRB, tese que volta e meia ressurge sempre que se cria artificialmente um clima de desconfiança, seria amputar uma das principais ferramentas de desenvolvimento local de que o Distrito Federal dispõe.

Com a liquidação do Banco Master, cabe agora às instâncias competentes avançarem nas investigações e responsabilizarem, de forma técnica e imparcial, todos os envolvidos nas decisões que tentaram desviar o BRB de seu caminho — do governo aos conselhos e instâncias internas.

Mas é igualmente necessário olhar para o futuro, não apenas para corrigir erros. Precisamos reafirmar o que o BRB é e sempre foi: um patrimônio público estratégico, um banco que serve ao povo do DF, com vocação para promover desenvolvimento regional, inclusão financeira e oportunidades. É fundamental reconduzir o BRB à sua missão histórica, valorizando seu corpo funcional e fortalecendo as políticas de fomento que fizeram do banco um exemplo de instituição pública eficiente.

Sou servidora pública há décadas, gestora, professora e pesquisadora. Conheço a importância de instituições fortes, transparentes e voltadas ao interesse público. A defesa que faço aqui não é política: é civilizatória. O BRB real, o BRB que existe no cotidiano das pessoas, que apoia famílias, empreendedores, produtores rurais e projetos sociais, é um ativo estratégico do Distrito Federal. Preservá-lo é preservar parte da identidade de Brasília e garantir que o desenvolvimento econômico seja, antes de tudo, desenvolvimento para as pessoas.

É isso que defendo: um BRB público, forte, íntegro e fiel à sua história. Um BRB que continue sendo, como tem sido há seis décadas, um parceiro essencial na construção de um Distrito Federal mais justo, mais próspero e mais humano.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Corredores estreitos

Nada descreve com mais precisão o ambiente político brasileiro contemporâneo do que a sucessão de sinais dispersos que, observados superficialmente, parecem apenas manifestações episódicas de um país acostumado à turbulência. Mas, reunidos em um mesmo campo de interpretação, revelam o desenho inquietante de um regime que se fecha paulatinamente sobre a expressão pública e sobre o exercício cotidiano da divergência. Isso ocorre em um processo lento o suficiente para jamais ser percebido como ruptura abrupta, mas constante o bastante para que cada gesto individual passe a carregar o peso de um risco antes inexistente. Observadores atentos compreendem que previsões intelectuais, outrora tachadas de exageradas, começam a assumir a forma incômoda das constatações inevitáveis, porque, em sociedades submetidas a vigilâncias crescentes, o que era advertência torna-se diagnóstico e o que era hipótese transforma-se em constatação silenciosa.

Percebe-se, por meio de análises discretas que evitam a clareza excessiva, que antigas indulgências oferecidas a determinados segmentos instalaram no país uma cultura de imunidades sucessivas, sustentada por décadas de discursos acadêmicos benevolentes, interpretações seletivas e narrativas culturais que sedimentaram a ideia de que certos atores deveriam ser preservados de qualquer escrutínio rigoroso. Não por falta de elementos concretos, mas porque a leitura dominante sempre preferiu justificar infrações políticas alegando a existência de causas supostamente superiores. Construiu-se, dessa forma, uma blindagem que, ao longo do tempo, converteu abusos em hábitos e irregularidades em instrumentos, gerando o ambiente que permitiu.

Constata-se que, ao ingressarem de maneira estruturada no aparato estatal, esses grupos passaram a expandir, gradualmente, sua capacidade de vigilância sobre adversários reais ou potenciais, movimento que se realiza sem rupturas aparentes e que faz com que as fronteiras entre o permitido e o punível se tornem maleáveis. Situação semelhante permite que conceitos jurídicos sejam redefinidos com fluidez estratégica, e que discursos sejam reinterpretados de acordo com o clima político do momento. Permite também que categorias vagas, como desinformação, ameaça institucional ou perturbação da ordem, ganhem contornos variáveis, sempre aplicados com precisão cirúrgica sobre um único espectro ideológico, enquanto outros grupos seguem resguardados sob justificativas já consagradas pelo uso.

Percebe-se, desse modo, que pensamentos, antes situados no campo natural da dissidência democrática, passam a ser tolerados somente quando inofensivos. Opiniões dissonantes, mesmo formuladas com prudência, começam a migrar para o território do risco subjetivo, onde cada palavra publicada ou pronunciada precisa ser avaliada, em função das possíveis leituras feitas pelos administradores da verdade oficial. Cresce, paralelamente, uma burocracia especializada em modular a interpretação das falas, reclassificar condutas, ajustar fatos às narrativas institucionalmente autorizadas e impor decisões que, acumuladas ao longo do tempo, moldam o espaço público de modo a restringir sem anunciar, vigiar sem admitir, punir sem explicitar. Nada disso exige decretos contundentes ou medidas espetaculares, porque o poder moderno descobriu que a eficácia de seu domínio reside não na construção de muralhas, mas na multiplicação de corredores estreitos que forçam cada cidadão a caminhar em linha rigidamente determinada.

Escritos, outrora zelosos de sua independência e de seu compromisso histórico com o escrutínio rigoroso das ações do poder, parecem aderir, por reflexo, à lógica do alinhamento compulsório. Suavizam palavras, editam silêncios e calibram críticas para não excederem os limites tácitos do que se tornou aceitável. Para isso, incorporam definições e rotulações previamente difundidas pelos órgãos oficiais, repetindo categorias que deveriam ser contestadas e aceitando enquadramentos que em outros tempos seriam motivo de editorial contundente.

A linguagem metafórica, as alusões indiretas e os circunlóquios calculados tornam-se instrumentos indispensáveis para quem ainda pretende expressar discordância sem incorrer na ira das instituições responsáveis por vigiar, catalogar e enquadrar comportamentos discursivos. A autocensura, antes resíduo psicológico de ambientes repressivos, consolida-se como prática cotidiana que garante, para muitos, não a liberdade, mas a própria sobrevivência profissional e reputacional.

A sociedade que se habitua a essas formas de regulação afetiva e linguística passa a aceitar como natural a ideia de que discordar exige prudência extraordinária, que opinar demanda cálculo, que silenciar se converte em estratégia de autodefesa e que expressar convicções depende de mapear previamente os pontos cegos da vigilância. Cidadãos diversos relatam experiências em que opiniões rotineiras se converteram em motivo de desconforto, investigações intermináveis ou bloqueios administrativos. Trata-se de fenômenos que, embora pontuais em aparência, somam-se como indicadores de que o país atravessa uma fase de redução silenciosa das liberdades, fase em que a democracia preserva sua aparência formal, mas perde camadas sucessivas de substância até tornar-se estrutura decorativa.

A frase que foi pronunciada:

“Escrevo para dar asas aos dedos.”

Ari Cunha

História de Brasília

Não há crise no Hospital Distrital, muito menos na Fundação Hospitalar. Parece tempestade em copo d'água criada pelo dr. Amador Campos, que deseja ser nomeado diretor do Distrital. (Publicada em 12/5/1962)

Descobertas na história da EVOLUÇÃO HUMANA

Adaptações genéticas identificadas no DNA de indivíduos que viveram a partir de 10 mil anos atrás no sul da África revelam que os *Homo sapiens* existiram e evoluíram na região bem antes do que se imaginava

» ISABELLA ALMEIDA

Ao analisar e comparar o DNA de 28 indivíduos que viveram entre 10,2 mil e 150 anos atrás no sul da África, cientistas descobriram que um grupo de humanos viveu em relativo isolamento por milhares de anos na região. Os pesquisadores das universidades de Uppsala, na Suécia, e de Joanesburgo, na África do Sul, também identificaram adaptações genéticas que contradizem as teorias atuais sobre a evolução e o espalhamento do *Homo sapiens* pelo continente. O estudo foi publicado ontem na revista *Nature*.

O *Homo sapiens* existe há pelo menos 300 mil anos. Mas o local exato de origem da espécie no continente africano era desconhecido. De acordo com algumas teorias, ele evoluiu na África Oriental e só se espalhou para o sul há cerca de 50 mil anos. No entanto, a nova pesquisa demonstra que essa hipótese está errada.

“Há muito tempo sabemos que o sul da África era habitado, mas antes não estava claro se esses habitantes eram somente nossos ancestrais ou se eram *Homo sapiens*. Agora podemos demonstrar que o *Homo sapiens* existiu e evoluiu no sul da África há muito tempo. Essa região desempenhou um papel importante na evolução humana, talvez o mais importante de todos”, afirma Mattias Jakobsson, que liderou o estudo e é professor na Universidade de Uppsala.

Análise genética

O estudo foi feito com base nos genomas de 28 indivíduos que viveram na região a partir de 10,2 mil anos atrás. Quando os pesquisadores compararam o DNA dos povos da Idade da Pedra dessa região com o de todas as outras partes do mundo e com o DNA humano moderno, descobriram que a população avaliada inicialmente viveu isolada por um longo período.

“Este grupo parece ter permanecido geneticamente separado por pelo menos 200 mil anos. Foi somente relativamente tarde, por volta de 1,4 mil anos atrás, que vimos vestígios claros de fluxo gênico para essa população, quando o DNA de indivíduos da África Oriental e Ocidental começou a

Alexandra Coutinho



Helena Malmström, pesquisadora do Departamento de Biologia Organísmica da Universidade de Uppsala, com amostras no laboratório móvel

Eu acho...

O estudo destaca a importância de variantes genéticas exclusivas do *Homo sapiens* encontradas em indivíduos que viveram isolados no sul da África por centenas de milhares de anos. Essas populações preservaram uma diversidade genética significativa

— metade de toda a variação humana. Essas variantes ajudam a revelar quais mudanças foram realmente fundamentais na evolução. Destacam-se as alterações ligadas às funções renais e ao funcionamento cognitivo. Essas variantes são bastante curiosas, pois

estão relacionadas com sofisticadas características biológicas do *Homo sapiens*, tanto em termos de resistência física quanto de capacidades cognitivas complexas.

VELANE FERNANDES, professora de biologia em Brasília

Arquivo pessoal



se tornar visível em indivíduos da África Austral”, diz Jakobsson.

Embora nenhum novo grupo tenha migrado para o sul da África antes de cerca de 1.400 anos atrás, dados genéticos sugerem que membros da população dessa região foram para o norte durante períodos climáticos favoráveis. Há cerca de 8 mil anos, material genético da população do sul foi encontrado em indivíduos

no atual Malawi, e é possível que expansões semelhantes vindas do sul também tenham ocorrido anteriormente.

Uma grande parte dos restos humanos analisados foi encontrada no Abrigo Rochoso do Rio Matjes, uma formação na costa sul da África do Sul. O sítio contém cinco camadas arqueológicas bem definidas, representando diferentes períodos

histórico-culturais, que datam de cerca de 10 mil a 1.500 anos atrás.

“Apesar disso, os indivíduos são praticamente geneticamente idênticos ao longo de todo o período. Não há evidências de migração ou troca populacional. Isso difere do cenário na Europa, por exemplo, onde as mudanças culturais frequentemente coincidem com a chegada de novas pessoas”, afirma Jakobsson.

Alterações específicas

No estudo, os pesquisadores identificaram 79 variantes de DNA que alteram a função dos genes e são exclusivas do *Homo sapiens*. Além disso, todos os *Homo sapiens* vivos e pré-históricos analisados têm o mesmo padrão variante.

“Os genomas dos indivíduos pré-históricos da África Austral são inestimáveis neste

contexto, pois carregam muitas variantes genéticas perdidas em outros grupos. Consequentemente, eles nos ajudam a ver quais variantes genéticas foram realmente importantes para a evolução humana”, diz Jakobsson.

Conforme a professora de biologia do Colégio Presbiteriano Mackenzie Brasília Velane Fernandes, a compreensão da origem do *Homo sapiens* por si só tem destaque e relevância. “O estudo comprova que comportamentos complexos, inovações tecnológicas e a evolução cultural ocorreram internamente, sem influência de migrações. Essas descobertas reposicionam o sul da África e a África como o possível berço, não só do surgimento do *Homo sapiens*, mas de seu desenvolvimento sem interferência de outros grupos, o que traz justa grandeza para a história biológica e social desse continente e verdade para a história da humanidade.”

Entre as descobertas, havia sete variantes genéticas ligadas às funções renais. Os pesquisadores se surpreenderam, pois esperavam encontrar principalmente genes relacionados ao sistema imunológico e às funções cognitivas.

Os pesquisadores também encontraram alterações em genes envolvidos no sistema imunológico e no crescimento neuronal, o que pode afetar o desenvolvimento cerebral e funções cognitivas complexas. Vários pedaços do DNA foram relacionados à atenção, uma capacidade mental que pode ter evoluído de forma diferente no *Homo sapiens* em comparação com os neandertais e os denisovanos.

Cerca de 80% do material genético analisado pela equipe continua presente em populações modernas, como os Ju/'hoansi na Namíbia e em Botswana, e o povo Karretjie na África do Sul. Assim, em contraste com teorias anteriores, que propunham que os povos Khoe-San modernos descendem de um povo amplamente distribuída por grande parte da África, os resultados demonstram que os caçadores-coletores pré-históricos da África Austral estavam isolados no sul, mas, mesmo assim, constituíam uma população grande e estável.

BEM-ESTAR

Ter um cão melhora a saúde mental de adolescentes

A alegria e o bem-estar proporcionados por ter um cachorro de estimação já são conhecidos pela ciência. Agora, pesquisadores da Universidade Azabu, no Japão, apontam um motivo para que isso aconteça: os cães provocam mudanças na composição da microbiota que vive dentro e sobre o corpo humano, de maneira a melhorar a saúde mental, sobretudo, dos adolescentes.

“Criar cães tem efeitos benéficos, especialmente para adolescentes, e esses efeitos podem ser mediados pela simbiose com micro-organismos”, afirma o autor Takafumi Kikusui.

Em trabalhos anteriores, a equipe de Kikusui descobriu que jovens que crescem com um cachorro desde cedo e continuam tendo um cão na vida adulta apresentam pontuações mais altas em medidas de companheirismo e apoio social. Outros estudos revelaram que donos desses animais também apresentam diferenças no microbioma.

“Adolescentes que têm cães apresentam maior bem-estar mental, e também descobrimos que a posse de um cão altera a microbiota intestinal”, disse Kikusui. “Como a microbiota intestinal influencia o comportamento por meio do eixo intestino-cérebro, realizamos este experimento.”

Os pesquisadores descobriram que o fato de uma pessoa ter um cachorro aos 13 anos permitia estimar seus índices de saúde mental e comportamento. Problemas sociais foram significativamente menores em adolescentes que tinham um cão em casa em comparação com aqueles que não tinham.

Em seguida, analisaram amostras do microbioma coletadas da boca. Após o sequenciamento dos microrganismos, encontraram diversidade e riqueza de espécies semelhantes entre os dois grupos de adolescentes avaliados. No entanto, a composição do microbioma apresentou diferenças, sugerindo que a presença de um cachorro alterava a abundância de bactérias

Nozomi Hirayama



orais específicas. Eles levantaram a hipótese de que alguns desses microrganismos poderiam estar correlacionados com os resultados dos testes psicológicos dos jovens.

Testando a hipótese

Para testar essa hipótese, os pesquisadores trataram camundongos de laboratório com a

microbiota de adolescentes donos de cães para verificar se e como isso afetava o comportamento social. Os ratos que passaram por esse processo ficaram

A menina vive com seu cachorro desde os 3 anos. Todo verão, eles vão acampar juntos

mais tempo cheirando seus companheiros de gaiola. Os animais também demonstraram uma abordagem mais social em relação a um colega que estava preso, um teste comportamental normalmente usado para avaliar o comportamento pró-social nesses bichos.

“A descoberta mais interessante deste estudo é que bactérias que promovem a prosocialidade, ou empatia, foram encontradas no microbioma de adolescentes que têm cães”, disse Kikusui. “A implicação é que os benefícios de ter um cão incluem proporcionar uma sensação de segurança por meio da interação, mas acredito que também tenha valor em seu potencial para alterar a comunidade microbiana simbiótica.”

MEIO AMBIENTE/ Das 5.191 espécies animais presentes no bioma, pelo menos 478 estão ameaçadas, segundo dados do ICMBio. Especialistas apontam a recuperação e a preservação da savana brasileira como fundamentais para a conservação da biodiversidade

Fauna do Cerrado em risco de extinção

» CARLOS SILVA
» ANA CAROLINA ALVES

Considerado berço das águas e coração geográfico do Brasil, o Cerrado tornou-se, também, epicentro de uma emergência ambiental silenciosa. Negligenciadas e longe dos olhos do grande público, centenas de espécies de animais podem desaparecer do bioma. Dados oficiais compilados no Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mostram um cenário alarmante: das 5.191 espécies animais presentes no Cerrado, pelo menos 478 estão ameaçadas de extinção.

Os números detalham a gravidade do problema: 64 espécies estão Criticamente em Perigo — o último estágio antes do desaparecimento total na natureza; 129 são classificadas como Em Perigo; 173 estão na categoria Vulnerável; e outras 118 são consideradas Quase Ameaçadas, prestes a ingressar na lista vermelha. Somadas, essas categorias representam centenas de animais que correm o risco de desaparecer e, caso a trajetória atual se mantenha, serem vistas pelas próximas gerações apenas em ilustrações científicas.

A lista das 64 espécies Criticamente em Perigo de extinção é um retrato da diversidade e da vulnerabilidade do Cerrado. Ela abrange desde peixes minúsculos, que completam seu ciclo de vida em poças efêmeras, até aves icônicas e misteriosas.

Entre os peixes anuais do gênero *Hypsolebias*, coloridos e especialistas em sobreviver em ambientes extremos, a destruição de suas lagoas temporárias significa a morte instantânea. O pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), uma das aves aquáticas mais ameaçadas do mundo, vê seus últimos refúgios de águas limpas e rápidas serem assoreados e poluídos.

A rolinha-do-planalto (*Columbina cyanopsis*), considerada extinta por décadas e redescoberta recentemente, luta pela sobrevivência com uma população ínfima. O bico (*Sporophila maximiliani*), outrora comum, foi levado à beira da extinção pelo tráfico de pássaros. O majestoso mutum-pinima (*Crax fasciolata pinima*), uma subespécie endêmica do Maranhão, é vítima da caça e da perda de habitat.

Nas cavernas, um mundo inteiro de espécies troglóbias — adaptadas à vida no escuro — está em risco. Peixes cegos, como os bagrinhos-de-caixa (*Huglanis spp.*), a aranha *Isoctenus corymbus* e uma diversidade de crustáceos e opiliões (como o *landu-moema uai*) dependem da integridade dos frágeis ecossistemas subterâneos, ameaçados pela mineração, pelo desmatamento e pela contaminação da água.

Pressão

Especialistas são unânimes em apontar que a recuperação e a preservação da savana brasileira são fundamentais para a conservação da biodiversidade. Kenya Carla Cardoso Simões, bióloga e mestre em Ecologia, explica que o desaparecimento de animais decorre de um conjunto de pressões interligadas, sendo as principais delas a perda e a fragmentação dos habitats naturais, provocadas pela expansão da fronteira agropecuária, especialmente na região do MATOPIBA — área de expansão agrícola que abrange parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Esse processo cria “fragmentos isolados, onde muitas espécies não conseguem sobreviver por falta de espaço, alimento e conectividade”. O

Amarildo de Castro/CB/D.A Press



O desmatamento e a agricultura são apontados como principais responsáveis pela devastação do bioma

Ciro Albano /Acervo Save Brasil



Rolinha-do-planalto (*Columbina cyanopsis*)

Reprodução/ICMBio



Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*)

Espécies em perigo

64 espécies estão Criticamente em Perigo
129 são classificadas como Em Perigo;
173 estão na categoria Vulnerável;
118 são consideradas Quase Ameaçadas

uso inadequado do fogo, os agrotóxicos e as mudanças climáticas atuam como fatores multiplicadores da crise. O impacto mais estrutural, segundo a especialista, é o colapso da segurança hídrica.

Conhecido como “berço das águas”, o Cerrado, com sua vegetação de raízes profundas, “atua como uma esponja natural”. Com o desmatamento, “o solo perde sua capacidade de retenção, o escoamento superficial aumenta, as vazões dos rios diminuem e nascentes e vere-das desaparecem”, alerta Kenya. Esse ciclo vicioso está “transformando o Cerrado em um ambiente cada vez mais quente, seco e empobrecido”, completa.

Para reverter esse cenário, a especialista defende que o Cerrado precisa “deixar de ser tratado como uma vegetação de segunda classe” e receber políticas específicas. Na opinião dela, a efetividade de medidas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado (PPCerrado), do governo federal, embora tecnicamente sólido, “dependerá de prioridade política constante e de políticas econômicas ajustadas à realidade produtiva e socioambiental do bioma”. A recu-

peração, conclui, exige uma mudança de lógica: “Tratar a conservação não como obrigação legal, mas como oportunidade econômica”, destaca a bióloga.

Grito por ação

Enquanto dados oficiais e especialistas apontam para a possibilidade de extinção de centenas de espécies, as comunidades quilombolas, das mais fundamentais guardiãs do Cerrado, vivem, no seu cotidiano, as consequências concretas desse desaparecimento. “Para nós, esses desaparecimentos têm impacto direto em nossas vidas, pois dependemos diretamente da fauna e da flora para o nosso bem-estar”, relata Jhonny Martins, um dos líderes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Martins elenca o que tem se tornando cada vez mais raro: “Araras, beija-flor, tucanos, tatus, cutias, jacus...” e, na flora, “ipês, sangra d’água, aroeiras, alfavaca, milome”. Para ele, essa não é uma mera lista de perda ecológica, mas cultural. “Nossa cultura é baseada na natureza”, assinala. “Precisamos das palhas das palmeiras para fazer sombras para nossas festas, da inspiração da observação da fauna para produzir nossas músicas. Sem esses elementos naturais, não temos inspiração para manter o saber. Nosso conhecimento é baseado na convivência com a natureza”, ressalta.

Sobre o futuro, Martins é direto: “O Cerrado vai acabar, porque o que a gente vê é uma certa autorização para essa destruição”. Ele critica o fato de o bioma ser tratado como “de segunda categoria” nas políticas ambientais, destacando que “a destruição do Cerrado traz

consequências, também, para o bioma amazônico”.

Proteção

Em nota, o ICMBio informou que o dever institucional do órgão é executar políticas públicas para a preservação da biodiversidade brasileira. “Não fazemos, portanto, distinção de espécies.” A estratégia central de mitigação do problema, segundo o instituto, está ancorada na criação de áreas protegidas, seguindo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). “Essa abordagem visa proteger habitats inteiros, salvaguardando as complexas teias de vida, em vez de focar em espécies individuais.”

O órgão destacou, ainda, que a preservação da fauna é uma necessidade prática para a sociedade. Em sua nota, o instituto ressaltou que “os animais desempenham papéis fundamentais na manutenção do equilíbrio ecológico dos biomas”, atuando em processos vitais, como “polinização, dispersão de sementes, controle de pragas e ciclagem de nutrientes”.

O órgão alertou que o desaparecimento de uma única espécie pode causar “desequilíbrios em cadeia”, enfraquecendo a resiliência da natureza, e relacionou a sobrevivência da fauna diretamente ao bem-estar humano. “A fauna é indispensável para a manutenção dos chamados serviços ecossistêmicos — os benefícios que a natureza oferece às sociedades humanas”, afirmou.

A conclusão da nota do instituto serve como um resumo do desafio: “Preservar a fauna, portanto, não é apenas uma questão ética ou estética, mas uma necessidade prática para assegurar a continuidade da vida e a sustentabilidade dos recursos naturais dos quais dependemos”.

Reprodução/Ibama



Destruição de lagoas significa a extinção para alguns peixes

Desmatamento zero até 2030

O governo federal lançou, em 2023, a 4ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), que vai vigorar até 2027, com o objetivo de reduzir a perda de vegetação nativa e alcançar o desmatamento zero até 2030. O plano está estruturado em quatro eixos principais: atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle ambiental, ordenamento fundiário e territorial, e instrumentos normativos e econômicos.

Entre os destaques da medida, está a meta de eliminar o desmatamento ilegal e compensar a supressão legal por meio de incentivos econômicos e recuperação de áreas degradadas. Estão previstas ações como a implementação de sistemas de rastreabilidade de produtos agropecuários, a ampliação do manejo integrado do fogo e a estruturação de um “Fundo Biomas” (ainda sem fonte de recursos definida) para financiar a conservação.

O plano prevê, ainda, a revisão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) — instrumento de planejamento territorial que divide o território em zonas, baseando-se em suas características ambientais e socioeconômicas — estaduais. É prevista a possibilidade de ampliação da reserva legal em até 50% em áreas críticas, além da definição de áreas prioritárias para

compensação ambiental.

Também será revisado o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) — ferramenta que ajuda agricultores a planejar o plantio e indica as épocas de menor risco de perdas por problemas climáticos — para culturas como soja, milho e cana, orientando a expansão agrícola de acordo com a disponibilidade hídrica. Outra frente é a integração de dados de autorizações de desmatamento estaduais no sistema federal (Sinflor), essencial para distinguir o desmatamento legal do ilegal.

Além disso, o PPCerrado busca fortalecer a governança territorial com a destinação de terras públicas para proteção de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que hoje representam apenas 13% da área total do bioma. Também estão previstas a criação e a consolidação de unidades de conservação, a regularização fundiária de territórios coletivos e a implementação de instrumentos econômicos, como pagamento por serviços ambientais e cotas de reserva ambiental.

Com metas anuais de monitoramento e transparência, o plano pretende reverter a tendência de alta no desmatamento, que atingiu 10,7 mil km² em 2022, e assegurar a conservação do Cerrado como patrimônio nacional.

Perdas irreparáveis

Conheça as quatro espécies cuja extinção mais prejudicaria o Cerrado

» Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*)

Sua presença é indicadora da qualidade da água — onde ele vive, os rios estão saudáveis. A extinção representaria a perda de um bioindicador raríssimo;

» Rolinha-do-planalto (*Columbina cyanopsis*)

Por ser endêmica do Cerrado, sua preservação está diretamente ligada à conservação desse bioma;

» Libélula (*Forcepioneura machadorum*)

A presença de libélulas, especialmente em áreas com corpos d’água limpa, é um forte indicativo de um ambiente saudável e com boa qualidade de água, além de ser um elo importante da cadeia alimentar;

» Peixe anual (*Hypsolebias rufus*)

São bons indicadores de qualidade ambiental, pois mantêm a qualidade do solo e da água. Suas adaptações únicas de desenvolvimento e envelhecimento os tornam modelos biológicos valiosos para pesquisa científica.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Comitê de Segurança Pública do IRB anuncia auditoria ampla para 2026



TCDF/Divulgação

O presidente do Comitê de Segurança Pública e conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Renato Rainha, participou nesta semana do encontro “Segurança Pública em Foco: Experiências em Fiscalizações na Política de Segurança Pública”, promovido pelo Comitê de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa (IRB), durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC). Rainha defendeu a necessidade de apoio nacional aos estados na área de segurança pública. Ele destacou que, nos últimos cinco anos, o Fundo Nacional de Segurança Pública transferiu quase R\$ 8 bilhões ao Distrito Federal, mas que quase metade desse valor (R\$ 3,5 bilhões) ainda não foi usado. Segundo o conselheiro, mesmo com os R\$ 4 bilhões já aplicados, os resultados ficaram aquém do esperado. “Precisamos ajudar os estados a entenderem por que esses recursos não foram usados onde realmente eram necessários”, afirmou. Ele anunciou a realização de uma auditoria ampla para o próximo ano, com o objetivo de identificar falhas na aplicação dos recursos e apontar melhorias para o setor.

PGDF mais perto do cidadão

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal realizou, em Ceilândia, uma ação social para orientar a população sobre o Programa Negocia-DF, oferecendo descontos em multas e juros e parcelamento facilitado para regularização de débitos como IPTU, IPVA e ICMS. A iniciativa aproxima o Poder Público do cidadão e reforça o compromisso da PGDF em facilitar a vida de quem deseja regularizar sua situação fiscal.



Divulgação



Divulgação/TJDFT

Prêmio Diamante para o TJDFT

Pela sétima vez consecutiva, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Diamante, a mais alta distinção concedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais brasileiros. O troféu foi entregue ao juiz auxiliar da Presidência, Eduardo Rosas, que representou o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Júnior. A cerimônia ocorreu na última terça-feira, durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis. O TJDFT alcançou 86,8% dos requisitos estabelecidos, garantindo a pontuação necessária para figurar entre os órgãos mais bem avaliados do país. Foram analisados quatro eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia. Nesse, o TJDFT obteve índice de 100%.

PSDB oficializa filiação de Paula Belmonte

A deputada distrital e pré-candidata ao GDF Paula Belmonte oficializou ontem sua filiação ao PSDB. A cerimônia reuniu lideranças políticas, apoiadores e representantes da sociedade civil. Durante o evento, a deputada destacou que sua decisão representa uma nova etapa em sua caminhada pública e reforçou o caráter não tradicional da sua trajetória na política. “O PSDB vive hoje um novo momento, de reconstrução, de retomada do diálogo, do equilíbrio e da política responsável. Quando o PSDB perdeu força, foi o Brasil que perdeu. Por isso, hoje damos um passo seguro na construção de um novo PSDB, mais forte, mais conectado com a sociedade e com a democracia”, afirmou o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves. Também estavam presentes a ex-governadora Maria de Lourdes Abadia, o ex-governador José Roberto Arruda, a senadora Leila do Vôlei, o ex-senador José Antônio Reguffe e diversas outras autoridades.



Divulgação

Maturidade institucional

O presidente do TJDFT, Waldir Leôncio, comemorou a premiação. “Esta conquista não é apenas um distintivo de excelência. É a expressão da maturidade institucional, da governança responsável, da cultura de resultados e da dedicação exemplar de magistrados, servidores e colaboradores que constroem diariamente um Tribunal comprometido com a sociedade”, afirmou.



À QUEIMA-ROUPA CLÁUDIA ALCÂNTARA, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO DF (SINDEPO-DF)

“O sindicato não apoia nomes, apoia projetos. Qualquer candidatura que apresente propostas sólidas para fortalecer a Polícia Civil, garantir segurança jurídica e valorizar os delegados e os policiais civis terá espaço para dialogar conosco”

Sindepo/Divulgação



Vários políticos acompanharam a solenidade de assinatura da MP do reajuste da segurança pública do DF. Por que houve essa comoção política em torno do tema?

Houve uma forte mobilização política porque a recomposição salarial da Polícia Civil do DF é uma pauta histórica, complexa e que exige articulação em várias frentes. O presidente Lula cumpriu integralmente o acordo construído junto ao MGI (Ministério da Gestão e da Inovação) e, ao assinar a MP, demonstrou sensibilidade e respeito pelas forças de segurança do Distrito Federal. A ministra Esther Dweck conduziu o processo com seriedade técnica, diálogo e responsabilidade. No Congresso, a senadora Leila Barros teve papel central nas articulações, somando-se ao apoio firme da deputada Erika Kokay, do senador Izalci Lucas, do deputado Rafael Prudente e do deputado Chico Vigilante. Também contamos com o acompanhamento dos parlamentares distritais Wellington Luiz e Jane Klebia. Do lado do GDF, tivemos gestos institucionais importantes do governador Ibaneis, da vice-governadora Celina Leão e do secretário Sandro Avelar. Essa união de esforços explica por que o tema ganhou tanta atenção política e culminou em um resultado tão significativo para a segurança pública.

O Sindepo vai fechar uma posição em torno de candidaturas em 2026, como houve em outras ocasiões?

O Sindepo é uma entidade apartidária e dialoga com todos os projetos que se colocam para o Distrito Federal. Em 2026, seguiremos essa tradição: ouviremos atentamente todos os postulantes que queiram apresentar propostas para a Polícia

Civil do DF, sempre com absoluto respeito à pluralidade política. Nosso compromisso é garantir que a categoria tenha acesso a informações claras e objetivas para formar sua própria convicção. A decisão eleitoral é individual e pertence a cada filiado. Ao sindicato, cabe assegurar um ambiente de diálogo maduro, técnico e responsável, preservando nossa autonomia e mantendo portas abertas com todos aqueles que valorizam e compreendem a importância da nossa instituição.

Quem o Sindepo apoia para a disputa ao GDF e ao Senado?

O sindicato não apoia nomes, apoia projetos. Qualquer candidatura que apresente propostas sólidas para fortalecer a Polícia Civil, garantir segurança jurídica e valorizar os delegados e os policiais civis terá espaço para dialogar conosco. A pauta é técnica, não partidária.

Há tradição de que só vence o Buriti quem tem o apoio da Polícia Civil. Acredita nisso?

A Polícia Civil tem grande credibilidade e conhece profundamente a realidade do DF. Quem se aproxima da instituição com respeito, diálogo e compromisso naturalmente ganha força. Não se trata de decidir eleições, mas de reconhecer que segurança pública é um eixo central de qualquer projeto de governo.

Qual é o clima da categoria com esse reajuste?

O clima é de gratidão, reconhecimento e renovação de confiança. A categoria viveu um processo longo de espera, e a MP chegou como um gesto concreto de valorização. Encerramos o ano com alívio e motivação, celebrando um avanço que fortalece toda a Polícia Civil do DF e reforça a importância do nosso trabalho.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | RODRIGO ROLLEMBERG | DEPUTADO FEDERAL (PSB)

Parlamentar afirma que tem expectativa de obter as 171 adesões necessárias para instalar investigação do Banco Master

“Temos 116 assinaturas para CPI”

» VITÓRIA TORRES

O deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que há 116 assinaturas das 171 necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master na Câmara dos Deputados. No programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — de ontem, o parlamentar também falou aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza sobre o cenário político do Distrito Federal e a movimentação para as eleições de 2026.

O que pede o seu requerimento para uma CPI do Banco Master na Câmara dos Deputados?

Estamos falando de um desvio de R\$ 12,2 bilhões, uma coisa absolutamente inusitada, é difícil até de acreditar como é que um banco como o BRB compra R\$ 12,2 bilhões de títulos inexistentes, como demonstrou a Polícia Federal. E o pior, depois disso, para encobrir a operação, o BRB tenta comprar o Banco Master por R\$ 2 bilhões, numa operação em que o governador do DF, Ibaneis Rocha, está diretamente envolvido, porque, todos acompanharam, pela imprensa, a defesa veemente que ele fez da compra do Master pelo BRB, inclusive, depois da negativa do Banco Central. O Banco Central negou e encaminhou a documentação para a Polícia Federal. Ainda assim, o governador Ibaneis insistiu na compra do Banco Master pelo BRB.

A gente sabe, também, que, para a presidência e a diretoria do BRB, têm indicações políticas que partem de presidentes de partidos nacionais, o presidente do PP, o presidente do União Brasil. Portanto, é muito importante que todas essas ligações políticas que levaram a essa fraude, a esse rombo bilionário, sejam investigadas a fundo, com o objetivo de punir os culpados e também de criar legislação que possa dificultar esse tipo de operação.

Para a instalação de uma CPI na Câmara, são necessárias 171 assinaturas? Quantas foram obtidas?

Nós já temos 116 assinaturas. A gente percebeu uma movimentação muito grande de deputados querendo assinar a CPI, a partir da decisão do ministro Dias Toffoli, ontem (terça-feira), de dar sigilo absoluto ao

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aponte a câmera para assistir à entrevista

Como o senhor avalia a nomeação do novo presidente do BRB e o anúncio de que haverá uma auditoria independente na instituição?

As informações que temos é que o presidente foi indicado pelo mesmo grupo político que indicou o presidente anterior. Mas vamos aguardar. Não quero fazer nenhum pré-julgamento. Acho que é muito importante que tenham auditorias independentes, mas acho que a melhor auditoria, neste caso,

é a da Polícia Federal e de uma CPI.

No seu governo, também houve problemas na gestão do BRB. Qual é a diferença entre o que aconteceu no seu governo para agora?

Primeiro, é importante ressaltar que, ao final da minha gestão, eu deixei o BRB extremamente saudável e isso foi reconhecido pelo Banco Central. Eu jamais me imiscuí em qualquer decisão do BRB. Em nenhuma operação

do BRB, da menor à maior, houve qualquer interferência minha. Agora, nós estamos tratando de uma operação de R\$ 12,2 bilhões, de compras de títulos inexistentes, de uma tentativa depois da compra de um banco por R\$ 2 bilhões para encobrir a operação anterior e que houve uma participação, uma liderança, do governador Ibaneis Rocha.

Falando sobre as próximas eleições, o senhor acredita que a candidatura do ex-governador Arruda vai vingar?

Não tive ainda condições de me aprofundar na questão jurídica. Certamente, o que a gente percebe, claramente, até por manifestações públicas nos jornais, é que há uma tentativa do governador Ibaneis de evitar a candidatura do Arruda. Aliás, esse é o *modus operandi* do governador Ibaneis, de tentar retirar os adversários da disputa para tentar disputar a eleição sozinho. Dessa vez, ele não vai conseguir, porque, certamente, o PSB terá candidato, o Ricardo Cappelletti, um candidato combativo, um candidato que vem fazendo oposição sistemática ao governador Ibaneis, que foi o primeiro a denunciar com muita consistência esse escândalo do BRB.



UM FAENGE
SEMPRE
SURPREENDE

NOROESTE | ÁGUAS CLARAS | PARK SUL



R.I: 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R.9/131486

PALAZZO
105

LUXO REFLETIDO
DE FORMA ÚNICA

Visite decorado
By Denise Zuba

- **NOROESTE**
- 4 SUÍTES
- 193 A 238M²
- APARTAMENTO
PERSONALIZADO
COM MÁRMORE
TRAVERTINO E MADEIRA
SONOTTO



PRONTO
COM HABITE-SE



R.I: 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R.4-341104

VIVA
ÁGUAS CLARAS
RESIDENCIAL RESORT

UM RESORT PARA
CHAMAR DE LAR

VISITE DECORADOS
2, 3 E 4 QUARTOS

- **ÁGUAS CLARAS**
- 2, 3 E 4 QUARTOS E
COBERTURAS LINEARES
- 2 QTS - 61 A 64M²
- 3 QTS - 76 A 90M²
- 4 QTS - 119 A 121M²
- COB 3 QTS - 130 A 148M²
- COB 4 QTS - 241M²



LANÇAMENTO



R.I: 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL
R-9.59286/R-2-115388

fikey
PARK SUL

UM NOVO JEITO DE
INVESTIR. UMA NOVA
FORMA DE FICAR.

OPEN DECORADOS 06/12,
SÁBADO, A PARTIR DE 9H30

- **PARK SUL**
- STUDIO, 1 QUARTO E LOJAS
- STUDIOS - A PARTIR DE 30M²
- 1 QT - 35 A 56M²
- LOJAS - 75 A 568M²

LOCAÇÃO DESCOMPLICADA

GESTÃO EFICIENTE

ALTA RENTABILIDADE



PRÉ-LANÇAMENTO

O IMÓVEL DA SUA VIDA
MERECE SER UM **FAENGE.**

ALTA ARQUITETURA, ALTA EXECUÇÃO E ALTÍSSIMO VALOR AGREGADO.

CENTRAIS DE VENDAS: **3020-2000**

SAIBA MAIS:

NOROESTE:

Avenida W9, Quadra
509, ao lado do Posto
Shell.

ÁGUAS CLARAS:

Av. Sibipiruna, acima
da CAESB.

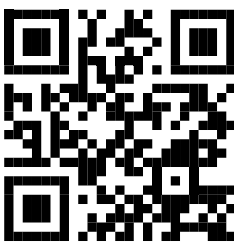
PARK SUL:

Avenida do Casa
Park, em frente à Pão
Dourado.



WHATSAPP:

(61) 98271-1177



CB.PODER

O secretário de Turismo do DF, Cristiano Araújo, afirma que houve 40% mais estrangeiros na capital federal neste ano, em visitas que vão além do interesse cívico. “A cidade está virando uma referência no calendário esportivo e cultural”, disse

Brasília na rota internacional

» ARTUR MALDANER*

Este ano vamos registrar de 100 a 150 mil estrangeiros que visitam Brasília, um aumento que supera 40% em relação ao ano passado”, afirmou o secretário de Turismo do Distrito Federal, Cristiano Araújo, convidado de ontem do *CB.Poder* — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos, o gestor público declarou que o turismo da capital se destaca em atividades corporativas, esportivas e culturais, ultrapassando a rentabilidade do turismo cívico, como a visita de monumentos. “Brasília está virando uma referência no calendário esportivo e cultural no Brasil”, completou.

O carnaval deste ano, com mais de 2 milhões de pessoas na rua, foi apontado por Cristiano Araújo como um sucesso no turismo da cidade. Ele também citou a corrida da Stock Car no Autódromo de Brasília, realizada em 30 de novembro, como um acerto, já que movimentou o setor hoteleiro e deu vida à pista, inutilizada há mais de 10 anos. Atualmente, o autódromo segue com 60% das obras de renovação concluídas e, segundo o secretário, devem ser finalizadas em julho do ano que vem, com 54 eventos de automobilismo previstos.

“Estamos trabalhando muito para melhorar o receptivo da capital, investindo na promoção da cidade”, comenta o entrevistado. Ele afirma que a Secretaria de Turismo (Setur) participa de feiras internacionais do setor, principalmente

em Portugal e na Argentina, para a captação de novos visitantes. Em apoio a essa recepção, a secretaria dispõe de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT’s), localizados em locais como a Praça dos Três Poderes, a Rodoviária Interstadual e o desembarque do Aeroporto Internacional de Brasília.

Por meio dos CAT’s, a Setur divulga serviços de turismo cadastrados no Distrito Federal, que vão de monumentos, vinícolas, fazendas, museus e até cachoeiras, que podem ser consultadas por meio do site oficial da Setur, ou pelo aplicativo Brasília de A a Z. “Nós entendemos que o principal ponto do turismo é a promoção. Alguém tem que te contar a história para que você tenha vontade de conhecer”, afirma o secretário.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aponte a câmera para assistir a entrevista completa

revitalização de espaços tradicionais, como a Praça dos Três Poderes, e lembra da Casa de Chá do Senac, que era um centro de atendimento ao turista “pouco utilizado”, como parte dessa modernização.

Atualmente, quatro projetos de iluminação estão em discussão para revitalizar monumentos de Brasília, entre eles estão a Praça dos Três Poderes, a Ponte JK, a

Esplanada dos Ministérios e a Torre de TV. De acordo com o entrevistado, há diálogo com Edison García, presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), para garantir que as iniciativas sejam aprovadas no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

***Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti**

JUSTIÇA

Réus do caso de clínica no Paranoá em liberdade

» DAVI CRUZ
» LUIZ FELLIPE ALVES

Quatro dos seis denunciados à Justiça pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio, cárcere privado e associação criminosa após o incêndio da Comunidade Terapêutica Liberte-se, no Paranoá, foram soltos, na última terça (2/12). Entre eles, estão Douglas Costa e Jocklane Lima — apontados como administradores da clínica — que estavam presos há dois meses e dois dias.

Ao **Correio**, o advogado de defesa, Klebes Rezende, afirmou que duas acusações graves foram retiradas do inquérito pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), que são: cárcere privado e associação criminosa. Apesar da queda dessas acusações, Douglas Costa e Geraldo Ramos permanecem respondendo por 6 homicídios e 15 tentativas de homicídio. Jocklane Lima e Sérgio Rodrigues respondem apenas pelas tentativas.

O advogado explica que a soltura de Douglas e Jocklane foi estabelecida após um novo entendimento do juiz. “Foi uma revogação. Ficou entendido que eles podem responder o processo de liberdade porque não oferecem risco de prejudicar a investigação nem de se evadir da culpa”, explicou o defensor. Eles responderão ao processo em liberdade, sem medida cautelar. Klebes também comentou que Douglas havia sido transferido para a UTI do Hospital Regional da Asa Norte (Hran) com quadro de pancreatite aguda edematosa, em 24 de novembro.

Segundo o inquérito policial realizado pela 5ª DP (Paranoá), no dia do incêndio, os internos estavam sedados e trancados no quarto, o que dificultou a saída do cômodo. O fato de estarem com a fuga dificultada, indiciou os suspeitos por homicídio e tentativa de homicídio. Segundo Rezende, o foco é rebater as denúncias de homicídio.

Entre os itens que constam no

inquérito, está um isqueiro, que a investigação conclui que teria sido essa a causa do incêndio. O advogado, entretanto, não descarta nenhuma hipótese. “Se for um incêndio criminoso, nós queremos que a justiça seja feita e que seja penalizado quem cometeu o crime, não pode passar impune”, declarou o advogado. Klebes também aponta que a defesa irá analisar o inquérito policial e, se for necessário, solicitar novas perícias, mais depoimentos e investigações.

Inicialmente, foram expedidos seis mandados de prisão. Quatro deles foram cumpridos na fase de prisão preventiva contra Mateus, Álvaro, Jocklane e Douglas. Logo nos primeiros 30 dias após a prisão, a defesa conseguiu a revogação da prisão de Mateus e Álvaro, que eram voluntários, resultando no arquivamento do processo contra eles.

Relembre o caso

Na madrugada de 31 de agos-

Ed Alves CB/DA Press



Após 6 mortes e 11 feridos, clínica permanece fechada, sem previsão de retorno das atividades

to deste ano, os internos da unidade da chácara 420 da Comunidade Terapêutica Liberte-se enfrentaram momentos de terror. Um dos quartos da instituição — que estava com portas e janelas trancadas — pegou fogo. Ao todo, seis internos morreram (cinco no mesmo dia e um posteriormente, no hospital) e 11 pessoas

ficaram feridas.

No DF, existem três lugares que levam o mesmo nome. Devido ao incêndio, diversas investigações e fiscalizações foram iniciadas para averiguar as condições das outras clínicas. Em 17 de setembro, a Comissão dos Direitos Humanos da CLDF realizou uma fiscalização na unidade do Lago Oeste. A

Comissão denunciou a clínica por maus-tratos, o que resultou na prisão de três pessoas apontadas como responsáveis pela clínica e o seu fechamento.

A outra clínica, localizada no Paranoá, também passou por uma série de investigações. Segundo a secretaria DF Legal, esta unidade está funcionando e regularizada.

INVESTIGAÇÃO



Carros importados de luxo foram encontrados com investigados

Três homens foram presos, ontem, em Fernandópolis (SP), investigados por fraudes no sistema de emplacamento de veículos no DF. Eles utilizavam credenciais de acesso falsas para burlar os bloqueios automáticos do sistema do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF). Os suspeitos foram encontrados em casas de luxo. Com eles, também foram apreendidos veículos importados e equipamentos eletrônicos que irão passar por perícia para a extração de dados relevantes à investigação.

Ao **Correio**, o delegado responsável pelo caso, João Guilherme, da

Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos, do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DRCC/DECOR), explica como os criminosos conseguiram acesso ao sistema. “Eles obtiveram credenciais de funcionários do Detran de foram ilegal. Com esse acesso, eles conseguiam modificar os registros no sistema do Detran”, afirmou. Ainda segundo o delegado, os homens realizaram diversos emplacamentos falsos, chegando a até R\$ 4 milhões.

Segundo as investigações, eles utilizavam um maquinário sofisticado para falsificar as credenciais.

Além disso, também usavam recursos como VPN — serviço que cria uma conexão mais difícil de se rastrear — para mascarar a origem das conexões, assim, podendo transferir os veículos para outras unidades federativas visando dificultar o rastreamento.

A operação teve início após o próprio órgão de trânsito perceber acessos e irregularidades no sistema. Em nota, a autarquia informou que tem colaborado com as investigações. “Ao detectar indícios de fraude, o Detran-DF prontamente acionou a PCDF e disponibilizou as informações técnicas necessárias para

subsidiar a apuração”.

Em março deste ano, a Polícia Civil também investigou um esquema de corrupção no Detran. À época, dois servidores estavam sendo investigados por cobrar quantias de dinheiro para emitir Autorizações para Transferência de Propriedade do Veículo (ATPV-e) sem a exigência de documentação obrigatória. Na segunda fase desta operação, realizada em novembro deste ano, ficou constatado que esses servidores realizavam esse sistema de corrupção, no mínimo, há quatro anos. A operação ‘Wrong Way’ foi realizada ao longo de 12 meses. (LFA)

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 3/12/2025

» Campo da Esperança

Alice dos Santos Oliveira, 54 anos
Augusta Umbelina da Anunciação, 96 anos
Auzair Moreira Rodrigues, 87 anos
Deusdete Gebrim Silva, 75 anos
Jairo Alexandre, 92 anos
Jeferson Costa Mesquita, 40 anos
José Wilson Campos de Araújo, 91 anos
Kátia Fernandes de Arruda Campos, 58 anos
Lucas da Silva Neiva, 92 anos
Lucília Gomes Carvalho, 59 anos
Manoel Cardozo da Silva, 74 anos

Paulo Motta Nardelli, 79 anos
Wiley da Silva Borges, 41 anos
Zezilza da Costa, 86 anos

» Taguatinga

Emanuel Pereira Gomes, 16 anos
Francisco Gomes de Souza, 83 anos
João Paulo Silvestre de Lima, 32 anos
Jonelita da Silva Barbosa, 71 anos
José Donizete Gonçalves, 65 anos
José Pereira dos Santos Neto, 57 anos
Márcia Cristina de Oliveira da Mota, 64 anos
Maria da Silva Dias, 80 anos
Maria José Ribeiro, 88 anos

Maysa Milena Lacerda de Andrade, 19 anos
Rafael Saraiva de Souza, 43 anos
Robert Walls Soares de Sousa, 60 anos
Vinícius Gustavo da Silva Rodrigues, 22 anos

» Gama

Antônia Rodrigues dos Santos, 86 anos
Cleuza Alves de Souza, 70 anos
Geraldo Vieira, 90 anos
Marcos Brasil Chedid, 72 anos

» Planaltina

Iraides Costa Evangelista, 63 anos
Ivonete Regina de Oliveira Machado, 63 anos
João Alberto Lopes Nunes, 52 anos

» Brazlândia

Agnálio Benedito da Paixão, 74 anos
José de Azevedo França, 70 anos
Sebastião Lopes da Silva, 67 anos

» Sobradinho

Ana Cecília Santos Meneses, menos de 1 ano
Edilson Francisco dos Santos, 57 anos
João Miguel Silva de Lemos, 69 anos

» Jardim Metropolitano

Marlene Ferreira Ribas, 75 anos
Josefina Teodoro, 68 anos
Josélia Brito Campos, 42 anos
Raimundo Nonato de Carvalho, 76 anos
(cremação)



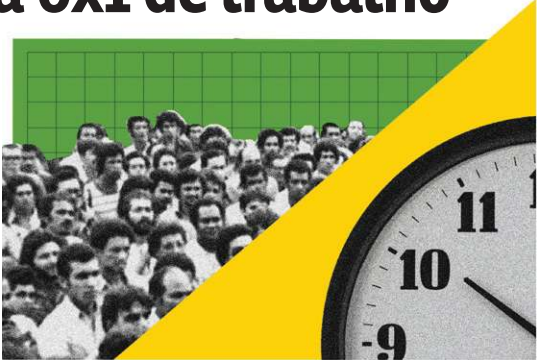
A jornada de mil milhas
começa com um único passo
Lao Tsé



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Proposta alternativa ao fim da escala 6x1 de trabalho

A subcomissão especial da Câmara dos Deputados da escala de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1) adiou ontem a votação do relatório, após pedido de vista coletiva. Apesar de manter a escala 6x1, o texto apresentado propõe a redução da jornada de trabalho no Brasil das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salário. Pela proposta do relator da subcomissão, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que é presidente da Fecomércio do Ceará, a jornada passaria de 44 horas para 42 horas no primeiro ano de implementação da PEC, reduzindo uma hora por ano até chegar às 40 horas semanais. A expectativa é de que o tema seja retomado na subcomissão na próxima semana.



Caio Gómez

"Saída possível" dentro da realidade econômica

O governo federal não gostou da proposta pois defende o fim imediato da escala 6x1.

O relator Luiz Gastão alegou que seu texto foi a saída "possível" dentro da realidade econômica das empresas brasileiras e da elevada informalidade do mercado de trabalho.

Compensação às empresas com redução de tributos

A proposta do relator prevê compensação para empresas por meio da redução de tributos cobrados sobre a folha de pagamento para as companhias que tenham a partir de 30% da sua receita comprometida com salários.

Entidades da cadeia de abastecimento defendem derrubada do veto de Lula

A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em conjunto com as principais entidades empresariais da cadeia nacional de abastecimento, divulgou manifesto conjunto conclamando o Congresso Nacional a derrubar o Veto 35/2025, que será analisado nesta quinta-feira. O veto suprimiu do texto da Lei 15.224/2025 o dispositivo que permitia às empresas deduzirem até 5% da base de cálculo do do IRPJ e da CSLL sobre alimentos próprios para consumo doados dentro do prazo de validade. Segundo o setor, a medida é considerada essencial para ampliar o volume de doações, reduzir desperdício e fortalecer a segurança alimentar no país.

Defesa do incentivo fiscal

O documento destaca que o Brasil vive uma contradição crítica: enquanto milhões enfrentam algum grau de insegurança alimentar, toneladas de alimentos próprios para consumo continuam sendo descartadas ao longo da cadeia produtiva e distributiva. Para as empresas de abastecimento, o veto presidencial suprimiu o ponto central que garantiria a efetividade da política. De acordo com as entidades, o incentivo fiscal previsto era responsável, limitado e monitorado, destinado exclusivamente a alimentos aptos ao consumo e doados dentro do prazo de validade.

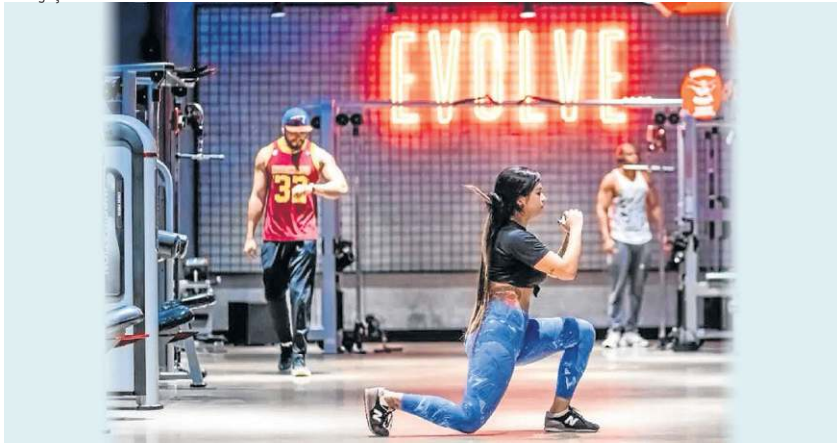
Cristiano Costa - Fecomércio



Mérito Sistema Fecomércio

A primeira edição do Mérito Sistema Fecomércio-DF foi realizada na noite de terça-feira no auditório da CNC. Empresários e autoridades que contribuem para o desenvolvimento econômico e social da capital federal foram agraciados. O governador Ibaneis Rocha foi um dos homenageados. Na categoria empresarial, foram Alvaldir da Silva Oliveira (CTIS), Edis Amaral Oliveira (Dia a Dia), Janete Vaz (Laboratório Sabin), Janine Soares de Brito (Grupo Pinheiro de Brito) e Miguel Soares Neto (Só Reparos). Pelo apoio e contribuição ao setor produtivo, autoridades também receberam o mérito. Entre elas, o presidente da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luiz, o presidente do Tribunal de Justiça do DF, Waldir Leônicio Júnior, e o presidente do Tribunal de Contas do DF, Manoel de Andrade Neto.

Divulgação



Smart Fit assume controle da Evolve

A Smart Fit vai assumir o controle da rede de academias Evolve após fechar acordo para compra de ações da empresa. Com essa operação, a Smart Fit passará a ter 60% do grupo de Brasília. A Evolve atua na região Centro-Oeste, principalmente no Distrito Federal, com 28 academias próprias e conta com 7 unidades em construção. Entre as inauguradas, a do setor Noroeste. O investimento da Smart Fit será de até R\$ 100 milhões, sendo que R\$ 40 milhões serão pagos no momento em que a transação for concluída, afirmou a empresa, em comunicado enviado ao mercado nesta semana.

Nova escola de negócios vai impulsionar empreendedorismo no DF

O Distrito Federal ganha a partir de hoje uma Escola de Negócios e Desenvolvimento Social (Enedes), criada para capacitar empreendedores de micro, pequeno e médio portes, inclusive os nanos, como vendedores ambulantes. Instalada no câmpus Asa Norte do Instituto Federal de Brasília (IFB), a estrutura ocupará mil metros quadrados, com meta de capacitar cerca de 10 mil pessoas por ano. Também vai funcionar como incubadora de startups e polo de pesquisas, com destaque para um laboratório com tecnologia para entender como os consumidores pensam e tomam decisões. A ABDI investiu R\$ 11,57 milhões na criação da escola, enquanto o IFB aportou R\$ 1,34 milhão.

Ônibus para oficinas de inovação

A iniciativa inclui ainda um ônibus para levar oficinas e eventos de inovação a regiões mais afastadas do Plano Piloto, conectando jovens e pequenos negócios ao ecossistema local. A Enedes também ampliará a oferta de cursos on-line do IFB, com meta de formar cerca de 5 mil pessoas anualmente. "Esse ambiente representa uma ponte entre educação, inovação e desenvolvimento social. É uma escola que formará não apenas empreendedores, mas também cidadãos capazes de transformar suas realidades e fortalecer as economias locais das regiões do Distrito Federal", afirma o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli.



DESAFIOS 2026

O protagonismo do Brasil no cenário mundial

O país está diante de escolhas decisivas. Em um momento de transformações globais, o Correio Braziliense promove o tradicional debate "Desafios 2026".

Mais do que um encontro, o evento será um espaço de reflexão, diálogo plural e construção de soluções para o desenvolvimento nacional.

PARTICIPE COMO PATROCINADOR E REFORCE O COMPROMISSO DA SUA MARCA COM O FUTURO DO BRASIL:

10 DE DEZEMBRO

a partir das 08h30
auditório do Correio Braziliense
(SIG Qd. 02 Lt. 340)



ESCANEE O QR CODE
E ENTRE EM CONTATO
COM NOSSA EQUIPE
COMERCIAL.

Apoio:

SENAI

SESI

CNI

CNC

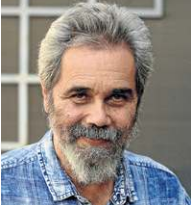
Sesc
Senac

Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

Produção:

CB Brands



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Flamenguistas doentes

Em 1922, o repórter Fernando Jordão, do site do **Correio**, viveu uma aventura nos Andes para assistir à final da Libertadores entre Flamengo e River Plate. Não havia mais voo direto para Lima, e ele teve de fazer escala na cidade do México. Afinal, chegou a Lima, e a estada não foi feliz, até os 38 minutos do segundo tempo, enquanto o River ganhava de 1x0 do Fla e estava com a mão na taça. Mas eis que Gabriel Barbosa fez dois gols, o Flamengo virou o jogo e levantou a taça Libertadores. Flamenguista doente, Fernando sofreu com as gozações de Roberto Fonseca, subeditor do site do **Correio**, vascaíno fanático que desconta a falta de títulos do próprio

time com as derrotas dos adversários. Na redação, quando o Flamengo leva um gol, ele é o primeiro a puxar o coro de palmas dos anti-flamenguistas. Pois bem, enlouquecido pela virada, o tímido e ousado Fernando teve uma ideia luminosa: convenceu uns 10 peruanos a ficarem enfileirados e gravou a mensagem fulminante, com todos de semblante seriíssimo: “Chupa, Roberto! Chupa, Roberto!” É imperdoável que, neste ano, nós nos esquecemos de pedir a algum flamenguista que foi a Lima para gravar o “Chupa, Roberto 2”. Mas, se o Flamengo se classificar para a final no próximo ano, nós vamos providenciar a atualização da mensagem ao nosso vascaíno.

Na final de domingo da Libertadores, novamente em Lima, Flamengo e Palmeiras fizeram um jogo tenso, dramático e pegado. Parecia uma partida de futebol de salão. Não havia espaço nem para respirar em campo. Mas eis que o Flamengo arranca um gol na cabeçada de Danilo, e a nação rubro-negra explode de alegria. Imediatamente, da redação, onde estávamos de plantão, ouvimos o barulho de uma misteriosa sirene. Eu quis saber qual era a origem e me disseram que vinha de um prédio do Sudoeste, no qual o funcionário da portaria torce para o Flamengo e aciona o alarme para risco de incêndio quando o time de coração marca um gol. Se isso for verdade, fiquei pensando qual seria a reação dos torcedores do Vasco, do Fluminense, do Botafogo, do Palmeiras e do Corinthians no prédio.

No condomínio horizontal onde moro, Dionésio, o Carioca, funcionário da portaria, é flamenguista doente. O humor dele oscila de acordo com as vitórias e derrotas do Flamengo. Como se sabe, sou corinthiano, com título mundial ou na segunda divisão. Está difícil assistir aos jogos do meu time. Eu fico naquela posição do Ary Barroso quando narrava as partidas do Flamengo e o ataque adversário se aproximava da área, tamanho o sofrimento. “Nem quero ver, nem quero ver”. Felizmente, nem sempre dá a lógica no futebol. Os deuses jogam seus dados. E, com isso, o que parecia impossível aconteceu: o Corinthians eliminou o Flamengo na Copa do Brasil. Infernizei a vida do Dionésio, profetizei que o time dele cairia para a segunda divisão. Poucos dias antes da final da Libertadores, viajei para lançar

o livro sobre os irmãos Ferreira em Teresina e, quando a minha esposa passou de carro, ele ficou frustrado ao saber que eu estava no Piauí, pois havia preparado uma surpresa: “Aposto que ele foi a Lima para ver o Mengão ser campeão”. Ao retornar de Teresina e ao passar pela portaria, o Carioca não disse nada, só estampou um cartaz com o escudo do Flamengo: “Siga o líder”. Estou preparando um cartaz com a insígnia do Corinthians, que mostrarei, sem nenhuma palavra: “Siga o bando de loucos”. Mas, na verdade, o meu time está mais para: “Nem quero ver, nem quero ver”. E, para fechar, aqui vai minha modesta homenagem aos flamenguistas com a versão que fiz do belo hino da nação rubro-negra, composto por Larmartine Babo: “Uma vez Flamengo/ sempre Corinthians”.

Shekinah Festival faz sua estreia em Brasília, de hoje a sábado. Entre as atrações, estão Michel Teló, Fafá de Belém, Padre Antônio Maria e a banda Rosa de Saron

Vozes reunidas pela fé

» DAVI CRUZ

Brasília vai se transformar em um grande palco de celebração, fé e música, com a primeira edição do Shekinah Festival, que traz atrações como Michel Teló, Fafá de Belém, Padre Antônio Maria, Rosa de Saron, Mano Walter e outros nomes de destaque da música cristã e nacional. A partir de hoje, a Esplanada dos Ministérios receberá três dias de programação intensa, totalmente gratuita. De acordo com a organização, o evento deve atrair entre 150 mil e 200 mil pessoas. Uma das atrações, o Padre Antônio Maria, destacou a emoção de estar entre os artistas convidados. “Participar do Festival Shekinah é uma alegria imensa e também uma grande honra. Ver esse projeto nascer e fazer parte desse início é algo que me enche de expectativa e gratidão”, afirmou. Segundo ele, o encontro promete momentos marcantes. “Minhas expectativas são as melhores possíveis, pois acredito que viveremos dias especiais e que esta será apenas a primeira de muitas edições abençoadas”, declarou. O religioso destacou que tem uma profunda relação com o público brasileiro. “Brasília sempre me acolheu com muito carinho ao longo dos anos, e, aqui, vivi momentos importantes do meu ministério. É uma cidade que guarda uma espiritualidade muito forte e uma comunidade de fé vibrante.” Em relação ao show, ele adiantou que o público pode esperar uma apresentação intensa e inspiradora. “Quero levar uma mensagem de paz e de amor a Deus, através da música e da oração. Será um momento para tocar os corações, fortalecer a espiritualidade e celebrar a presença de Deus entre nós”, acrescentou.

Diversidade

O Shekinah Festival foi pensado para atender diferentes públicos, para reunir momentos de contemplação espiritual e grandes espetáculos musicais. A programação começa hoje, das 17h30 às 22h, com uma noite marcada por devoção e apresentações de Fafá de Belém, Thiago Tomé, Pitter Di Laura (missionário e músico da Comunidade Canção Nova) e o Padre Antônio Maria. Na sexta (5), o evento terá diferentes gêneros musicais, do rock ao sertanejo. Das 14h às 22h30, a Esplanada recebe as apresentações da banda Rosa de Saron, Padre Adriano Zandoná, Michel Teló e Mano Walter, além de participações especiais e testemunhos dos fiéis. No encerramento, no sábado (6), das 9h às 22h, o público vai acompanhar apresentações de referência da música católica, como Padre Zezinho, além do reencontro com Padre Antônio Maria, que volta ao palco para fechar a edição com uma das performances mais esperadas. O evento foi idealizado por Dhone Rodrigues e Marcus Holanda, que projetaram em Brasília um terreno fértil para uma ação que unisse fé, música, cultura e espiritualidade. A iniciativa nasceu de um desejo antigo de criar na capital uma experiência, capaz de reunir famílias, comunidades e admiradores da música cristã.

Significado

Para Marcus Holanda, responsável técnico pela produção geral, o festival carrega um significado



Banda de rock católico, Rosa de Saron toca na sexta-feira (5)



Fafá de Belém fará uma das apresentações mais esperadas do festival

O sertanejo Michel Teló virá na sexta (5) com seus principais sucessos

que ultrapassa o entretenimento. “O convite é visto não apenas como uma questão técnica, mas como um chamado espiritual. Shekinah é a presença de Deus. Então, participar desse momento é algo sagrado e divino”, destacou. Dhone Rodrigues destacou a importância de movimentar não apenas a cena cultural, mas toda a cidade. “Brasília é o coração político do Brasil e também um polo cultural em expansão. Trazer um festival dessa magnitude significa valorizar a cidade, gerar oportunidades, incentivar o turismo religioso e movimentar toda a cadeia produtiva ligada à cultura”, disse. As expectativas, segundo Rodrigues, são as melhores possíveis. “Sentimos uma grande energia em torno do festival. A cada dia cresce o engajamento nas redes, a procura por informações e o entusiasmo de quem já se programa para participar”, contou. De acordo com o produtor, o público pode

esperar três dias intensos de emoção, espiritualidade e música. “Preparamos uma estrutura de alto nível, com segurança e acessibilidade, tudo pensado para proporcionar uma experiência inesquecível. É um festival para viver, sentir e recordar”, concluiu. O line-up foi montado de maneira cuidadosa, segundo a organização do evento. O objetivo é trazer um equilíbrio com grandes nomes da música católica e artistas consagrados nacionalmente, alinhados ao propósito espiritual do festival. A ideia é oferecer uma diversidade de estilos e mensagens, mantendo sempre a essência cristã que norteia o projeto. A estrutura planejada vai contar com mais de 250m² de painéis de LED em alta definição, soluções técnicas de grandes eventos nacionais e um palco de destaque no segmento religioso, com dimensões expressivas e integração visual total. O evento também será acessível, com intérprete de Libras e áreas adaptadas para pessoas com deficiência.

Padre Antônio Maria destaca a relação que tem com Brasília: “Sempre me acolheu com muito carinho”

Fotos: Divulgação

SHEKINAH FESTIVAL 2025

Dias: 4, 5 e 6 de dezembro. Local: Esplanada dos Ministérios. Entrada gratuita mediante retirada de ingressos por meio da plataforma Sympla

HOJE:

- 17h30 Abertura oficial com cantor Flavinho
- 18h Thiago Tomé (Canção Nova)
- 19h30 Pitter
- 20h30 Padre Ezequiel
- 21h30 Fafá de Belém (grande show de abertura)
- 22h30 Salette Ferreira e Nelsinho Correia (Canção Nova)
- 23h30 Encerramento e benção com Padre Antônio Maria

Amanhã:

- 14h Thiago Tomé (Canção Nova) e Adriano Zandoná (Canção Nova)
- 15h Testemunho Rodrigo Faro e Vera com show do cantor Flavinho
- 16h Banda Dominus
- 17h Momento Mariano e show com Jhonny Mendes
- 17h30 Dunga
- 18h Padre Adriano Zandoná
- 18h30 Walmir Alencar
- 19h30 Ramon e Rafael
- 20h30 Rosa de Saron
- 21h30 Mano Walter e Padre Antônio Maria
- 22h30 Encerramento com Michel Teló e Rodrigo Ferreira

SÁBADO:

- 9h Terço da Família com show de Nelsinho Correia
- 10h Momento Mariano
- 11h Jhonny Mendes
- 12h Almoço
- 13h Testemunho Ana Maria Braga e Carlos Alberto da Nóbrega (vídeo)
- 14h Grupo Ir ao Povo do Padre Zezinho
- 15h30 Banda Dominus
- 16h30 Flavinho
- 17h30 Irmã Ana Paula
- 18h30 Padre Joãozinho
- 19h30 Padre João Carlos
- 20h30 Mensagem especial e show com Pitter (Canção Nova)
- 21h Grande encerramento com Padre Antônio Maria

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Educação financeira

A Escola Virtual de Governo (EV.G), plataforma de cursos gratuitos, oferece ferramentas para atuação de agentes públicos na promoção do desenvolvimento urbano integrado, abordando integração multinível, articulação de políticas setoriais, qualificação do desenho urbano e elaboração de estratégias aplicadas ao cotidiano profissional. Por meio da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o curso conta com certificação de 30h. As inscrições podem ser feitas no site: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1244>.

Legendagem descritiva

O projeto Inclusive, Cultura, realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC/DF), oferece um curso on-line e gratuito sobre legendagem descritiva para o audiovisual. As aulas gravadas são conduzidas pela especialista em acessibilidade Camila Guedes e apresenta conteúdos teóricos e práticos: as regras do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis, noções de contratos, vivências de mercado e uso detalhado do software gratuito 'Subtitle Edit'. O curso dá direito a certificado digital, com carga horário de 45h. As inscrições podem ser feitas até o dia 1º de janeiro em formulário disponível no Instagram [@inclusivocultura](https://www.instagram.com/inclusivocultura).

OUTROS

Resistência cultural

A peça *Baraúna Boi Valente*, idealizada e interpretada por Aline Marcimiano, será apresentada gratuitamente no dia 13 de dezembro, no Riacho Fundo I (DF). Inspirado na tradição de Boi de Reis, do Rio Grande do Norte, o espetáculo transforma o palco em um território simbólico de travessias, ancestralidade e resistência cultural. A narrativa acompanha Baraúna, figura mítica que busca preservar saberes e tradições quando o Boi Valente, símbolo de força e alegria popular, está prestes a morrer. Com direção de Hugo Rodrigues, a apresentação acontecerá após o Batizado de Capoeira e Entrega de Cordas, do grupo Grito de Liberdade, conduzido pelo Mestre Cobra, às 21h30, no Ginásio da Quadra 7. O evento contará com acessibilidade física, intérprete de Libras e audiodescrição, além de promover arrecadação de alimentos não perecíveis. A entrada é gratuita, mediante retirada antecipada pelo Sympla.

Desligamentos programados de energia

» ITAPOÃ

Horário: 10h às 16h. Local: Condomínio Itapoã. Local: Itapoã Parque, Quadras 501 e 502. Serviço: melhoria e modernização da rede elétrica.

» GAMA

Horário: 9h às 15h. Local: Setor Oeste, Quadra 07, Setor Leste, Quadra 01. Serviço: melhoria e modernização da rede elétrica.

» SUDOESTE

Horário: 9h30 às 15h30. Local: CLSW 103, Bloco C, CLSW 303, SQSW 303, SQSW EQ 303/304, SQSW 504, CLSW 504, SQSW EQ 304/504, SQSW 305, Bloco A. Serviço: melhoria e manutenção da rede elétrica.

Pintura

Em comemoração aos 30 anos da Referência Galeria de Arte, o pintor Luiz Aquila retorna a Brasília para a sua primeira exposição individual na cidade em 16 anos. O artista carioca ocupará as duas salas de exposição com a mostra *Boogie Woogie*, uma série de pinturas, gravuras e serigrafias inéditas. Com curadoria de Renata Azambuja, a exposição pode ser visitada de segunda a sexta, das 10h às 19h, e aos sábados, das 10h às 15h, até 17 de janeiro, na CLN 202, Bloco B, Loja 11. A entrada é gratuita e livre para todos os públicos.

Nosso Natal

Entre os dias 8 de dezembro e 4 de janeiro, o projeto Nosso Natal 2025, da Secretaria de Cultura e Economia do Distrito Federal (Secec-DF), invade a Esplanada dos Ministérios. A programação conta com oficinas criativas, pista de gelo, Casa do Papai Noel, trenzinhos, teatro infantil e roda-gigante. Na praça de alimentação, haverá negócios familiares, empreendedores de vários lugares do DF e empresas lideradas por mulheres que se comprometeram a oferecer ao menos uma opção a preço social. A circulação e o acesso aos programas são gratuitos.

Arrecadação

O Instituto Pipoquinha fará a 16ª edição do Natal Sem Fome, no sábado (6/12), mobilizando voluntários e moradores do Gama para ofere-

cer um dia especial a 500 famílias acompanhadas pela instituição. A ação contará com entrega de cestas básicas, brinquedos, lanches, atendimentos de saúde, apresentações culturais e a tradicional chegada do Papai Noel em um carro dos bombeiros. O Instituto busca arrecadar 1.000 cestas básicas e 1.000 brinquedos, recebendo doações de alimentos, itens de higiene, roupas e contribuições via Pix.

Show

A Banda Brincantantes fará sua estreia no dia 6 de dezembro, a partir das 19h. Os 20 jovens músicos, com idades entre 7 e 14 anos, sobem ao palco montado na Associação Ludocriarte para o lançamento de duas músicas autorais. A primeira é um samba pisado inspirado no mestre Tico Magalhães, fundador do grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro. Já a segunda, um reggae, é uma carta de amor à cultura da comunidade de São Sebastião. A letra também faz referência às experiências dos jovens na Associação Ludocriarte, responsável por oferecer atividades artísticas e educativas para crianças e jovens de São Sebastião. O show gratuito será na Q. 103, Conjunto 05, Casa 01 - St. Residencial Oeste.

Cultura italiana

O Museu Nacional da República recebe, no dia 10 de dezembro, a abertura da exposição *Pintura italiana hoje - Uma nova cena*. Com curadoria de Triennale Milano, a mostra representa um momento importante de valorização da pintura italiana contemporânea e de diálogo com o público brasileiro, em consonância com a missão cultural da Embaixada. O evento é aberto ao público e começa às 18h30. O objetivo da mostra é evidenciar, promover e valorizar a riqueza e a complexidade da pintura italiana em todas as suas declinações e nuances. A exposição conta com trabalhos da artista ítalo-brasileira Giulia Mangoni, que realizou uma obra site-specific para a montagem.

Clube do livro

O Boulevard Shopping Brasília realiza no dia 06/12, mais uma edição do Clube dos Pequenos Leitores. às 16h, Neste mês, o destaque é a participação da escritora Maria Célia Madureira, que conduz a atividade no Espaço Boulevard Kids, piso 2. Ela conta "Deu rato na Biblioteca", na voz do carismático Rato Racumim. A entrada é gratuita mediante inscrição prévia no site e doação de um livro.

Isto é Brasília

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A arte de Athos Bulcão

Quem chega a Brasília pelo Aeroporto Internacional JK pode conhecer ou rever a arte de Athos Bulcão, modernista brasileiro conhecido por seus painéis e murais inconfundíveis. O terminal abriga três painéis do carioca, sendo dois de azulejos e um de metal, colocados à vista dos milhares de passageiros que passam diariamente pelo local.

Poste sua foto com a hashtag **#istoebrasiliacb** e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebrasiliacb

» Destaques

Cinema francês

O Festival de Cinema Francês continua no DF até o dia 10 de dezembro, com programação sendo exibida no Cine Cultura do Shopping Liberty Mall, na Asa Norte, além do Shopping Casa Park. Para hoje, as opções são os filmes: *Mercato - Os donos da bola*, às 14h10; *Voz de Aluguel*, às 16h30; *Uma Jornada de Bicicleta*, às 18h30; e *O Apego*, às 20h20. Antes chamado de Varilux, o evento mudou de nome, mas a proposta continua a mesma: levar o melhor do cinema francês para o público brasileiro. "Os filmes podem abrir novas perspectivas, levantar questões (sempre), trazer respostas (às vezes) e reforçar convicções, especialmente nestes tempos de crises políticas, guerras e conflitos que nos desafiam todos os dias", dizem os curadores Emmanuelle e Christian Boudier.

Multivacinação

O Boulevard Shopping Brasília realizará no sábado (6/12), das 10h às 16h, uma ação de multivacinação gratuita em parceria com a Secretaria de Saúde do DF, no Piso 2, oferecendo diversas vacinas para crianças e adultos, como Penta, VIP, Tríplice Viral, HPV, Influenza, Hepatite B e covid-19, mediante apresentação da carteira ou cartão de vacinação. A iniciativa busca facilitar o acesso aos imunizantes, ampliar a cobertura vacinal no Distrito Federal e reforçar a importância da imunização como medida preventiva, destacando, segundo a gerente de marketing Maíra Garcia, o compromisso do shopping com a promoção da saúde e a relevância da cooperação entre setor privado e poder público.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

 (61) 99256.3846

 [/correiobrasiliense](#)

 [@correio.braziliense](#)

 [@correio](#)

 [@correio.braziliense](#)

O tempo em Brasília

Sol com algumas nuvens; chove rápido durante o dia e à noite.

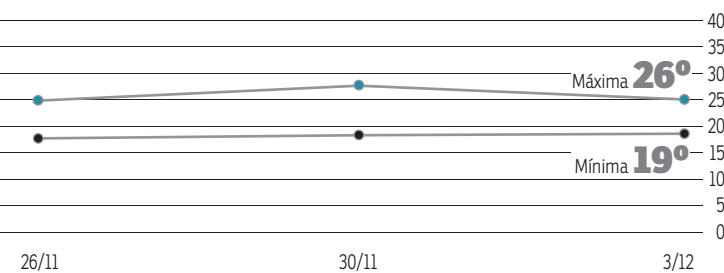


Umidade relativa

Máxima **100%**

Mínima **69%**

A temperatura



O sol

Nascente **6h32**
Poente **19h31**

A lua

Cheia **04/12**
Minguante **11/12**
Nova **19/12**
Crescente **27/12**



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

GAMA

FALTA DE LUZ

O morador do Gama Luiz Francisco Silva solicita mais postes de luz próximo à Rodoviária do Gama. "O lugar está sem nenhuma luz, fica muito inseguro. Com frequência, alunos do Centro Internacional de Línguas (CIL) são assaltados quando passam pela região. Há dois meses, foi o que ocorreu com o meu primo", afirmou.

» A CEB Iluminação Pública e Serviços (CEB IPes) informa que lançou, em outubro, um edital para contratação de empresas especializadas na execução de obras de implantação, expansão e melhorias da iluminação pública. O investimento previsto é superior a R\$ 100 milhões, destinados à implantação de novos pontos de iluminação em todo o Distrito Federal, acompanhando o ritmo de crescimento urbano e os projetos estruturantes do Governo do Distrito Federal (GDF). Sobre o local específico citado, se houver necessidade de mais pontos de iluminação pública, a Administração Regional deve encaminhar à CEB IPes um pedido de desenvolvimento de projeto de expansão da IP.



CEILÂNDIA

CALÇADA PRECÁRIA

A moradora da Ceilândia Sul Nathaly Lemos reclama das condições das calçadas: "A Ceilândia Sul, na Via Leste, precisa que arrumem as calçadas e limpem-nas, porque é impossível andar aqui", afirmou.

» A Administração Regional de Ceilândia informa que segue recebendo importantes investimentos em infraestrutura urbana. Somente até o primeiro semestre de 2025, cerca de 80 quilômetros de novas calçadas foram construídos, beneficiando milhares de moradores com mais acessibilidade, mobilidade e segurança na cidade. A iniciativa faz parte do programa de obras da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que já contabiliza 103 quilômetros de calçadas concluídas em todo o Distrito Federal apenas neste ano. Desde 2019, o GDF entregou 783 quilômetros de calçamento em diversas regiões administrativas.

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Jogo antecipado

O Flamengo cumprirá tabela na 38ª rodada contra o Mirassol e usará um time alternativo. Inicialmente marcada para o domingo, a partida será antecipada para sábado devido ao embarque para a Copa Intercontinental da Fifa. O campeão da Libertadores e da Série A enfrenta o Cruz Azul, do México, em 10 de dezembro, uma quarta-feira, às 14h, no Catar. Vitória classificará os cariocas para semifinal contra o Pyramids, do Egito, três dias depois. O Paris Saint-Germain aguarda na final de 17/12.

BRASILEIRÃO Flamengo chama o "Samu" para vencer o Ceará por 1 x 0 no Maracanã, conquista o segundo título em cinco dias depois do tetra na Libertadores e volta a dominar Série A. Maestro da orquestra, Filipe Luís coleciona a quinta taça em 14 meses

Nona sinfonia





O cabelo de Arrascaeta muda, mas o apetite por troféus, não! Ele e o parceiro Bruno Henrique atingiram a marca de 17 títulos com a camisa rubro-negra desde 2019: os jogadores mais vitoriosos na história do clube

MARCOS PAULO LIMA

A nona sinfonia rubro-negra na história do Campeonato Brasileiro teve um “Gran Finale” ontem, no Maracanã, com o último acorde de um dos músicos mais criticados pela torcida. A relação da plateia com Samuel Lino era desafiada, marcada por contratempos e até algumas vaías. Coube ao maestro Filipe Luís mantê-lo no compasso sem dar ouvido aos críticos. A reverência ao carregador de piano do ataque demorou 37 minutos na vitória por 1 x 0 contra o Ceará. Uma trama iniciada pelo volante Jorginho com assistência do meia Carrascal deixou o jogador de 25 anos em condição de chutar cruzado, abrir o placar e demolir o forte sistema defensivo arquitetado pelo técnico Léo Condé. O Vozão se protegia com nove jogadores e testava a paciência do conjunto carioca. “A defesa dos caras estava muito protegida, difícil de entrar. Tentei, busquei e, depois de várias tentativas, consegui. Eu sou resiliente. Foi assim durante toda a minha carreira e não poderia ser diferente”, afirmou Samuel Lino em entrevista ao SporTV após da partida antes da cerimônia de entrega do troféu. O jogador é um dos convocados por Carlo Ancelotti para a Seleção Brasileira desde que o italiano assumiu o cargo. O gol de Samuel Lino consolida o ano decisivo dos reforços em três dos quatro títulos do Flamengo na temporada. Juninho Vieira consagrou o time campeão carioca contra o Fluminense. Ele marcou o segundo no triunfo por 2 x 1 na primeira partida. Houve empate por 0 x 0 na volta. No sábado passado, o

zagueiro Danilo consumou o tetracampeonato na Copa Libertadores da América. A Supercopa do Brasil teve as assinaturas de Bruno Henrique e de Luiz Araújo contra o Botafogo no Mangueirão, em Belém. Samuel Lino desembarcou no Flamengo por 22 milhões de euros. Homem de confiança de Filipe Luís, trabalhava no Atlético de Madrid com um dos gurus do técnico rubro-negro, Diego Simeone. Criticado por ser um ponta sem gana pela rede, um dos atributos da posição no futebol moderno, o destro acostumado a cair pela esquerda se enquadrou no modelo de jogo por três motivos: velocidade, drible e recomposição. Acostumado a contribuir até como lateral-esquerdo do time espanhol, entregou proteção ao lado esquerdo. “A gente, que vem da Europa, vem muito intenso, então foi um baque para mim. Eu falei: ‘Por que estou passando por isso?’. Às vezes, você já passou por um momento assim, de não fazer gol, só que aqui no Brasil é muita informação, a mídia, o Flamengo é gigantesco, as pessoas caem matando, tem que fazer gol todo jogo”, desabafou Lino na pior fase dele com a camisa rubro-negra. Colecionou gols anulados e perdeu até pênalti nas quartas de final da Libertadores contra o Estudiantes, em La Plata. O gol de ontem anotado por Samuel Lino foi o quarto dele com a camisa do Flamengo. Os anteriores foram contra o São Paulo e dois diante do Vitória. Ajudou, também, com cinco assistências e se firmou no time aos trancos e barrancos sob a proteção de Filipe Luís. “Precisamos de alguém que entre naquelas defesas muito fechadas, de-sequ Shoreline e oblige a ter, cada vez

 FLAMENGO 1 Rossi; Varela, Danilo, Léo Pereira e Alex Sandro; Pulgar e Jorginho (De la Cruz); Arrascaeta (Plata), Carrascal (Luiz Araújo) e Samuel Lino (Cebolinha); Bruno Henrique (Saúl) Técnico: Filipe Luís	 CEARÁ 0 Bruno Ferreira; Fabiano Souza, Marcos Victor, Éder e Rafael Ramos; Sobral (Lourenço), Zanocelo (Vina) e Dieguinho (Lucas Mugni); Baya (Fernandinho), Pedro Raul e Galeano Técnico: Leó Condé
Gol do título: Samuel Lino, aos 37 minutos do primeiro tempo, em um chute cruzado	
Público: 73.244 pagantes Renda: R\$ 4.950.770 Árbitro: Rodrigo José de Lima (PE)	

Ranking dos títulos



que tocar na bola, dois ou três jogadores em cima. Importante que entendam que os dribladores são os que mais perdem bola, é natural”, argumentou o técnico. Samuel Lino voltou ao Flamengo depois de sete anos. Fazia parte do elenco campeão da Copa São Paulo de Futebol Júnior em 2018 sob o comando de Maurício Souza na vitória por 1 x 0 contra o São Paulo, no Pacaembu. Jogou duas vezes na campanha no torneio. O jogo do título teve o enredo do campeonato inteiro. Um time viciado em ter a bola nos pés, mas com imensa dificuldade de traduzir a posse em gol. O Ceará iniciou a partida fechado. Posicionava até 10 jogadores atrás da linha da bola especulando um erro de passe dos donos da casa. Não acontecia. O Flamengo chegou a ostentar 72% de retenção da bola. Rondava a área do Ceará, mas tinha imensa dificuldade para infiltrar. Jorginho arriscou uma finalização de fora da área com perigo. Varela colocou a bola no centro da área na pequena área alvinegra, mas o time carecia de um centroavante especialista como o lesionado Pedro. A solução era unir paciência, experiência e inteligência. Jorginho, uma espécie de camisa 10 posicionado como 5, regeu o lance do primeiro gol. Acionou o colombiano Carrascal e ele conectou a bola com Samuel Lino para desentalar o gol da garganta de 73.244 presentes no Maracanã à espera da taça e do fim da fila de cinco anos o principal título nacional. Mesmo com as pernas pesadas, depois de uma final tensa contra o Palmeiras na Libertadores, em Lima, no Peru, seguida por festa sob o sol escaldante no Rio com a

torcida para celebrar o tetra, o Flamengo conquistou o Brasileirão pela nova vez na 74ª partida na temporada. O ano não acabou. O time pode entrar em campo mais quatro vezes na temporada. Falta o jogo contra o Mirassol na última rodada e até três na Copa Intercontinental. O primeiro deles na quarta-feira contra o Cruz Azul, em Doha, no Catar. Se avançar, enfrentará o Pyramids do Egito. Caso avance novamente, disputará a final com o Paris Saint-Germain no 78º compromisso no ano na maratona. O Flamengo bate a meta estabelecida pelo presidente Luis Eduardo Baptista, o Bap. No início da temporada, o presidente eleito no fim do ano passado estabeleceu o Brasileirão como prioridade à frente da Libertadores e da Copa do Brasil. Eliminada pelo Atlético-MG nas oitavas de final do mata-mata nacional, concentrou esforços nas reconquistas do Brasil e da América do Sul. Agora, como diz a torcida, quer o mundo de novo, graças a um técnico obcecado por troféus. Em pouco mais de um ano no cargo, Filipe Luís coleciona a Copa do Brasil em 2024, além do Campeonato Carioca, da Supercopa Rei do Brasil, da Libertadores e o Campeonato Brasileiro na temporada de 2025. Sem contar a Taça Guanabara, o título simbólico da primeira fase do Estadual. O ex-lateral-esquerdo repete feitos de Paulo César Carpegiani e de Andrade, dois ídolos do clube carioca campeões do Brasileirão como jogador e técnico. Jorginho resumiu a série de conquistas assim: “Isso é resultado de muita entrega. Conexão do grupo. Nós focamos em ver o companheiro crescer e foi assim do início ao fim nesta temporada”, encerrou.

ESPORTES

BRASILEIRÃO Arrascaeta, Bruno Henrique, Filipe Luís e Rodrigo Caio, os remanescentes da dobradinha com Jorge Jesus

São os elos entre 2019 e 2025

VICTOR PARRINI

Quatro dias após celebrar o tetracampeonato da Libertadores, o Flamengo comemora a conquista do nono título da Série A do Campeonato, repete a temporada de 2019 com Jorge Jesus e o Botafogo de Artur Jorge na temporada passada. É uma campanha com a participação de diversos personagens, mas há destaque para quatro remanescentes do ano mágico com o Mister JJ.

Em campo, Giorgian De Arrascaeta e Bruno Henrique foram decisivos. Participaram de 50 dos 75 gols do Flamengo em 37 rodadas. O maestro uruguaio se reinventou em 2025 e, além de arco, passou a ser flecha. Foi titular em 30 dos 37 jogos da equipe no Brasileirão e vive a temporada mais artilheira da carreira, com 23 bolas na rede, 18 na Série A. O camisa 10 rubro-negro é o segundo maior goleador da principal competição do país, três atrás do centroavante cruzeirense Kaio Jorge.

Bruno Henrique não teve o mesmo protagonismo de Arrascaeta, mas jamais pode ser descartado. Envolveu-se em polêmica extracampo e escapou de suspensão no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), após ser denunciado por dar informação privilegiada ao irmão, de que tomaria cartão amarelo em 2023. Porém, iniciou uma espécie de redenção em novembro, ao fechar com a média de quase um gol por partida: seis em sete jogos. A maioria decisiva. Evitou a derrota na semana passada em Belo Horizonte contra o Atlético-MG. Marcou dois dos três contra o Sport no Rio. O camisa 27 ostenta oito bolas na rede nesta edição da Série A.

Os outros dois remanescentes atuam nos bastidores. O treinador Filipe Luís teve um déjà vu da temporada 2019 como lateral-esquerdo. Mas há uma diferença: na conquista daquela edição, o clube precisou sequer entrar em campo para liquidar a competição. Em 2020, o oitavo caneco nacional foi erguido no Morumbi, contra o São Paulo. Ontem, o flamenguista de coração, nascido em Jaraguá do Sul (SC),

Marcelo Cortes/Flamengo



Do elenco de 2019, apenas Arrascaeta, Bruno Henrique, Filipe Luís e Rodrigo Caio permanecem. Troféu daquela edição também foi erguido contra Ceará

comemorou a primeira conquista de alto quilate diante da torcida. Foi uma campanha que corou as convicções do treinador que está há pouco mais de um ano no futebol profissional. Filipe Luís só não utilizou o esquema 4-2-3-1 em duas oportunidades na competição após 37 rodadas. Teve de adaptar a estratégia ao 4-3-3 na virada contra o Corinthians, em São Paulo, após o desgaste da decisão por pênaltis nas quartas de final da Libertadores contra o Estudantes, e no empate sem gols contra o Botafogo, com o sistema 4-4-2. Filipe Luís está em evidência. A

diretoria corre para renovar o contrato com validade até o fim deste ano. Por ora, a ida à Europa está descartada, devido à falta de experiência para obter licença válida para exercer a profissão no Velho Continente. Mas isso não impede um plano do Atlético de Madrid. O clube pelo qual disputou 333 partidas avalia contratá-lo no futuro e prepará-lo para suceder o argentino Diego Simeone, cujo vínculo vale até junho de 2027. A comissão de frente do Flamengo se destacou nesta edição do Brasileirão, com 75 gols marcados. É a segunda maior marca de um

time campeão no formato de pontos corridos com 20 equipes. Entretanto, a defesa ganhou jogos. Xerife da zaga em 2019, Rodrigo Caio é influenciador do sistema defensivo rubro-negro. O time pode fechar a Série A com a retaguarda menos vazada do que cinco anos atrás. Naquela campanha, sofreu 37 contra 24 desta participação.

Uma das principais virtudes da defesa rubro-negra com Rodrigo Caio é a bola parada. O gol de Danilo na final da Libertadores contra o Palmeiras tem o dedo do ex-jogador. Sem contar o Campeonato Carioca, são 19 gols de bola parada, 16

de cabeça e 13 de zagueiros. Os números são melhores do que os das últimas temporadas. Em 2024, foram 15 de bola parada, 12 de cabeça e 10 de zagueiros. No ano anterior, os mesmos 15 após cobranças, 20 testadas firmes no gol, sendo oito de beques. “Bola parada é uma das fases do jogo, damos a importância que ela merece porque jogos bloqueados muitas vezes são desbloqueados na bola parada. E acreditamos que a chegada do Rodrigo Caio, com toda a comissão, tenha influenciado muito nessa potência”, analisou Filipe Luís.

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Flamengo	78	37	23	9	5	75	24	51
2º Palmeiras	73	37	22	7	8	63	32	31
3º Cruzeiro	69	36	19	12	5	53	26	27
4º Mirassol	66	37	18	12	7	60	36	24
5º Fluminense	61	37	18	7	12	48	39	9
6º Bahia	60	37	17	9	11	50	44	6
7º Botafogo	59	36	16	11	9	52	34	18
8º São Paulo	51	37	14	9	14	43	46	-3
9º Bragantino	48	37	14	6	17	44	54	-10
10º Corinthians	46	37	12	10	15	41	46	-5
11º Grêmio	46	37	12	10	15	43	50	-7
12º Vasco	45	37	13	6	18	55	55	0
13º Atlético-MG	45	37	11	12	14	38	44	-6
14º Santos	44	37	11	11	15	42	50	-8
15º Ceará	43	37	11	10	16	33	37	-4
16º Fortaleza	43	37	11	10	16	41	54	-13
17º Vitória	42	37	10	12	15	34	52	-18
18º Internacional	41	37	10	11	16	41	56	-15
19º Juventude	34	37	9	7	21	34	68	-34
20º Sport	17	37	2	11	24	28	71	-43

Agenda

37ª rodada	
16 de novembro	Bragantino 2 x 0 Atlético-MG
19 de novembro	Palmeiras 0 x 0 Vitória
Terça-feira	
	Vasco 0 x 2 Mirassol
	Grêmio 1 x 2 Fluminense
Ontem	
	Fortaleza 2 x 1 Corinthians
	Juventude 0 x 3 Santos
	São Paulo 3 x 0 Internacional
	Bahia 2 x 0 Sport
	Flamengo 1 x 0 Ceará
Hoje	
19h30	Cruzeiro x Botafogo
34ª rodada (atrasada) Ontem	
	Atlético-MG 0 x 3 Palmeiras

A briga contra o Z-4 continua

O Brasileirão arrisca rebaixar mais um gigante. Com oito gols sofridos e um marcado em duas partidas, o Internacional é o 18º colocado e não depende apenas de si para evitar a segunda queda para a segunda divisão em nove anos. Vice-campeão em duas das últimas cinco edições, o colorado foi derrotado por 3 x 0 pelo São Paulo na Vila Belmiro e viu as chances de permanência diminuir na estreia do técnico Abel Braga.

Foi uma rodada equilibrada envolvendo os times da zona da confusão. Uns perderam, outros venceram. O Vitória estava embalado por duas vitórias e um empate, mas foi goleado por 4 x 0 pelo Red Bull Bragantino fora. O resultado beneficiou o Fortaleza, superior ao Corinthians no triunfo por 2 x 1 e, agora, primeiro time fora do Z-4 após 27 rodadas de agonia entre os quatro últimos.

O Ceará tentou atrapalhar a festa do Flamengo, mas perdeu por 1 x 0 e está a um ponto da zona. O Santos também agradece aos tropeços dos concorrentes. O Peixe visitou o já rebaixado Juventude e não teve dificuldades. Inspirado, Neymar marcou em 17 minutos os três gols da vitória. O camisa 10 não anotava um triplete desde 2022, pelo Paris Saint-Germain.

O alvinegro praiano pode até empatar contra o Cruzeiro no domingo, às 16h, na Vila Belmiro, que tem possibilidade de escapar. Na última rodada, o Internacional recebe o Bragantino, o Vitória encara o São Paulo em Salvador, enquanto o Fortaleza visita o Botafogo e o Ceará desafia o Palmeiras.

Vice, Palmeiras volta a vencer após seis jogos

O Palmeiras encerrou a sequência de seis partidas sem vitórias. Recolhendo os cacos da derrota para o Flamengo na final da Libertadores, a equipe comandada pelo técnico Abel Ferreira derrotou o Atlético-MG por 3 x 0 na Arena MRV, em Belo Horizonte. Flaco López e Allan asseguraram a vitória da trupe paulista.

O duelo em Minas marcou o encontro entre os vice-campeões dos torneios continentais da América do Sul. Se o Palmeiras ainda sente a dor da perda do título da Libertadores, o Atlético-MG ainda não superou a perda do título da Copa Sul-Americana para o Lanús-ARG, há 11 dias, em Assunção, no Paraguai.

Flaco López abriu o caminho para a vitória do Palmeiras, aos nove minutos de bola rolando. Embora viva o melhor ano desde a chegada ao Brasil, com 24 gols e seis assistências em 63 jogos, o centroavante argenti-

no entrou em campo com o peso do jejum de 10 partidas sem balançar as redes. A última comemoração do argentino de 24 anos havia sido em 15 de outubro, na goleada por 5 x 1 sobre o Red Bull Bragantino.

Aos 20 da primeira etapa, Allan ampliou a vantagem alviverde. Porém, a partida que se apresentava tranquila para o Palestra arriscou ficar complicada antes do intervalo. O relógio marcava 44 minutos, quando o lateral-esquerdo Piquez foi expulso por um carrinho em Ruan. Inicialmente, o árbitro gaúcho Rafael Rodrigo Klein aplicou o cartão amarelo, mas foi recomendado a rever o lance e advertiu o palmeirense com o vermelho.

O técnico Abel Ferreira se revoltou: “É uma vergonha. Onde está o critério?”, esbravejou à beira do gramado. Antes de a bola rolar em Belo Horizonte, o dono da

prancheta alviverde polemizou ao relembrar o lance da entrada dura do flamenguista Erick Pulgar no zagueiro palmeirense Bruno Fuchs durante a final da Libertadores.

“Independentemente das incidências, há um asterisco no jogo, há um asterisco. Cicatrizes ficam, é natural que um ou outro jogador ainda esteja a sangrar, mas sabemos que essa equipe é capaz de se reinventar, é resiliente, e é isso que vamos procurar fazer”, comentou.

O Galo se aproveitou do homem a mais e diminuiu com Rony. Porém, a arbitragem flagrou mão na bola. Luigi entrou na etapa final e marcou o terceiro, aos 36.

O Palmeiras se despede de 2025 fora de casa, no domingo, às 16h, contra o Ceará, no Castelão. Na busca da confirmação na vaga para a Sul-Americana (vagas do 8º ao 13º), o Atlético-MG recebe o Vasco.



Flaco e Allan marcaram no primeiro tempo e encaminharam a vitória

Giro esportivo

Matheus Maranhão/Caixa Brasília Basquete



Basquete

Terceiro colocado no Novo Basquete Brasil, o Brasília Basquete volta à quadra hoje, às 20h15, na Arena BRB, contra o Fortaleza. Os Extraterrestres têm 11 vitórias e 2 derrotas no torneio.

Bruno Ruas/Ruas Midia/CBHB



Handebol

O Brasil estreou com vitória no Main Round, a segunda fase do Mundial de Handebol feminino. Com grande atuação de Bruna de Paula, o time derrotou a Coreia do Sul por 32 x 25. O adversário de amanhã é Angola.

Rocky Winder/AFP



NBA

O Los Angeles Clippers dispensou o veterano Chris Paul, de 40 anos, um dos melhores jogadores da história da franquia, em uma decisão abrupta e confusa, anunciada na madrugada de ontem.

GLYN KIRK



Copa do Mundo 2026

O astro do futebol americano Tom Brady e o ídolo do basquete Shaquille O'Neal serão assistentes de Rio Ferdinand (foto) e Samantha Johnson no sorteio dos grupos da Copa, amanhã, às 12, em Washington.

AFP



Prêmio Brasil Olímpico

Caio Bonfim está entre os oito indicados à estatueta de Melhor Atleta do Ano do Prêmio Brasil Olímpico, organizado anualmente desde 1999 pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), em 11 de dezembro.

Uefa/Divulgação



Eurocopa Feminina

A Alemanha organizará a próxima edição da Euro feminina em 2029. A Uefa descartou as candidaturas de Polônia e uma conjunta de Suécia e Dinamarca, com a promessa de acelerar a evolução da modalidade.



CAMPEÃO DO BRASILEIRÃO 2025

★1980 ★1982 ★1983 ★1987 ★1992 ★2009 ★2019 ★2020 ★2025

EM PÉ (DA ESQUERDA PARA A DIREITA)

Pulgar, Rossi, Danilo, Léo Pereira e Bruno Henrique

AGACHADOS (DA ESQUERDA PARA A DIREITA)

Varela, Arrascaeta, Jorginho, Carrascal, Samuel Lino e Alex Sandro.

TÉCNICO: Filipe Luís



JAPÃO®

da construção

www.japaodaconstrucao.com.br



JAPÃO®

da construção

www.japaodaconstrucao.com.br

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Cheia em Gêmeos. Para a psicologia, o melhor que um humano poderia ser é neurótico, porque dentre os transtornos psíquicos esse seria o que melhor se acomodaria à preservação da civilização, mas, ainda bem, sermos humanos não se circunscreve à psique, somos muito mais, somos além. Todo o além que podemos ser, no entanto, é ignorado por nós a maior parte do tempo, porque na dinâmica neurótica de nossa suposta atividade saudável, nos agarramos a certezas morais para esconder nossa ignorância, certezas como a de que, por exemplo, tudo que de melhor um ser humano poderia almejar é ser neurótico. O apego à ignorância é nosso maior defeito, mas como a mente é feita para perceber, ela precisa ser distraída para continuar garantindo a ignorância. Entra em campo o deleite com as fofocas e a carnificina.

**ÂRIES**
21/03 a 20/04

O horizonte se amplia e, por isso, a alma contempla a complexidade do panorama que terá de administrar nos próximos tempos. Que isso sirva para sua alma se motivar a fazer mais do que o habitual, se atrevendo a ir além.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

Nesta época acontecem muitos compromissos sociais, porém, nem todos enriquecem sua alma, porque são obrigatórios. Apesar dos deveres, reserve um tempo para se aproximar das pessoas com que sua alma se sente à vontade.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

Em vez de as pessoas se entenderem, elas provocam divisões e se convencem de essas serem irreconciliáveis. Tudo isso é teoria, argumentação e sofisma, porque na prática todo mundo poderia se entender muito bem.

**TOURO**
21/04 a 20/05

Experiências prazerosas e dolorosas se misturam no caminho de todo ser humano. Ideal seria que não preferíssemos nem umas nem as outras, mas para isso teríamos de ter transcendido o entendimento normal das coisas.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

De erro em erro vai se conhecendo toda a verdade e, também, vai se aprimorando o que precisa ser feito para que os resultados sejam satisfatórios. Tenha isso em mente, para agir e não ter medo de se equivocar.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Dá vontade de fazer algumas diabruras, porque a alma não é destinada a viver em contenção. Não é possível se ajustar às formalidades e pertinências o tempo inteiro, de vez em quando é preciso fazer travessuras.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

As comoções nos relacionamentos precisam ser administradas com sabedoria, em vez de tirar conclusões apressadas. Tenha em mente que, como é Lua Cheia, as tensões aumentam e nem sempre as pessoas as administram bem.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

O enriquecimento que todo ser humano busca é o financeiro, mas nem sempre as pessoas ricas são verdadeiramente ricas, muitas delas se comportam de maneira miserável. O enriquecimento espiritual é fundamental.

**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Há pessoas que são chatas mesmo, e que em certos momentos parecem decididas a fazer parte do seu cenário. Contorne a situação com delicadeza, mas sem deixar de ser firme, e se não funcionar, chute na canela.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Nem tudo que você observa acontecendo é do seu gosto, mas agora não seria hora de intervir, porque provavelmente o tiro sairia pela culatra. Procure anotar suas observações e esperar pelo momento certo de agir.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Em muitos momentos, sua necessidade de estar no domínio da situação não passa de uma forma de medo, mas como o medo é uma fragilidade, raramente sua consciência o aceita. Só cuide para não haver agressividade.

**PEIXES**
20/02 a 20/03

São tantas distrações neste tempo de final de ano que sua alma corre o risco de perder o foco do que realmente importa, a produtividade. Portanto, resista, evite as distrações, descanse, mas se dedique a produzir.

CRUZADAS

Investigador (?): detetive		Imperador da França no século XIX	Pessoa assaltada A situação passageira		Monte de areia Celso (?), filólogo		Chocada; admirada			Local de guarda de grãos secos
										Erva desidratada usada na pizza
Conceito de Economia		Abriga; aconchega					"(?) do Sertão", novela de 2022			
Parte do sangue						Doce de frutas				
						Tecido de atadura				
					A energia necessária para a existência			Estado da cidade de Guarapari (sigla)		
Tonalidade das fotos antigas		50, em algarismos romanos	Escolha dramática Lasca de pedra							
									Nêutron (símbolo)	
Projetores utilizados em teatros e shows		Renato Russo, cantor		Ana Ivanovic, ex-tenista sérvia			Lista de serviços disponíveis			
				Tipo de resina usada em móveis					Ângulo saliente de um pilar	
Xerox; reprodução		Queens of the Stone (?), banda de rock			Deus, em árabe					
Cobertura de livros			Tela do notebook Arroz, em inglês		Sinal de resultado matemático					
				Livro do Padre Marcelo Rossi						
Fecho de malotes					Flávia Oliveira, jornalista e podcaster			O urso branco que habita o Ártico		
Status da Suécia										
Ciência que trata da previsão do tempo		Expressão de nojo ou desgosto		Órgão da ONU que combate a fome						

BANCO

3/age. 4/nice. 5/ágape — cunha — sépia. 11/oportunismo.

12

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

R	E	C	E	S	S	I	T	A	R	C
N	E	C	E	S	S	I	T	A	R	C
N	A	V	A	L	C	R	E	M	E	
T	I	L	C	A	R	A	P			
M	U	R	C	H	O	A	M	U		
R	A	I	M	A	R	C	A	S		
E	O	P	I	O	A	R	C			
Z	Q	R	D	R	I	U				
S	A	U	D	E	A	N	I	M	A	L
H	A	I	A	O	V	A	G	O		
U	S	S	A	V	A	N	A			
M	I	M	M	E	L	V	P			
C	A	M	B	I	A	L	P	E	R	O
N	O	C	A	T	E	O				
V	A	D	I	A	R	A	N	E	L	
O	B	R	A	D	E	A	R	T	E	


SUDOKU DE ONTEM


9	8	6	2	1	4	3	5	7
4	7	1	8	3	5	6	2	9
3	5	2	7	6	9	1	4	8
1	3	5	9	4	6	8	7	2
2	9	7	3	8	1	4	6	5
8	6	4	5	7	2	9	1	3
6	2	3	4	9	7	5	8	1
7	1	8	6	5	3	2	9	4
5	4	9	1	2	8	7	3	6

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!



www.coquetel.com.br





Acesse nosso site!

COQUETEL

 @coquetel  /coquetel

TEATRO

Andy Santana



Bluey ao vivo - Diversão em família: da animação para o palco

Bluey em cena

» MADU SUHET

O espetáculo *Bluey ao vivo* — *Diversão* em família chega a Brasília a partir de amanhã, no teatro da Caixa Cultural. A montagem, inspirada na animação mundialmente premiada, leva ao palco a rotina divertida da família Heeler, formada por Bluey, uma cachorrinha da raça Blue Heeler, a irmã Bingo e os pais. Conhecido pelo humor leve e pela capacidade de transformar pequenas situações em grandes aventuras, o desenho se tornou um fenômeno internacional e agora ganha uma adaptação para o teatro especialmente para o público da América Latina. Com elenco formado por 14 atores e bailarinos, o espetáculo reúne músicas presentes na série, usa as vozes dos dubladores oficiais brasileiros, e aproxima ainda mais a experiência do que as crianças veem na televisão. No palco, a trama destaca temas centrais do universo da personagem, como valores da convivência familiar e a importância de brincar juntos. Os cenários se dividem nos cômodos da casa dos Heeler e se transformam em ambientes para

brincadeiras, desafios e descobertas, sempre guiadas pela imaginação sem limites de Bluey. Ao criar um ambiente imaginativo e afetuoso, o show preza pela experiência coletiva da família. Ao *Correio*, o coprodutor, Gustavo Nunes afirma que, durante o espetáculo, há momentos em que o público é convidado a participar, por meio de músicas e risadas. “São interações seguras, leves e estimulantes, pensadas para envolver os pequenos dentro da narrativa sem romper a integridade do espetáculo”. Essa construção conjunta faz com que adultos e crianças se reconheçam na história, e “reafirma a importância do brincar como uma conexão natural entre as gerações.”, finaliza Gustavo.

BLUEY AO VIVO – DIVERSÃO EM FAMÍLIA!

Amanhã (05/12) às 15h e às 18h, sábado (06/12) e domingo (07/12) às 11h, 15h e 18h, no Teatro Caixa Cultural Brasília. Ingressos a partir de R\$15, vendidos na bilheteria do teatro. Livre para todos os públicos

***Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco.**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

TRIBUTO AO RIO DOCE QUE ADOÇA MINAS

rio que era doce
qual batata doce
doce mais doce que doce

rio que ia doce
pelo veio doce
da vida doce mais doce

rio volte doce
por onde eras doce
doce da vida mais doce

José Carlos Peliano

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

						8	1	
3	8					2		
			1					9
2		5				6		
7					4			
					3	5	7	
		6						
5	1		9	7	2			
4			5					7

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

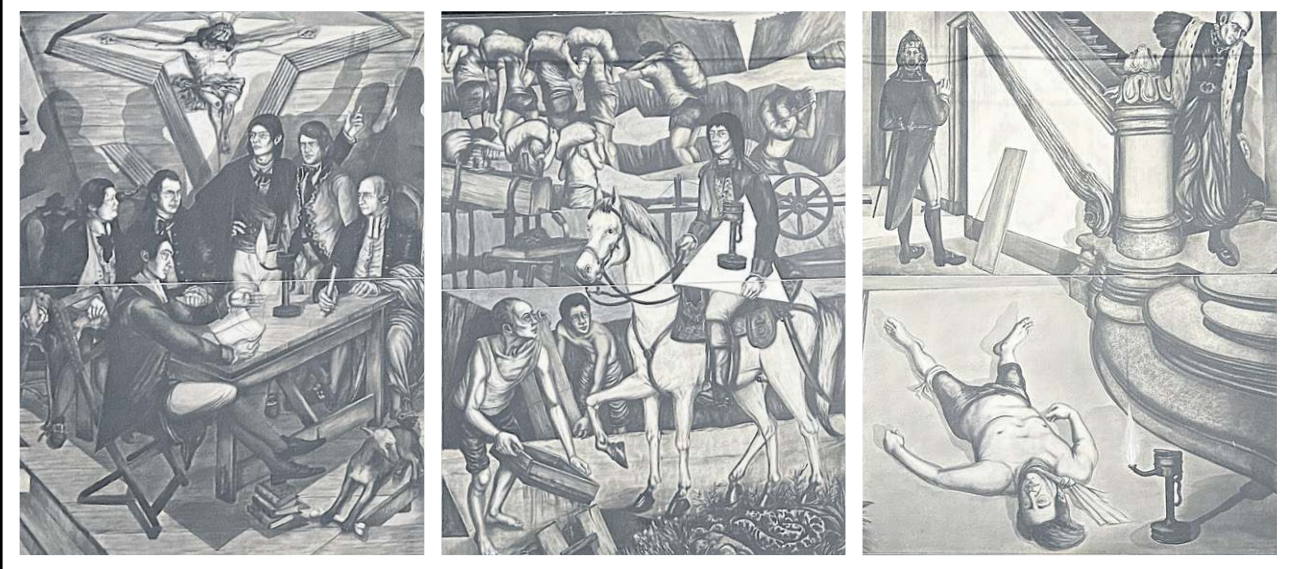
» RICARDO DAEHN

Decifrar uma política das escolhas de mais de 70 lideranças descritas como heroínas e heróis, numa lista que integra o Livro de Aço exposto no Panteão da Pátria, em Brasília, é uma das propostas da série *Como nascem os heróis*. Junto com as produtoras locais Pavirada Filmes e Quartinho, a paulistana O Par remexeu no que muitos veem como sacramentado: as conexões entre presente e passado, e estímulos à reflexão para a construção de um futuro mais promissor. “Assim como monumentos, a história deve ser sempre revisitada e pensada. À luz de novas fontes, teorias, visões de mundo e conhecimentos, tudo pode desabar”, defende uma das produtoras, Maíra Carvalho. A série de tevê vai ao ar, a partir de hoje, na TV Brasil (e sempre às quintas-feiras, na faixa das 23h).

Uma dezena de ícones da história nacional, entre os quais a lendária feminista Anita Garibaldi e o idolatrado Zumbi dos Palmares, uma figura que quase alcançou século 18, como autoridade do quilombo de resistência aos escravizados, estão no rol das personalidades em foco. “O autor da série é Rafael Leporace Farret, historiador, doutor, com ampla pesquisa sobre o tema. Além dele, temos contribuições de dezenas de entrevistados especialistas na história de cada um dos nossos personagens”, adianta a produtora Maíra. A persona drag Rita von Hunty, uma criação de Guilherme Terreri, responde pela apresentação da série desenvolvida por mais de uma década, e que traz direção geral de Iberê Carvalho, e codireção de Marcelo Díaz, dedicada ao segmento documental, às filmagens de externas e à condução de cena.

“Zuzu Angel (que lutou pela verdade, diante do desaparecimento do filho, durante a ditadura) é a personagem mais atual abordada nessa temporada e ainda é pouco conhecida do grande público, apesar de ser uma mulher de história impressionante e uma figura apaixonante”, conta Maíra Carvalho, ao falar da artista, morta em 1976, diante das ações ativistas a favor dos direitos humanos. “Existem muitas pessoas contemporâneas a nós que mereceriam estar entre os heróis e as heroínas da Pátria. Em primeira mão, penso

Mariana Dantas



Livro de Aço, objeto de homenagem a personalidades que tiveram papel fundamental na sociedade

REVISÃO DE REGIMES E DE

A TV BRASIL ESTREIA A SÉRIE *COMO NASCEM OS HERÓIS*, QUE REDESENHA A EXPRESSÃO DE DESTACADAS FIGURAS DO IMAGINÁRIO NACIONAL. E ENTRA TAMBÉM EM CARTAZ O VENCEDOR DA PALMA DE OURO, *FOI APENAS UM ACIDENTE*, DO POLITIZADO JAFAR PANAHÍ



Pavirada Filmes

Cena da série *Como nascem os heróis*

DUAS PERGUNTAS // IBERÊ CARVALHO, CODIRETOR DA SÉRIE

Qual o dispositivo de linguagem empregado junto a jovens e como vocês os instigam a fugirem da doutrinação?

Rita Von Hunty é mestre em dialogar com público

diverso. Sua linguagem, além de muito bem-humorada, é fluida e respaldada por muito conhecimento. A proposta é fugir da doutrinação, mas deixando claro que temos um

posicionamento e que há uma perspectiva nesse olhar. Não pretendemos trazer verdades



Quartinho, O Par e a Direção

consolidadas, mas sim trazer a nossa interpretação, deixando claro que ela existe.

Reformatar a história e gerar revisões requer que tipo de responsabilidade?

Uma série como esta não poderia ser feita sem um profundo embasamento histórico e sem estarmos ancorados em

depoimentos dos maiores especialistas vivos em cada um dos temas abordados. É evidente que a nossa abordagem aos temas não será uma unanimidade e não fugimos ao risco de críticas.

CRÍTICA // **FOI APENAS UM ACIDENTE** ★★★★★

BARULHO CONTRA O REGIME

Depois da exitosa colheita de reconhecimento do compatriota Asghar Farhadi, autor de fitas como *O apartamento*, *A separação* e *Um herói*, sempre atrelada ao cinema iraniano, está a figura resistente de Jafar Panahi, que vira e mexe lida com sentenças de prisões e perseguição intelectual, em ciclo formalizado há mais de 15 anos.

A oposição ao regime teocrático, sob os desmandos do Líder Supremo, faz de Panahi um artista associado à desobediência e à clandestinidade. Nada difere do cenário da concepção de *Foi apenas um acidente*,

recém-agraciado no circuito do cinema independente do Gotham Awards, com títulos de melhor diretor, melhor filme internacional e melhor roteiro. Tudo isso novamente jogou contra vitórias de *O agente secreto* (que perdeu, apesar de dois prêmios, a Palma de Ouro em Cannes justo para o filme de Panahi).

No mais recente longa (que rendeu nova condenação à prisão do diretor), entra em cena — e em crise, Vahid (Vahid Mobasseri), entregador iraniano atormentado pela redescoberta daquele que parece em muito com Eqbal (Ebrahim

Azizi), um torturador encurvado nos destinos de mais de 100 prisioneiros políticos. Desestruturado, e sedento de vingança, Vahid bebe dos conselhos de Saffar, que propicia o encontro do virtual algoz de Eqbal com a esquiva Shiva (Maryam Afshari), uma fotógrafa ainda atormentada pelo massacre em comum.

Ciente do que seja agir com greve de fome e promover a cotidiana revolução, junto aos que orbitam fora do sistema iraniano, o contestador cineasta de *Sem ursos* (2022), *3 faces* (2018) e *O círculo* (2000), mete dedos na ferida, trazendo à

Imovision



tona questões éticas, vinculadas à explosão de violências e requintes de crueldade. Inusitado que Panahi consiga pincelar tudo com

ácidos momentos cômicos.

Na trama, Vahid ganha a cumplidade da presença de inúmeras testemunhas para seu crime

Foi apenas um acidente: desejo de vingança com pitadas de humor

contra aquele que identifica como Eqbal: nisso estão o inquieto Hamid (Mohamad Ali Eliasmehr, na vida real, um carpinteiro que estudou teatro), e um casal de noivos (papéis de Majid Panahi, sobrinho do cineasta, e de Hadis Pakbaten). Uma dramaturgia instigante (que faz lembrar a de Relatos selvagens) e que abraça ações de piedade, rancor, transformações e absoluta incerteza. *Foi apenas um acidente*, vale a lembrança, foi escolhido pela França para representar o país em futura disputa ao Oscar de 2026. (RD)



Assusete Magalhães, pioneira e voz marcante do Judiciário brasileiro

Maria Eduarda Lavocat

Na última segunda-feira, o Judiciário brasileiro sofreu a perda de uma de suas figuras mais expressivas. Aos 76 anos, a ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Assusete Dumont Reis Magalhães faleceu em São Paulo, enquanto estava em tratamento de saúde na cidade.

Oriunda do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Assusete Magalhães integrou o STJ por 11 anos, de agosto de 2012 a janeiro de 2024. Nesse período, deixou contribuições significativas para a jurisprudência — especialmente em temas de direito público — e para a gestão de precedentes.

Natural de Serro, em Minas Gerais, Assusete cresceu ouvindo as sessões do Tribunal do Júri na praça em frente ao fórum. Encantada pela oratória dos advogados, decidiu, ainda jovem, seguir carreira jurídica. Sem contar aos pais, prestou vestibular para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde foi aprovada em direito. Mudou-se para Belo Horizonte, onde também cursou letras e iniciou a vida profissional na advocacia. Pouco depois, tomou posse como procuradora do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, em 1982, ingressou no Ministério Público Federal como procuradora da República.

Dois anos mais tarde, tornou-se a primeira mulher a assumir o cargo de juíza federal em Minas Gerais e a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do estado. Para se titularizar, transferiu-se para o Rio de Janeiro, em uma fase que descrevia como uma das mais desafiadoras de sua vida, pois passava longos períodos longe do marido e das duas filhas pequenas, então com apenas dois e quatro anos.

Quase uma década depois, ao retornar a Minas como juíza titular, foi promovida por merecimento ao TRF-1 — tribunal que abrange 80% do território nacional, com 13 unidades da Federação. Ali, fez história novamente ao tornar-se a primeira e, até hoje, única mulher a presidir o órgão.

Assusete chegou a Brasília em 1993 e costumava dizer que havia adotado a capital como sua casa. “Ganhei o título de cidadã honorária. Sou brasiliense de coração, mas não perdi a ligação com minhas origens”,



Encerramento do 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário com homenagem a Assusete Magalhães

Luiz Silveira/CNJ



Assusete deixa um legado em direito público, gestão de precedentes e no aumento da presença feminina no Judiciário

afirmou em entrevista ao **Correio** em 2023.

Indicada pela então presidente Dilma Rousseff, assumiu no STJ, em 2012, a cadeira número 23. Inicialmente, integrou a 6ª Turma e a 3ª Seção, especializadas em direito penal. A partir de 2014, passou a atuar com direito público na 2ª Turma e na 1ª Seção, que presidiu em diferentes períodos.

Também foi a primeira mulher a chefiar a Ouvidoria do STJ, entre 2019 e 2020. Durante sua gestão, firmou acordos de cooperação com as ouvidorias do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Controladoria-Geral da União (CGU), medidas consideradas essenciais para aprimorar o atendimento ao cidadão no auge da pandemia de covid-19.

Homenagens

Durante o encerramento do 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, o ministro Mauro Campbell Marques, atual corregedor nacional de Justiça, abriu seu discurso com uma homenagem à colega. “Essa grande mulher, gestora, foi uma importante representante da Justiça brasileira”, declarou. Os dois dividiram a bancada em colegiados do STJ por muitos anos.

O evento contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin; do ministro Alexandre de Moraes; do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; da presidente do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha; além de conselheiros do CNJ. Durante a homenagem, uma foto da ministra foi exibida no telão e ela foi ovacionada pelo auditório.

Após o anúncio de sua morte, na segunda-feira, o ministro Fachin divulgou nota de pesar em nome do STF e do CNJ. Ele destacou que Assusete “desempenhou uma brilhante carreira no Poder Judiciário brasileiro”.

“Mulher, mãe e juíza de carreira, a ministra Assusete Magalhães foi responsável por implementar relevantes medidas à Justiça ao longo dos anos em que ocupou uma

série de funções públicas”, cita o texto.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se pronunciou para prestar homenagens e destacou a integridade de Assusete como marca de sua trajetória. “A OAB Nacional manifesta profundo pesar pelo falecimento da advogada e ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Assusete Magalhães”, afirma a nota, que também registra solidariedade à filha da ministra, a conselheira federal pela OAB-PE Ana Carolina Reis Magalhães.

O vice-presidente da OAB Nacional, Felipe Sarmento, também lamentou a perda: “Recebo com profundo pesar a notícia do falecimento da sempre ministra do STJ e advogada Assusete Magalhães, uma figura humana de enorme coração. Sua memória inspirará gerações de mulheres e profissionais a desempenharem o bom direito”.

O estado natal de Assusete, Minas Gerais, também se manifestou. O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, expressou solidariedade aos familiares e amigos “pela irreparável perda”.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) destacou seu legado: “Sua trajetória no serviço público e sua contribuição para o fortalecimento do Judiciário brasileiro deixam um legado de integridade, competência e dedicação. Inspirou e inspira a causa feminista no meio jurídico, ao lutar por maior representatividade feminina no Poder Judiciário e combater o machismo institucional”.



ENTREVISTA — Tércio Lins e Silva

Advogado das liberdades

Ana Maria Campos

O criminalista Tércio Lins e Silva, 80 anos, está na atividade jurídica há mais de 60 anos. Começou antes mesmo de obter a carteira da OAB, o que ocorreu em 1969. O pai, advogado Raul Lins e Silva, defendia estudantes nos anos de chumbo e, temendo que o filho caísse na luta armada, levou Tércio

para auxiliá-lo no escritório. Assim, ele começou a trajetória, defendendo a sua geração a ter acesso à universidade. Desde então, atuou em várias causas — em nome do Estado Democrático de Direito e das garantias individuais.

Foi conselheiro da OAB do Rio de Janeiro e do Conselho Federal da Ordem por vários biênios. Ocupou o cargo de secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre 1987 e 1990, no

governo de Moreira Franco. Foi conselheiro do CNJ (2007/2010) e membro da Comissão de Juristas do Senado para a reforma da Lei de Execução Penal, em 2013. Também exerceu a Presidência do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), por dois mandatos, de 2014 a 2018. Hoje é procurador-geral do município de Niterói (RJ).

Em 1985, durante o governo Sarney, Tércio foi presidente do Conselho Federal

de Entorpecentes, no Ministério da Justiça. Anos antes, durante a ditadura, defendeu perseguidos políticos e outras vítimas do regime militar.

Um de seus casos de maior repercussão foi a defesa do playboy Doca Street que assassinou a companheira, a socialite Angela Diniz, com três tiros. A tese alegada foi a legítima defesa da honra, que hoje em dia é considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O senhor acredita que o sistema de justiça brasileiro vive hoje um processo de judicialização excessiva da política?

Não há nenhuma novidade nisso. O sistema de justiça se comporta sempre como um reflexo do momento político, cultural, institucional ou o que seja. Na ditadura, a Justiça Militar da União era o reflexo do momento difícil que vivíamos no país. Mas coube aos advogados influir para que a Justiça se aproximasse o mais possível do seu ideal. A luta persistente dos advogados brasileiros, que resistiram aos abusos praticados ao longo daqueles anos de chumbo, foi fundamental para a democracia que veio mais tarde.

Como avalia o momento em que o país passa de condenação de um ex-presidente e de cinco oficiais de alta patente por atentarem contra a democracia?

Sinal de maturidade na consolidação da legalidade obtida no processo de redemocratização iniciado em 1985. São 40 anos de amadurecimento, não é pouco tempo.

O senhor defendeu perseguidos na ditadura militar. Acha que o Brasil está reconstruindo a sua história?

Estamos reconstruindo a nossa história desde que lutamos com as armas do direito e a consciência da resistência democrática perante os tribunais do país. A História ainda contará melhor o que os poucos advogados brasileiros, que defenderam os perseguidos políticos, significaram para o processo de resistência democrática ao arbítrio e à prepotência, que eram a regra daqueles tempos.

O senhor atuou em várias causas na Justiça Militar. Na sua opinião, a cassação da patente deve ser interpretada como consequência natural da condenação criminal ou como um julgamento autônomo com critérios próprios?

Arquivo pessoal



"A crença fascista de aumentar a repressão, tornar as penas mais rigorosas e o encarceramento desenfreado e sem critérios justos são uma prática burra que não resolve nada"

Entendo que se trata de uma consequência da condenação criminal, mas submetida às regras da legislação penal militar.

Como equilibrar liberdade de expressão com o combate a notícias falsas e discursos de ódio, sem destruir garantias fundamentais?

Este é o desafio que esperamos seja enfrentado pelo Poder Judiciário. Daí porque é necessário que a Justiça tire a venda e

defenda a liberdade de dizer, sabendo identificar o que são ofensas.

Quais são, hoje, os maiores riscos ao Estado Democrático de Direito no Brasil?

Creio que o exercício da democracia está diretamente ligado ao fortalecimento das bases do Estado de Direito. Quer dizer, um Poder Legislativo sério e confiável. É necessário melhorar a representação parlamentar e essa responsabilidade recai em grande parte nos

partidos políticos que não amadurecem... De igual modo, o Poder Judiciário tem de merecer a confiança da nação e, para tanto, tem de fazer jus a isso! Não temos tido bons exemplos ultimamente. Por fim, o Poder Executivo deve, da mesma forma, merecer a confiança do povo. Infelizmente, nem sempre vimos isso. Em resumo, o Estado Democrático de Direito tem a ver com a seriedade e a confiança nos poderes constituídos! A política está na base disso tudo...

Leia mais na página 3

ENTREVISTA — Técio Lins e Silva

Divulgação

**O que a nova geração de juristas precisa compreender sobre o momento político atual para evitar retrocessos?**

A nova geração de juristas deve ter uma formação democrática sólida. Acreditar nas instituições do Estado, praticar a democracia e ter absoluta crença na liberdade. Melhorar o ensino do direito faria muito bem a tudo isso que falamos até agora.

A legislação penal brasileira oferece instrumentos suficientes para combater facções, milícias e redes criminosas complexas?

Sem dúvida nenhuma. A crença fascista de aumentar a repressão, tornar as penas mais rigorosas e o encarceramento desenfreado e sem critérios justos é uma prática burra que não resolve nada. A experiência praticada pelo prefeito Rodrigo Neves, da cidade de Niterói (RJ), é revolucionária. Há presença efetiva do Poder Público nas diversas localidades. Merece a atenção do país pois se trata de um exemplo magnífico que está dando certo e merece ser copiado.

Em que pontos o processo penal brasileiro dificulta — ou facilita — investigações sobre organizações criminosas?

Esse tema tem a ver com muitas práticas que a administração pública deve aplicar e não raro se vale do jogo de empurra sem assumir as responsabilidades que dão trabalho, mas podem dar resultados formidáveis. Repito aqui: a experiência da administração municipal de Niterói nesse campo é um exemplo digno de registro e exemplo.

Como equilibrar operações policiais com a proteção dos direitos fundamentais da população?

As operações devem ser praticadas se ao mesmo tempo houver investimentos sociais na proteção e desenvolvimento da juventude. Não basta reprimir se não houver uma estratégia de educação e cultura para essa população jovem que está mais vulnerável a esses males.

Que reformas são indispensáveis para reduzir a influência de organizações criminosas no sistema prisional?

Pode parecer óbvio, mas a ausência absoluta de investimentos noutras áreas humanas e educacionais é o caldo de cultura dessa realidade alarmante que representa o sistema carcerário.

O Rio ainda pode recuperar territórios dominados por grupos criminosos?

Tenho certeza absoluta que sim. Mas é necessário investir além de armar e reprimir.

O senhor é otimista ou pessimista quanto à possibilidade de reverter

"A nova geração de juristas deve ter uma formação democrática sólida. Acreditar nas Instituições do Estado, praticar a democracia e ter absoluta crença na liberdade. Melhorar o ensino do direito faria muito bem"

o poder do crime organizado no estado?

Pergunta que merece outra pergunta: quem estará no poder para o exercício desse sentimento? Do jeito que as coisas estão em alguns estados, o otimismo é um sonho muito distante...

Em 60 anos de advocacia, poderia citar um episódio que marcou sua carreira?

Além do exercício da defesa dos perseguidos de toda sorte, ainda me emociono quando lembro que presidi o Conselho Federal de Entorpecentes nos idos de 1985, no Ministério da Justiça da Nova República e retiramos a criminalização da ayahuasca, vegetal de uso ritual, consumido como um chá, oriundo dos Andes (Santo Daime). Nesses 40 anos, não há

"Creio que o exercício da democracia está diretamente ligado ao fortalecimento das bases do Estado de Direito. Quer dizer, um Poder Legislativo sério e confiável"

caso de abuso, tráfico ou qualquer outro registro policial. Eis a prova de que a proibição é que estimula o mau uso.

Também me emociona a construção da Defensoria Pública criada por Emenda Constitucional no Estado do Rio de Janeiro, em 1987, antes da Constituição Cidadã, quando fui o primeiro procurador-geral dessa Instituição magnífica produzida pelo Estado de Direito e pioneira no Brasil. Período em que acumulei com a função de secretário de Justiça do Estado do RJ.

O STF declarou a tese da "legítima defesa da honra" inconstitucional, pois viola os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. O senhor concorda com esse posicionamento?

Decisão política que não faz justiça ao Supremo, pois se trata da politização do exercício livre da defesa em sede do Tribunal do Júri, que é a justiça praticada pelo cidadão. Mas o assunto é polêmico e foi politizado ao extremo.

Tendo participado da defesa de Doca Street, assassino de Angela Diniz, acredita que indiretamente, mesmo sem citar a honra, criminalistas ainda defendem feminicidas com base na vida pregressa da vítima?

Não sei. Analisar a defesa sem o caso concreto é um exercício de adivinhação impossível de ser feito.

A partir daquele episódio, o debate sobre violência contra a mulher ganhou nova dimensão no Brasil?

É possível, não sei dizer. Trata-se de matéria que emociona os debates a seu respeito.

O senhor acredita que o caso contribuiu para mudanças legislativas ou para a evolução do pensamento jurídico sobre gênero?

Não disponho dos dados sobre o resultado dessa discussão. Todo debate sobre assuntos polêmicos gera resultados para um lado ou outro da discussão. Sou apenas um advogado criminal, nascido e criado na defesa da liberdade.

A defesa criminal, muitas vezes, é mal compreendida pela sociedade. Como o senhor lidou com críticas ou interpretações equivocadas sobre seu papel como advogado?

O juiz que me julga — e com o maior rigor — é a minha consciência. Ela nunca fez 'interpretação equivocada' de minha atuação como advogado. Ao contrário, ela sempre me aplaudiu.

O caso marcou sua trajetória profissional. Qual reflexão pessoal mais profunda ele deixou?

Pergunta que vale uma enciclopédia. Foram incontáveis experiências de vida, somadas em 61 anos de vida forense. Talvez a que mais tenha mobilizado a minha emoção foi a defesa que fiz de um cliente ao ouvir o representante do Ministério Público pedir a pena de morte. Eu tinha menos de 30 anos e o cliente era pouco mais velho do que eu. Ganhamos a causa: ele foi condenado à prisão perpétua... No STM, a pena foi reduzida para 30 anos. Com a revogação da Lei de Segurança, foi feita a adaptação pela pena prevista no Código Penal comum, reduzindo-a ainda mais. Aplicou-se então a regra do livramento condicional e, poucos anos depois, ele ganhou a liberdade.

Se o caso fosse julgado hoje, com o arcabouço jurídico atual e com maior compreensão sobre violência de gênero, as teses de defesa deveriam ser diferentes?

Impossível dizer.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



STF julga regra da Reforma da Previdência que atinge aposentadoria por incapacidade

Os ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes vão decidir, em julgamento presencial, a constitucionalidade da regra da Reforma da Previdência aprovada em 2019 (EC 103/2019), que alterou o benefício para quem se aposenta por incapacidade causada por doença grave, contagiosa ou incurável. Até a aprovação das mudanças, o pagamento da aposentadoria era integral. Hoje a regra em vigor estabelece o valor mínimo de 60% da média aritmética dos salários do trabalhador, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 anos. O placar está em cinco a quatro pela inconstitucionalidade, em plenário virtual, mas um pedido de destaque do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, levará o caso para a discussão cara a cara. A discussão tem repercussão geral.

Mauro Campbell será homenageado na obra “Visão Jurídica Pós-1988”

“Um manauara nacional” — é assim que o jurista Roberto Rosas define, no prefácio, o homenageado da obra *Visão Jurídica Pós-1988* o ministro do STJ Mauro Campbell Marques, atual corregedor nacional de Justiça.



Gustavo Lima/STJ

O lançamento da coletânea especial está marcado para hoje (04/12), às 19h, no Espaço Cultural STJ, em Brasília. Com apresentação do ex-presidente da República José Sarney e organização de André de Azevedo Machado, assessor-chefe da Corregedoria Nacional, o livro concentra 42 artigos assinados por ministros do STF e do STJ, além de grandes nomes do mundo jurídico.

Solução para 24 milhões de processos

Único representante da Região Norte e do estado do Amazonas nos tribunais superiores do país, Campbell Marques foi o relator de processos importantes para a construção da jurisprudência brasileira, a exemplo dos Temas 566 a 571, que, julgados sob o rito dos recursos repetitivos, solucionaram à época cerca de 24 milhões de processos. No CNJ, o ministro tem promovido inovações na organização dos serviços extrajudiciais e reforçado a atuação de programas institucionais para a efetivação de direitos fundamentais.

Uma abordagem inovadora sobre governança em segurança alimentar e nutricional

A jurista Mariana Amorim Murta defendeu a tese *Migalhas Além da Fome* no programa de doutorado em direito e políticas públicas do Ceub, analisando a efetividade do direito humano à alimentação adequada nas políticas públicas brasileiras. Sob orientação do professor e coordenador do programa, Marcelo Dias Varella, o trabalho foi aprovado com distinção e indicado ao prêmio de Melhor Tese do Ano. A pesquisa se destaca por apresentar uma abordagem inovadora sobre governança em segurança alimentar e nutricional. Reconhecida pela originalidade e pelo rigor metodológico, a tese também foi selecionada para integrar a Biblioteca de Referência em Políticas Públicas. Além da contribuição original, o estudo reafirma a centralidade da alimentação adequada no debate constitucional e nas agendas de desenvolvimento.



Arquivo pessoal

Mulheres no controle

Quem disse que controle externo não pode ser tema para um bom bate-papo com histórias inspiradoras? No IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC), a ideia de um podcast ganhou vida com a iniciativa das auditoras de controle externo Cíntia Thomazi, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), e Simony Jin, do Tribunal de Contas do Mato Grosso (TCE-MT). O podcast *Mulheres no Controle* foi criado para dar voz às auditoras que atuam nos Tribunais de Contas, compartilhando experiências inspiradoras e mostrando seu impacto na eficiência e transparência do serviço público. O conselheiro do TCDF Renato Rainha, considerado o “padrinho do projeto”, reforçou a importância de iniciativas desse tipo. “É importante divulgar e fortalecer a participação das mulheres no controle, para que isso sirva de exemplo e incentive a presença feminina em todos os setores da sociedade”, elogiou.



Divulgação/TCDF



Rosinei Coutinho/STF

“É inegável a tentativa de deslegitimar o poder Judiciário. Não foi só em relação à Justiça Eleitoral, em relação a todo o Poder Judiciário. Isso não só no Brasil, isso no mundo todo. Mas por que no Brasil isso foi mais forte? Porque o Poder Judiciário no Brasil é mais forte”

Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press.



Helio Montferre/Esp. CB/D.A. Press



Medalha mérito Rui Barbosa

O Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB aprovou os nomes do advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho — ex-presidente da Ordem —, e da ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Vera Lúcia Santana Araújo para receberem a Medalha Rui Barbosa. A honraria, considerada a mais alta comenda da advocacia brasileira, será entregue durante a Conferência Nacional da Advocacia, que ocorrerá no próximo ano. O presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, ressaltou que a nova regra no Regulamento Geral da OAB, aprovada em 2024, garante, a cada mandato, que um homem e uma mulher sejam agraciados com a Medalha Rui Barbosa.

Belas escolhas

Ex-conselheiro federal da OAB e atual integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o advogado Rodrigo Badaró elogiou as escolhas da Ordem. “A diretoria da OAB brilhou na nomeação seguindo a paridade de gênero e o tamanho dos homenageados, condizentes com a maior comenda da instituição. Verinha é exemplo de luta, advogada militante e combativa, sempre ativa na defesa das pautas necessárias e às vezes esquecidas, e com coragem extraordinária, orgulha a advocacia e qualquer cidadão de bem”, ressaltou Badaró. “Marcus Vinicius é o bâtonnier de sempre, líder nato da advocacia, liderança conquistada pelo respeito ao próximo e por suas lutas pela classe. Uma referência e inspiração para gerações. Cumpre seu papel como farol e maestro nos grandes debates nacionais”, enalteceu.

Visão do Direito



Alexandre Agra Belmonte

Ministro do TST, pós-doutor em direito pela Universidade de Coimbra e presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho

Gratuidade de Justiça: mitos e fatos na Justiça do Trabalho

A intensa procura da Justiça do Trabalho tem sido motivo de alarde e preocupação para quem veja na gratuidade a grande vilã e nos juízes que as concedem, os responsáveis.

A judicialização trabalhista preocupa, mas o alto índice de gratuidades decorre do fato da Justiça do Trabalho contar com clientela formada de desempregados (ninguém reclama no curso do contrato com receio da despedida) e de trabalhadores juridicamente pobres. Segundo o Censo 2022 do IBGE, 90% dos brasileiros ganham menos de R\$ 3,5 mil e deles, 70% recebem até dois salários-mínimos.

É alto o número de causas trabalhistas ajuizadas ao longo do tempo e em tramitação. Mas o Brasil é o país com a maior rotatividade da mão de obra do mundo. Ao menos 30% das lides versam sobre rescisões impagas. São trabalhadores cuja única alternativa na busca do recebimento de seus direitos procuram a Justiça do Trabalho e, porque desempregados, querem gratuidade.

Além disso, o país é um dos campeões mundiais de acidentes do trabalho por doenças e lesões físicas e mentais. As inabilitações culposas geram imensa quantidade de reclamações indenizatórias.

Apreciados apenas esses dois aspectos, já temos um retrato de que parte significativa das lides trabalhistas são uma consequência do sistema. Não é possível culpar a própria vítima que judicializa para buscar verbas alimentares.

A Constituição de 1988 garante o acesso fundamental ao Poder Judiciário. A gratuidade de justiça visa a abrir as portas do Judiciário a pessoas e entidades que se tivessem que pagar para estar em juízo não conseguiriam, sendo a assistência judiciária o procedimento a ser observado na concessão do benefício.

Mais de 75% da clientela da Justiça do Trabalho é de trabalhadores despedidos, e empregado sem emprego não tem salário. Mesmo os que tinham um salário razoável quando empregados, passam a receber, até encontrarem outro emprego, o valor máximo de seguro desemprego, hoje

de R\$ 2.424,11 mensais por até cinco meses. Isso se não estiverem em juízo na busca da satisfação das parcelas rescisórias impagas.

Contrariamente à facilitação, dificultar o acesso à Justiça do Trabalho como regra geral atinge em cheio o trabalhador juridicamente pobre e não resolve as causas que levam aos conflitos e à judicialização. O correto é derrubar barreiras para acesso aos direitos e à justiça social, e não o contrário.

A judicialização trabalhista é devida a uma série de fatores, entre eles o descumprimento estrutural da legislação; a ineficiência da fiscalização; a inexistência de meios administrativos de prevenção e conciliação de conflitos; o desemprego rotativo; a quantidade de lides trabalhistas versando sobre rescisões impagas; o altíssimo número de acidentes do trabalho; e a busca consequente por indenizações.

Com base nos dados acima apresentados, penso ser possível estabelecer critérios objetivos e fincados na realidade da vida para a concessão do benefício da justiça gratuita

trabalhista:

- Ainda que empregado, quem ganha menos do que 5 mil reais mensais e está, inclusive, isento de pagar Imposto de Renda, é porque não tem como arcar com custas, despesas processuais e honorários de advogado;
- Quem está desempregado, enquanto se encontrar nessa situação;
- Quem está recebendo seguro desemprego, porque presume-se, está desempregado e sem receber numerário suficiente para arcar com custas, despesas processuais e honorários;
- Quem não recebeu a rescisão contratual, incluindo aquele que está pleiteando a reversão da justa causa indevidamente aplicada.

Em casos como esses, basta a declaração de hipossuficiência pela presunção evidente da necessidade da assistência judiciária. Mas, em caso de impugnação, o magistrado pode exigir a realização de provas para a concessão ou revisão da gratuidade.

Visão do Direito



Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima

advogada especialista em direito administrativo e eleitoral, membro da Comissão Especial de Direito Eleitoral da OAB/SP e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – Abradep

O Congresso e o relógio eleitoral: o Brasil corre contra o prazo de um ano

Em 2025, o grande debate no direito eleitoral girou em torno do Projeto de Lei Complementar nº 112/2021, que pretende instituir um Novo Código Eleitoral e estabelecer um marco normativo unificado para o sistema eleitoral brasileiro. Hoje, convivemos com uma estrutura complexa, formada por um emaranhado de normas esparsas: o Código Eleitoral, a Lei das Eleições, a Lei dos Partidos Políticos, a Lei das Inelegibilidades, além de resoluções do TSE e dispositivos constitucionais.

O PLP 112/2021 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em agosto de 2025, com texto-base do senador Marcelo Castro e três destaques, totalizando cerca de 900 artigos. A proposição passou a tramitar em regime de urgência para o Plenário, que deverá se debruçar sobre temas sensíveis, como a redução das penas para o crime de divulgação de fatos sabidamente inverídicos, a manutenção da obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas, a reserva mínima de 20% das cadeiras nas casas legislativas para mulheres e alterações na Lei da Ficha Limpa.

Como o Plenário do Senado não votou o texto aprovado pela CCJ até 3 de outubro de 2025 — marco da anterioridade eleitoral — qualquer modificação já não pode mais valer para as eleições de

2026, ainda que venha a ser aprovada e sancionada. Some-se a isso o fato de que, caso o projeto seja aprovado pelo Senado, será necessário o retorno à Câmara dos Deputados para nova apreciação, o que alonga ainda mais a tramitação.

A expectativa da comunidade jurídica eleitoral era elevada. Não por acaso: o Código Eleitoral completou 60 anos em julho de 2025 e, passadas seis décadas, embora seja inegável a relevância histórica desse diploma, é evidente que o sistema eleitoral brasileiro demanda atualização para refletir os valores democráticos e os desafios atuais. Mais do que uma mera consolidação, discute-se a necessidade de um código que dialogue com temas como inclusão, transparência, tecnologia, combate à desinformação e proteção de minorias políticas.

Manter como eixo normativo um texto concebido há mais de meio século, em um país em constante transformação social, tecnológica e política, gera anacronismos, contradições e zonas de silêncio normativo. Não surpreende, portanto, que os debates em torno do PLP 112/2021 tenham mobilizado renomados eleitoralistas, organizações da sociedade civil e entidades de classe, em uma rara convergência de atenção sobre o desenho institucional da democracia brasileira.

Sob esse prisma, 2025 parecia o momento

ideal para a aprovação de um novo Código Eleitoral mais coeso, moderno e democrático. O que se viu, entretanto, foi uma resistência ao enfrentamento de temas considerados sensíveis, como a ampliação da participação feminina na política, por meio da fixação de percentual mínimo de vagas efetivamente ocupadas no Legislativo, e não apenas de candidaturas, e a regulamentação mais robusta da propaganda eleitoral na internet, com resposta jurídica adequada aos abusos e à desinformação massiva. O resultado prático foi a postergação da votação para além do limite temporal que permitiria a aplicação das novas regras já em 2026.

Ao mesmo tempo, a discussão de 2025 revelou uma tensão permanente: de um lado, o receio de retrocessos em conquistas, como a Ficha Limpa e os mecanismos de controle do abuso de poder político e econômico; de outro, a urgência de atualizar conceitos, procedimentos e sanções para um ambiente digitalizado, hiperconectado e marcado pela velocidade da circulação de informações. Em outras palavras, o país debate, mas ainda não consegue responder de forma satisfatória a uma pergunta central: como equilibrar segurança jurídica, efetividade das sanções e proteção do debate público em um cenário de redes sociais, inteligência artificial e campanhas cada vez mais segmentadas?

A democracia brasileira avançou de modo significativo desde 1965, e o Código Eleitoral apesar de sua importância histórica, já não é suficiente para as exigências de um sistema inclusivo, transparente e eficiente e que reflita a realidade do país: um Brasil de maioria feminina, racialmente diverso e cada vez mais conectado, com novas formas de organização política e de comunicação com o eleitorado.

Há um legítimo receio de que, apesar das críticas pontuais ao texto aprovado na CCJ, os avanços já consolidados no debate sejam simplesmente engavetados, à espera da “janela” política de um próximo ciclo eleitoral. A postergação reiterada da votação acende o alerta: reformas eleitorais não podem ser tratadas apenas como moeda de troca conjuntural, acionada às vésperas das eleições. É urgente que as alterações discutidas sejam enfrentadas com responsabilidade e transparência.

Se 2025 ficará registrado como o ano em que o Novo Código Eleitoral não saiu do papel, é desejável que também seja lembrado como o ano em que a sociedade civil, a academia e os operadores do direito eleitoral reafirmaram que a democracia não se sustenta sem regras claras, estáveis e sintonizadas com o tempo presente.

Visão do Direito



Gabriela Gonzalez Pinto

Promotora de Justiça, mestre em direitos humanos pela Univerdade Pablo-Olavide em Sevilha, Espanha

Justiça para as mulheres: a semente do caliandra no DF

O feminicídio, em sua face mais brutal, é a manifestação extrema de uma estrutura social que, historicamente, tolera e normaliza a violência de gênero. A violência contra a mulher não é um fenômeno isolado e repentino; ela é um contínuo, uma “espiral da violência” que frequentemente começa de forma sutil, com ciúmes, controle e ameaças, e culmina na tragédia. É crucial, portanto, que o sistema de justiça não apenas reaja ao crime consumado, mas atue de maneira estratégica e antecipada para interromper esse ciclo. O Legado Patriarcal e a Luta por uma Vida Livre de Violência

Para compreender a profundidade do feminicídio, é preciso reconhecer que vivemos sob o legado de uma cultura patriarcal arraigada na história brasileira, onde a violência contra a mulher foi, por muito tempo, socialmente tolerada. As Ordenações Filipinas, vigentes de 1603 a 1830, autorizavam expressamente a violência do marido contra a esposa com comportamentos que se desviassem da moralidade da época.

Essa mentalidade de controle sobre a mulher persistiu. O Código Penal de 1890, por exemplo, punia a mulher adúltera com

prisão, mas o homem adúltero só era punido se sustentasse uma concubina (“teúda e manteúda”), isentando-o em casos de relação sexual fortuita. Casos emblemáticos, como o de Ângela Diniz (assassinada em 1976), demonstram como a “legítima defesa da honra” funcionava como uma tese jurídica que culpabilizava a vítima e absolvía o agressor. Embora a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) tenham sido avanços legislativos essenciais e o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha declarado a inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra (ADPF 779, em 2023), o controle masculino ainda teima em persistir na memória social.

Nesse aspecto, a Comissão de Prevenção e Combate ao Feminicídio enviou a Nota Técnica nº 01/2024 (Anexo VI) ao procurador-geral de justiça, que subsidiou a atuação do MPDFT como amicus curiae no julgamento do Tema 1087 do Supremo Tribunal Federal (ARE 1225185/MG). Nesse julgamento, o plenário do STF decidiu pela impossibilidade de se conceder clemência a feminicidas levados a júri popular, uma decisão considerada emblemática para o combate à cultura de tolerância à violência contra a mulher. Portanto, a atuação

institucional para combater a violência de gênero deve ser robusta, não se limitando ao âmbito criminal, mas promovendo a igualdade e a proteção em todas as esferas.

O Projeto Caliandra: aprimorando a Gestão de Risco no DF

Diante da urgência de qualificar a resposta do sistema de justiça, a Comissão de Prevenção e Combate ao Feminicídio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) instituiu o projeto-piloto Caliandra. Esse projeto é uma ferramenta estratégica de gerenciamento de risco e acompanhamento das mulheres em situação de violência doméstica.

O Caliandra foi inspirado no Protocolo Girassol, desenvolvido pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN). Assim como o Girassol, o Caliandra concentra-se no acompanhamento de mulheres que tiveram suas medidas protetivas de urgência (MPUs) descumpridas, buscando monitorar a evolução do risco, acionar a rede de proteção e exercer uma busca ativa na defesa dos direitos das vítimas.

A importância de projetos como o Caliandra reside no fato de que as medidas protetivas revelam-se de grande potencial

preventivo, especialmente quando aliadas a programas e políticas públicas. O projeto-piloto Caliandra, implementado na Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher no Recanto das Emas, busca aprimorar o acompanhamento e a gestão de risco, especialmente nos casos de descumprimento de MPUs. Ele se utiliza da experiência acumulada para evitar revogações precipitadas de medidas essenciais e para inserir as mulheres nos programas e políticas públicas especializadas, como Viva-Flor, DMPP ou Provid.

O nome “Caliandra”, uma flor resistente e nativa do Cerrado, simboliza a força e a resiliência das mulheres do Distrito Federal. O projeto representa um compromisso do MPDFT em não apenas combater o feminicídio, mas em promover uma cultura de respeito e em oferecer a estrutura de proteção de que as mulheres precisam para reconstruir suas vidas com segurança e dignidade.

O combate ao feminicídio é uma exigência constitucional e uma missão que perpassa a atuação de toda a sociedade. A existência de iniciativas como o Caliandra, fundamentadas em dados, estratégias e parcerias, é um passo fundamental para transformar a realidade da violência de gênero em nosso país.

Visão do Direito



Laura Brito

Advogada especialista em direito de família e das sucessões, possui doutorado e mestrado pela USP e atua como professora em cursos de pós-graduação

O dia internacional das pessoas com deficiência e o direito de escolher

Em 3 de dezembro foi celebrado o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. A data foi criada pelas Nações Unidas em 92 para trazer conscientização e apoio aos direitos dessa população. Pela lei brasileira, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A análise desse conceito já nos traz informações valiosas sobre a nomenclatura e sobre o contexto. A expressão adequada é ‘pessoa com deficiência’ e não portadora de necessidades especiais — é essencial que o reconhecimento da condição de pessoa seja sempre o destaque. Ainda, o que traz limitações para uma pessoa com deficiência

são as barreiras que a circundam, como uma arquitetura hostil ou uma estrutura urbana pensada para apenas uma parte da população.

Compreender a deficiência dessa forma exige uma mudança drástica de postura, pois nos coloca para decidir se queremos ser barreira ou ser acesso. Quando se fala em ambientes acessíveis não se trata de uma mera adaptação, mas da concepção de ambientes e comportamentos que não sejam impeditivos da participação plena das pessoas na sociedade.

As barreiras não são apenas estruturais — elas são, em grande parte, atitudinais. A principal delas, eu diria, é não reconhecer as pessoas com deficiência como protagonistas de suas próprias histórias. Mesmo as pessoas com deficiência intelectual preservam sua autodeterminação. Isso significa que, ainda que não possam tomar decisões no

campo negocial ou fazer gestão financeira, elas devem ser respeitadas em suas preferências, gostos, afetos e identidade. Pessoas com deficiência intelectual constroem relações afetivas que merecem ser reconhecidas e cultivadas.

Esse respeito precisa ser praticado, ainda, nos consultórios médicos, por meio de abordagens que considerem mais uma perspectiva de vida plena à pessoa do que de conformação ou cura como expectativa social. Dentro do possível, é preciso buscar dar conforto e autonomia à pessoa com deficiência. Há também que se buscar uma justiça inclusiva, um processo protetivo, em ações judiciais que tenham como centro o melhor interesse da pessoa com deficiência.

Como ensina Fernando Gaburri, promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia e autoridade no assunto, nos processos de curatela, é preciso que os atores processuais

se dirijam à pessoa com deficiência e não a quem a acompanha. Como ele denuncia, nessas ações, a comunicação é voltada aos familiares, cuidadores e curadores. Mas o centro do processo deve ser a autodeterminação da pessoa vulnerável.

Nesse sentido, precisamos buscar que as curatelas, quando necessárias, sejam proporcionais, personalizadas e decretadas na exata medida das demandas e potencialidades da pessoa com deficiência. Isso não significa estigmatizar a curatela — há casos em que ela é essencial para a proteção dos vulneráveis que, por alguma razão não podem fazer a gestão de suas vidas financeiras. Na realidade, trata-se de conciliar a necessidade de representação com a concretização dos direitos fundamentais. É preciso ter muito zelo para não ser barreira dos afetos no cotidiano corrido dos cuidados, dos consultórios e dos tribunais.

Visão do Direito



Luís Felipe Vieira Rangel

Advogado tributarista em São Paulo, sócio de Dias de Souza Advogados Associados

Reformas, imóveis e o papel do advogado

As reformas tributárias atualmente em curso no país impõem racionalidade e governança aos proprietários e adquirentes de um dos ativos mais tradicionais do Brasil: o imóvel. Há um traço profundo da cultura brasileira vinculado à alocação de riqueza em terras, terrenos e tijolos. O imóvel, aqui, é utilizado como reserva de valor, fonte de renda e um “porto seguro” contra toda sorte de instabilidades.

Essa preferência atravessa gerações, mas entra num novo ciclo com a reforma do consumo (IBS/CBS), os redesenhos propostos para o Imposto de Renda e a crescente mobilidade internacional das famílias. O resultado é um tabuleiro muito mais complexo, no qual escolhas de estrutura, timing e governança valem tanto quanto a qualidade de cada ativo.

A linha do tempo da reforma impõe marcos claros aos planejamentos. Haverá a fase inicial de testes, transição e, depois, a adoção integral. No que se refere ao segmento imobiliário, há pontos que sobressaem, como as locações que tendem a ter alíquota reduzida e apuração por regime de caixa; alienações que operam com redutor setorial; e pessoas físicas, que, em certos patamares, poderão se enquadrar como contribuintes dos novos tributos. Isso redefine cálculos de retorno e pode alterar decisões básicas sobre a manutenção, ou não, do patrimônio na pessoa física, implicar reorganização de holdings ou, ainda, separar carteiras de renda e de

desenvolvimento.

A transição exige atenção ao relógio. Em incorporações e loteamentos, escolhas feitas antes de datas-limite preservam regimes mais suaves; em locações, contratos longos anteriores aos cortes estabelecidos pela legislação ganham relevância. Para famílias locadoras, comparar a carga tributária pré-reforma (PIS/Cofins, ISS) com a do novo sistema por ativo e contrato tem virado rotina.

Do lado da renda, aprovou-se um “IR mínimo” para pessoas físicas, com retenções mensais sobre dividendos considerados elevados e um ajuste posterior anual. Isso pode reposicionar estruturas societárias e impor governança aos dividendos, em especial quanto à sua deliberação, calendário e encaixe com limites mensais. Some-se a isso a elevação das exigências de documentação para definição de políticas de partes relacionadas, contratos coerentes com o uso do ativo e trilhas de auditoria para os créditos e os redutores.

Todo esse rearranjo encontra um Brasil que envelhece e se internacionaliza. Cresce o número de famílias com membros fora do país, rendas em múltiplas moedas e vínculos distribuídos entre capitais globais. Nessa realidade, a residência fiscal deixa de ser só “onde se mora” e passa por conceitos como “centro de interesses vitais” e o velho “ânimo definitivo”. Decisões de estudo, trabalho remoto e doações intergeracionais podem acionar

gatilhos de dupla residência e de tributação, exigindo coordenação prévia entre normas brasileiras e estrangeiras.

No plano micro, a lupa mudou de lugar. A Administração Tributária tem privilegiado a substância econômica e o beneficiário efetivo do rendimento em estruturas como usufruto, fundos e veículos no exterior. Em planejamento sucessório, isso exige cuidado na alocação de poderes e benefícios, assim como coerência entre quem suporta o risco e quem aufer o resultado. Quando a família cruza fronteiras, o desenho deve considerar regras bancárias, controles de capitais e os deveres acessórios.

E o que tudo isso pode significar para a nossa cultura e tradição imobiliária? Em primeiro lugar, que a conversa deixou de ser binária (“pessoa física” ou “pessoa jurídica”?) para se tornar matricial. Avaliar o antes e o depois por ativo e por veículo, testar regimes transitórios, projetar créditos e redutores, mapear quando a pessoa física pode virar contribuinte e entender o efeito das novas regras de renda nas distribuições é o novo normal.

Segundo, que a sucessão e a governança saem do rodapé: acordos de sócios, protocolos familiares, regras de voto, mandato e saída, políticas de distribuição e contingências para eventos de liquidez devem ser definidas antes do estresse. Terceiro, que há janelas para travar condições de transição em projetos, oportunidades

de transformar Capex em dedução futura e decisões de dividendos que pedem coordenação fina com marcos legais.

Cada geração lê os riscos de modos distintos. Alguns podem valorizar a renda do aluguel e os contratos mais longos; as gerações intermediárias podem buscar maior eficiência fiscal e liquidez; sucessores clamam por interoperabilidade global, impacto e flexibilidade para estudar ou empreender fora. Bons arranjos conciliam esses horizontes, combinando a tradição do tijolo com portfólios mais inteligentes, como holdings com governança adequada, fundos imobiliários, Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e, não raro, uma parcela financeira fora do ciclo imobiliário para amortecer os eventuais choques.

E qual é o caminho para a advocacia? Atuar como conselheiro de confiança que enxerga o todo: fluxo de caixa, família, tributação doméstica e internacional e as novas regras do jogo. É traduzir norma em decisões executáveis, com planilhas, roteiros e métricas para entregar previsibilidade em momentos de mudança. Em um país que aprendeu a guardar riqueza em imóveis, a melhor inovação talvez seja resgatar o básico, consistente em informação útil, decisões bem documentadas e governança clara. Planejar, afinal, é dar às próximas gerações algo tão valioso quanto o próprio patrimônio: a liberdade de fazer boas e seguras escolhas.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família e sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório Jurídico

As exigências legais para a emancipação

Antes de serem abordados quais são os critérios para que haja a emancipação, primeiramente, precisamos saber quais são as faixas etárias da classificação da menoridade e maioridade civil. No Brasil, toda pessoa menor de 16 anos é considerada absolutamente incapaz em razão da idade para exercer atos da vida civil. Isso significa que, precisa ser representada por seus genitores ou tutores, no que

concerne direitos e obrigações.

Dos 16 aos 18 anos, o indivíduo já possui relativa autonomia, assim seu representante legal não mais irá representá-lo, mas assisti-lo no ato a ser realizado. Importante destacar que o Código Civil permite que pessoas nessa faixa etária sirvam como testemunhas e possam fazer testamentos sozinhos. Por fim, após os 18 anos, a pessoa adquire integral capacidade civil e penal, e com isso, será o próprio responsável por seus atos e a repercussão que deles advier.

Ocorre que, por determinadas situações fáticas, pode a pessoa ter a necessidade ou a vontade de antecipar os efeitos

da maioridade civil, antes de ter completado 18 anos de idade, assim, teremos a conhecida emancipação. Na prática, a legislação elenca em quais situações ocorrerá a emancipação: quando o menor tiver 16 anos completos, poderão os pais conceder mediante instrumento público ou por sentença judicial; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau em curso de ensino superior; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos tenha economia própria.

É de extrema importância observar

que a emancipação civil não gerará efeitos na esfera criminal ao menor de idade, logo, o menor de 18 anos continuará sendo penalmente inimputável, ou seja, no momento da prática do crime, parte-se do pressuposto que ele não teria a capacidade de compreensão do caráter ilícito cometido, de acordo com o art. 27 do Decreto-Lei 2.848, de 1940 e art. 2º da Lei 8.069, de 1990. Feitas essas considerações, aquela pessoa que tiver 16 anos ou mais, estando emancipada, terá equivalência aos 18 anos, no âmbito civil, para plenamente contrair obrigações e exercer direitos sem a necessidade de assistência dos seus pais ou de tutores.

Visão do Direito



Sueny Almeida

Advogada especialista em direito tributário, escritório Veloso de Melo

Reforma da renda: o que de fato muda no IRPF

A Reforma Tributária brasileira está avançando para além dos tributos sobre o consumo. Em 2025, o governo federal deu início reforma da renda, formalizada no Projeto de Lei 1087/2025, atualmente, apenas aguardando a sanção presidencial.

O objetivo central é corrigir distorções históricas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), tornando a tributação mais justa e coerente com a capacidade contributiva de cada cidadão.

Em termos práticos, o projeto não reescreve a tabela do IRPF, mas altera o cálculo do imposto para a base e para o topo da distribuição, combinando um redutor para rendas menores com uma alíquota efetiva mínima para rendas muito elevadas. A promessa política é aliviar quem ganha menos e exigir mais de quem ganha muito, mas a execução envolve escolhas técnicas relevantes.

O desenho parte de duas frentes. A primeira é a redução do IR para quem recebe até R\$ 5.000/mês, por meio de um redutor aplicado sobre o imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual. A tabela progressiva permanece, mas o redutor zera o imposto até esse patamar e vai se esvaindo conforme a renda mensal se afasta de R\$ 5.000 deixando

de ter efeito prático por volta de R\$ 7.350.

A segunda frente é a criação de uma tributação mínima para altas rendas de pessoas físicas. A lógica é fechar a porta para situações em que a alíquota efetiva no topo fique inferior à de faixas médias por combinação de rendas pouco ou nada tributadas. O projeto, portanto, reafirma a progressividade por duas vias: alívio na base e um piso de contribuição no topo.

O PL também incrementa o desconto simplificado na declaração de ajuste anual, o que, para perfis de declaração mais simples, tende a ampliar o efeito de alívio no fechamento do ano-calendário.

O termo “neutralidade” percorre todo o debate: se há renúncia de receita com o redutor, é preciso compensação com a tributação mínima para que as contas públicas não sofram. Aprovar somente o alívio tornaria a equação fiscal desequilibrada; aprovar o pacote como um todo é o que dá coerência à engenharia. Para empresas e contribuintes, a mensagem prática é clara: os efeitos devem ser lidos conjuntamente.

O ponto mais sensível de curto prazo está nos lucros de 2025. O projeto desenha uma regra de transição: lucros apurados em 2025 podem ter tratamento diferenciado se a distribuição for aprovada até 31/12/2025 por ato societário válido e programada para

pagamento ao longo de 2026 a 2028, observadas as formalidades cabíveis.

Na prática, o contribuinte que deseja se beneficiar da transição deve documentar a decisão societária (assembleia/reunião/ata, conforme o tipo societário e o contrato/estatuto), fixar o cronograma e cumpri-lo. Para remessas ao exterior, é prudente organizar dossiê (atos, balanço, memórias de cálculo) para mitigar exigências bancárias.

A base da tributação mínima é um conjunto legalmente definido de rendimentos. Alguns itens ficam fora, por exemplo: poupança, certos títulos isentos/alíquota zero, indenizações por acidente e danos — ressaltados lucros cessantes, e há tratamento específico para os lucros de 2025 quando obedecida a transição.

Atenção às doações: a exclusão destacada pelo projeto alcança adiantamento de legítima/herança; outras modalidades tendem a integrar a base da renda mínima, exigindo cautela em planejamentos patrimoniais.

Efeitos práticos para pessoas físicas e empresas:

O IRRF de quem recebe até R\$ 5.000 tende a ir a zero com o redutor; acima disso, o efeito decresce e desaparece próximo a R\$ 7.350. Departamentos de pessoal devem parametrizar o cálculo a partir de 2026.

Pró-labore x dividendos: o pró-labore segue a tabela; dividendos passam a interagir com retenções, ajuste anual e renda mínima, respeitadas as regras de transição.

Ajuste anual: retenção não é tributação definitiva. Haverá encontro de contas na DIRPF do ano seguinte, com abatimento do que foi antecipado.

Como o PL não altera as alíquotas da tabela, o debate recai sobre o mecanismo do redutor e o piso no topo. Há quem critique “degraus” ao redor do fim do desconto; por outro lado, a tabela escalonada continua operando e o redutor é uma política de alívio com escopo definido. Em termos constitucionais, a proposta conversa com capacidade contributiva e isonomia, reforçando a progressividade efetiva ao impedir que rendas muito altas fiquem com carga inferior à de faixas médias.

Checklist imediato: mapeie rendas de 2025 (salários, pró-labore, dividendos, doações, ganhos); se houver lucros de 2025, delibere e documente a distribuição até 31/12/2025 com cronograma 2026–2028; revise contratos/estatutos para identificar o órgão competente e a necessidade de registro; ajuste folha para 2026 e simule o impacto no IRRF. Planeje a DIRPF considerando o desconto simplificado e a interação com a renda mínima e prepare dossiê para remessas ao exterior se aplicável.

Visão do Direito



Gabriela Alves

Advogada da área cível do Diamantino Advogados Associados tributário, escritório Veloso de Melo

Herança digital deve seguir rito dos bens materiais

A tecnologia alterou a forma como as pessoas se relacionam, armazenam informações e constituem patrimônio. Fotos, contratos, moedas virtuais, senhas e perfis em redes sociais passaram a integrar o acervo das pessoas, criando um desafio ao direito sucessório: o tratamento jurídico dos bens digitais.

Recentemente, o STJ enfrentou o tema: a herdeira solicitou o acesso aos dados nos dispositivos eletrônicos da mãe, sustentando que poderiam existir informações patrimoniais relevantes nos iPads e iCloud.

Com a negativa do juízo de primeiro grau em oficiar a Apple, a controvérsia chegou à 3ª Turma do STJ, que entendeu que o acesso aos bens digitais depende de um incidente processual específico de identificação, classificação e avaliação de bens digitais.

O fundamento adotado pela maioria aponta

para a necessidade de preservar a intimidade e os direitos da personalidade do falecido e de terceiros. Diante da ausência de previsão legal e da complexidade técnica do tema, o incidente funcionaria como um instrumento para equilibrar o direito à herança com a proteção da esfera privada e a atuação de um “inventariante digital”. Nomeado pelo juiz, o profissional deveria identificar e relatar os bens digitais, cabendo ao magistrado decidir quais seriam transmissíveis.

Embora a posição do colegiado busque oferecer segurança jurídica, o entendimento traz preocupações legítimas. O voto divergente, do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, propõe uma leitura mais próxima aos princípios do direito civil, especialmente o da sucessão universal previsto no artigo 1.784 do Código Civil.

Segundo o ministro, condicionar o acesso dos herdeiros a um incidente processual autônomo cria uma barreira desnecessária,

burocratiza o inventário e afronta a lógica da transmissão imediata da herança. Afinal, se o patrimônio físico é transmitido aos sucessores, não haveria razão jurídica para tratar os bens digitais de forma distinta.

O argumento de que o acesso poderia violar a intimidade não justifica um regime processual especial. A proteção à privacidade já é assegurada pelo segredo de justiça e pelos institutos do abuso de direito e da responsabilidade civil. Caso um herdeiro exceda seus limites, o ordenamento dispõe de meios adequados para coibir e reparar tais condutas.

O voto vencido ainda ressalta um ponto fundamental: os herdeiros são os mais legitimados a gerir e filtrar o acervo digital do falecido. São eles que possuem o vínculo familiar, o interesse na preservação da memória e o dever de respeito à intimidade do ente querido. Transferir essa atribuição a um terceiro significa afastar o núcleo

familiar de um papel que lhe é naturalmente atribuído pelo direito das sucessões.

A criação de um incidente processual para tratar dos bens digitais corre o risco de transformar o inventário em um procedimento desconectado da realidade, infringindo os princípios da cooperação e da celeridade. O direito, por essência, deve adaptar-se às transformações sociais sem se perder em formalismos.

A solução mais equilibrada é aquela defendida no voto divergente: os bens digitais devem seguir a regra geral da sucessão universal, sendo transmitidos aos herdeiros da mesma forma que os bens materiais. O juiz do inventário poderá, caso necessário, instaurar incidente apenas para fins de identificação e avaliação, sem impor uma nova figura processual. Essa interpretação preserva a coerência do sistema, evita entraves desnecessários e reafirma que o direito deve servir à vida — e não o contrário.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 4 de dezembro de 2025

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expôress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

QUITINETES

R MACAÚBA sl 36m2 garagem nasc próx ao metrô R\$ 240 mil Tr: 99985-7115.

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Os melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vaza-do, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vaza-do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vaza-do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

****PARTICULAR****
SQS 312, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 Canto 171m privativo 4garagens desocup 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS



ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 GUARÁ

GUARÁ

3 QUARTOS

PROPRIETÁRIO VENDE
QE 26 casa próx. feira metrô 4 DP It 200m2 nasc 4vgs 4wc 2 stes ac casa It 120m2. Tr: 99985-7115

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

AMPLA ÁREA VERDE
QI 03 Ponta Seca. 3 pavos 5 stes lazer compl. R\$3.200.000 Ac imóvel (-)valor **MAPI** Whats 98522-4444 cj27154

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

1.3 SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

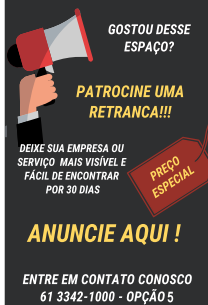
4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadral Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS



CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS

AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guará Tr.99857115 c1533

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 1939

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis
para quem quer
comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.



CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.4 ÁGUAS CLARAS

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte
2 salas juntas reforma-
das 99275-8882 cj.6210
phimoveis.com.br

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vis-
ta excel lote 504m2. Pre-
ço ocasião. 98481-4268

GUARÁ

SR. IMÓVEIS

QI 08 Excelente Lote co-
mercial, 400m2. Poden-
do construir 3 vezes.
Aceito 100% em imó-
veis 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417

SR. IMÓVEIS

QI 08 Excelente Lote co-
mercial, 400m2. Poden-
do construir 3 vezes.
Aceito 100% em imó-
veis 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lo-
te Bairro Taquari
742m2, quitado, esqui-
na, ótima localização CJ
5211 3322-3443

1.5 PARK WAY

PARK WAY

SR. IMÓVEIS

MSPW QD 13 Vdo Lote
Fração de 2.500m2 .
Bem localizado. Aceito
imóvel de maior ou me-
nor valor. Tratar 99109-
6160 Sr Imóveis cj9417

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovila
BR 251 Cavas / Bai-
xo c/água, casa, cerca-
da, etc... doc Ok. .
(61) 98202-7591 ou
99514-7645

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000
m2. 3552-4358 c/12179

VENDO CHÁCARA
PONTE ALTA SUL
5.000m. Pertinho da pis-
ta. R\$95.000. Ac carro
(61) 99683-0205

SANTO ANTONIO do
Descoberto aprox. 39
alq., Cor. IV, Fazenda
Lag - Gleba 3, muita
água - Tr: 98145-7697

OUTROS ESTADOS

BALSAS-MA Fazenda
196ha em Balsas/MA,
desmembrada da Gleba
Serra fo Penitente IV,
Faz. Rocha. Inicial R\$
2.944.000,00
(Parcelável)
joserodovalholeiloes.
com.br 0800-707-9272

TAGUATINGA-TO azen-
da 225ha em
Taguatinga/TO, Lot. Ta-
guatinga. Fazenda Vale
do Rio Grande. Inicial
R\$ 1.862.500,00
(Parcelável)
joserodovalholeiloes.
com.br 0800-707-9272

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02
Bl B It 13 ap 102 al 3q
ref a.emb sl cz wc asv \$
1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02
Bl B It 13 ap 102 al 3q
ref a.emb sl cz wc asv \$
1.400 991577766 c9495

2.2 ASA NORTE

STN SOF Norte Qd 02
Bl B It 13 ap 102 al 3q
ref a.emb sl cz wc asv \$
1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02
Bl B It 13 ap 102 al 3q
ref a.emb sl cz wc asv \$
1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz a99112-3703 /
3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz a99112-3703 /
3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz a99112-3703 /
3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imó-
veis de Brasília você
encontra aqui!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

2.3 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo ap-
to 3 qtos 110m2 1
su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m2. 99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid.
Supremo Aluga-se loja
c/ apróx 51,79m2 e 01
banheiro. R\$ 3.400,00
3355-2005/ 98141-1639
Imob. Forte cj7118

RUA 14 NORTE Resid.
Supremo Aluga-se loja
c/ apróx 51,79m2 e 01
banheiro. R\$ 3.400,00
3355-2005/ 98141-1639
Imob. Forte cj7118

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

SCLRN 704 Prédio de
frente W3 com subsolo,
térreo, 1 andar com
200m2 no 3 pavimento.
Tr. 3042-9200/ 99109-
6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

SCLRN 713 Bl A Loja
de frente W3 com térreo
e subsolo, 120 metros.
Tratar: 3042-9200 ou
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comer-
cial, Avenida do hospital
c/elevador 99976-4334

ST OESTE alugo loja co-
mercial. Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

GAMA

GAMA

ST CENTRAL Alugo sa-
las comerciais. Tr.
99976-4334

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU
ambiente calmo, com no-
va equipe. 61 3326-
7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU
ambiente calmo, com no-
va equipe. 61 3326-
7752 / 61 99200-4541

4.4 COMEMORAÇÕES E EVENTOS

FESTAS

CONTRATE EXTREMO-
SOM . Som. iluminação
, DJ eventos em geral
(61) 98411-9036 Edinho

CONTRATE EXTREMO-
SOM . Som. iluminação
, DJ eventos em geral
(61) 98411-9036 Edinho

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

OUTROS PROFISSIONAIS

ROMÁRIO

MONTADOR DE MÓVEIS
PRECISANDO de mon-
tador de móveis ? Mon-
tagem e desmontagem
de móveis e gôndolas,
troca de dobradiças e
corrediças , instalação
de TV e cortinas . Mais
de 20 anos de experiên-
cia garantindo qualida-
de e confiança. Solici-
te já o seu orçamento.
Tratar (61) 99598-5046

4.7 DIVERSOS

MÓVEIS E ESTOFADOS

VENDO

CAMA, COLCHÃO e Ge-
ladeira seminovos. Tudo
R\$1.000 99230-2525

VENDO

CAMA, COLCHÃO e Ge-
ladeira seminovos. Tudo
R\$1.000 99230-2525

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÃO

A EMPRESA Humanas Serviços Empresariais, CNPJ: 23.611.820/0001-00 solicita o comparecimento do colaborador Clisma Cleilton Albuquerque de Souza , a comparecer na empresa no prazo de 24 horas tendo em vista que o mesmo não comparece para trabalhar desde o dia 27/10/2025 não apresentou nenhum documento que abone ou justifique sua ausência.

MÍSTICOS

CODÓ DO MARANHÃO AMOR EM 7 HORAS

ABA amor em 7 horas, trago amor de volta rápido, curo depressão, vício, trago prosperidade, sorte em jogos e passar em concursos. Afasto rival. Não cobro consulta (61) 9.9149-8430

AMARRAÇÃO AMOROSA TARÔ DOS ANJOS MÃE HELOISA - SIA

FAÇO UNIAO de casal , afastamento de rivais , limpeza de corpo , aberturas de caminho c/ rezas e passes espiritual, trato impotência e cura vícios . Trabalhos p/ todos fins. Consulta 01 cesta básica, Fazemos consulta presencial/ online Tr. 98224-9880

ASTRÓLOGA INÊS

Faz todo tipo de trabalho. Joga-se cartas búzi- os tarô 61 98665-1870

DONA PERCILIA

FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line . (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

COROA VIP 24HORAS

ELOIZA 50ª viúva discreta p/idosos massg morto só 61 982229938 208N

5.7 ACOMPANHANTE

FAÇO ORAL

GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109

JÚLIA 30 ANOS

FAÇO ORAL sem até o fim e deixo finalizar ma boca! (61) 99917-9788

CARLOS MACHÃO -- Super sigiloso e discreto (61) 99642-9963

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS

AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE CÂMARA FRIA

CONTRATA PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Enviar CV para: rh@germana.com.br

PROCURA-SE

CASEIRO PARA CHÁ-CARA no DF. Salário a combinar. 98248-0007

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

caesb

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

COMPANHIA AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO-ASV

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental- IBRAM/DF, a Autorização de Supressão de Vegetação- ASV nº 2053.8.2025.63720-IBRAM, referente às obras de implantação de redes coletoras de esgoto e elevatória de esgoto bruto do Setor Estância Planaltina, localizada na Região Administrativa de Planaltina - DF (RA – VI). Processo nº 00391-00000688/2025-00. Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal- CAESB.

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE BRASILIA RESIDENCIAL 1

Assembleia Geral Ordinária (AGO)

Edital de convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Presidente do Conselho Diretor da ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE BRASILIA RESIDENCIAL 1, estabelecida na Rua 18, Quadra A.C, Lote 01, Jardim ABC, Cidade Ocidental-GO, conforme determina o Estatuto da Entidade, CONVOCA todos os associados, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada no próximo dia 14 de dezembro de 2025 (domingo). Local: Clube da Associação; End.: Rua 18, Quadra AC, Lote 01, Jardim ABC, Cidade Ocidental-GO; Horário: 08:30h Primeira convocação, com presença mínima de metade mais um dos associados; 09:00h - Segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ANO DE 2025.

Pauta:

I. Eleição e posse dos novos membros do conselho diretor, para o biênio 2026/2027, conforme disposto no artigo 24 do estatuto social da Associação; II. Eleição e posse dos membros do conselho fiscal, para o biênio 2026/2027, conforme disposto no art igo 44 do estatuto social da Associação; III. Eleição e posse do Ouvidor, para o biênio 2026/2027, conforme disposto no artigo 48 do e estatuto social da Associação; IV. Deliberação sobre as pr estações de conta de abril a setembro 2025; V. Deliberação sobre a pr evisão orçamentária do ano 2026; VI. Deliberação sobre o plano de obras, investimentos e eventos do ano 2026;

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

* Todos os presentes deverão estar munidos de documentos de identificação, que permitam comprovar a sua condição de Associado junto aos registros da Associação de Moraes, ou munido de procuração. Os representantes legais das pessoas jurídicas, deverão comprovar tal condição mediante a apresentação do contrato social ou Ata de Eleição de Diretoria, ou procuração, se for o caso; * Somente poderão votar na assembleia, os Associados que estiverem em dia com suas obrigações junto à Associação; de acordo com o capítulo IV, artigo 20, Parágrafo Primeiro; * At ualize seu cadastro na administração para evitar problemas no dia da assembleia; * As decisões das assembleias obrigam a todos os Associados, ainda que a eles não tenham comparecido ou votado, a acatar as decisões. Por isso, sua presença é muito importante.

gndbr

Brasília (DF), 04 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE BOTELHO FERREIRA

Presidente

6.1 NÍVEL BÁSICO

CASEIRO

Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

DOMÉSTICA

CONTRATA-SE c/ experiência p/ guas Claras/ Park Way 99988-0905

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM EXPERIÊNCIA

p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

CONTRATA-SE 1

VAQUEIRO (Casado) p/ Fazenda c/ experiência. Sem Vícios. Tr: (61) 99939-4445

LAVADOR DE VEÍCULO

EXPERIENCIA minima 02 anos F: 97403-5000

Endereço: QS 03 lote 29 loja 01 Taguatinga Sul - PHD Automoveis

PET SHOP PRECISA

BANHISTA COM experiência, pontual e gostar de animais, 44 hs semanais, R\$ 1.800 +VL Transporte e 2 folgas/mês. Currículo p/ Zap: 61 99606-6235.

SOLUÇÃO PARABRISAS

CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas . Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Templo Budista NAMBEI HIGASHI HONGANJI convoca os associados para A.G.O.dia 13.12.2025, as 13 horas, na CNB 3 Lote 14 Taguatinga para Prestacao Conta, Relatório Atividade, Eleição 2026 e outros.

Presidente Waldemar H. Umeda

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE

AJUDANTE DE PRODUÇÃO p/ trabalhar c/ comunicação visual . CV: (61) 98424-5020 ou digidoor1@gmail.com

SIA PASTEL CONTRATA

ATENDEDO DE BALCAO para trabalhar de segunda à sábado em horário comercial. Salário + produtividade. Tr: Zap: 3234-3599

ESCOLA CONTRATA

AUXILIAR DE INFORMÁTICA , diagramador, editor de texto ou designer p/ diagramar ou formatar documentos do word: apostilas, provas e etc. Enviar CV: rh.educacaobasica@gmail.com

DESIGNER GRAFICO

CONTRATO c/ exper. em CORE e Acabamento. Para trabalhar Recanto das Emas . Enviar currículo: bervan.sucesso@gmail.com

CONTRATA-SE

GERENTE DE PRODUÇÃO p/ trabalhar c/ comunicação visual . CV: (61) 98424-5020 ou digidoor1@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CLÍNICA NA ASA NORTE

MASSAGISTA Precisa-se de 2 (duas) c/ ou s/ exp c/comissão e treinamento. 411N Comercial (61) 98214-4880 Elen

CONTRATA-SE

MOTORISTA CATEGORIA "D" c/ curso de muck; Pedreiro e Empilhador. Enviar Currículo p/ premoldadosvagas@gmail.com

TÉCNICO INFORMÁTICA

c/ exper. R\$ 2.100, + VT Local: A.Norte CV: rh.rmctec@gmail.com

AUXILIAR DE ALMOXARIFE

CONTRATAMOS PARA trabalhar em indústrias de alimentos em Samambaia com experiência comprovada em CTPS. Currículo para: rh@germana.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação Nipo-Brasileira de Melhor Idade convoca os associados para A.G.O.dia 14.12.2025, as 12 horas, QSC 5 lote 5 AE – Taguatinga para Prestacao de Conta, Relatório Atividade, Eleição 2026 e outros.

Presidente: Waldemar H. Umeda

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90102/25

OBJETO: Aquisição de licenças do software Figma, pelo prazo de 12 (doze) meses.

DATA DA ABERTURA: 18/12/2025, às 10h.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90103/25

OBJETO: Aquisição de televisores de grande porte e multivisualizadores, novos e para primeiro uso.

DATA DA ABERTURA: 16/12/2025, às 10h.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90104/25

OBJETO: Aquisição de softwares de arquitetura da marca TRIMBLE modelos SKETCHUP PRO e SKETCHUP STUDIO, incluindo suporte técnico e atualizações, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

DATA DA ABERTURA: 18/12/2025, às 10h.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90105/25

OBJETO: Prestação de serviços continuados na área de descrição e registro em sistema informatizado de documentos manuscritos, impressos e audiovisuais, da Câmara dos Deputados, com regime de dedicação exclusiva, pelo período de 12 (doze) meses.

DATA DA ABERTURA: 18/12/2025, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE

Pregeiro

PECINI

LEILÕES

Swiss Park

EDITAL DE LEILÃO SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Jucesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias 09/12/2025 e 11/12/2025, às 15h45, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, e posteriores alterações, do imóvel: Lote nº 15, Quadra nº 49, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 17, Cidade Ocidental/GO. Área do Terreno de 300,00m². Matrícula nº 12.265 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 754915 e inscrição nº 1.75.00049.00015.0. Consolidação da Propriedade em 11/11/2025. DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º LEILÃO: R\$ 127.089,59. 2º LEILÃO: R\$ 142.971,41. Devedor Fiduciante: Moizes Dourado de Jesus, CPF nº 068.707.521-17.

Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) os débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado ATÉ as datas dos leilões serão quitados pela CREDORA FIDUCIÁRIA, ficando o Arrematante responsável por eventuais valores não apurados e os que vencerem APÓS as datas dos leilões; iv) na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e condomínio vencidos antes dos leilões; v) custas e despesas para regularização de eventual construção/benfeitoria; vi) verificação do imóvel e de eventuais ações judiciais em andamento; vii) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; viii) desocupação, na hipótese de ocupado; ix) venda ad corpus, o imóvel será entregue no estado em que se encontra. Os Leilões serão realizados na modalidade online. Fica o fiduciante desde já intimado das datas dos leilões para todos os fins legais. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485, Fones: (19) 3794-2044 - (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

ERRATA: Serve a presente errata para constar que o valor do 1º Público Leilão é de R\$ 127.089,59 e o valor do 2º Público Leilão é de R\$ 142.971,41, e não como constou nos anúncios publicados neste jornal nos dias 29 de novembro de 2025 e 02 de dezembro de 2.025. Esta publicação corrige as anteriores.

6.1 NÍVEL MÉDIO

VIDRAÇARIA BRÁSILIA

214 SUL CONTRATA

VIDRACEIRO COM EXPERIÊNCIA em vidro comum e temperado, habilitado. Horários Segunda a sexta 8:30 às 18h e sábados 8:30 às 13h. Enviar CV A/C Isabel Whats 98259-0077 vidracariabrasilia2009@gmail.com

IICA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA.

EDITAL Nº 273/2025

ORGANISMO INTERNACIONAL

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

BRA/IICA/24/002

SELECIONA CONSULTOR(A) POR PRODUTO

Código: TR/PP/IICA-39348

Realização de estudos sobre a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e sua articulação com outras políticas públicas nos estados do Nordeste, com o objetivo de subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação desses programas e proposição de conteúdos e metodologias para ações de capacitação adaptados às necessidades e realidades estaduais e ou territoriais. (Paraíba/PB)

Formação: Graduação em Agronomia, ou Agroecologia, ou Ciências Agrícolas, ou Recursos Florestais e Engenharia Florestal, ou Zootecnia, ou Ciência e Tecnologia de Alimentos, ou Nutrição, ou Ciências Sociais: Economia, ou Administração Pública, ou Sociologia, ou Antropologia, ou Ciência Política, ou Direito, ou Pedagogia, ou Serviço Social.

Experiência Profissional: Experiência profissional mínima de 4 anos em participação ou condução de projetos ou programas de extensão ou pesquisa, ou gestão de política pública nas temáticas da segurança alimentar e nutricional e inclusão socioprodutiva rural.

Vigência Contratual: 360 dias

Número de Vagas: 1

Outras Informações: Para participar do edital de seleção os candidatos deverão se cadastrar no processo, impreterivelmente até o dia 11/12/2025 às 23:59:00h. A responsabilidade pelo processo seletivo de serviços técnicos de consultoria é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. A íntegra do edital e o resultado da seleção (após processo seletivo) poderão ser visualizados na página do IICA <https://www.iica.int/p/node/75>

Fundamento Legal: Decreto nº 5151, de 22/07/04, Portaria MRE Nº 08 de 04/01/2017.

EDITAL

LUIZ GUSTAVO LEÃO RIBEIRO, Registrador do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc...

FAZ saber que, por parte de WLACIMAR PEREIRA DA SILVA, empresário, CPF nº 244.087.001-34, casado com FABIANA DE CASTRO NAPOLI, professora, CPF nº 690.135.351-00, brasileiros, casados sob o regime da separação de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residente nesta Capital, foi apresentada neste Serviço Registral uma Escritura Pública de Instituição de Bem de Família, lavrada em 01/08/2025, às fls. 181/183, no Livro 6008-E, do 1º Ofício de Notas de Brasília/DF, pela qual, nos termos dos artigos 1.711 a 1.722 do Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis, o acima qualificado constituiu o imóvel adiante discriminado como BEM DE FAMÍLIA, destinando-o para sua residência e de sua família, ficando isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao próprio imóvel, ou de despesas de condomínio, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial. Pelo instituidor foi declarado que o citado imóvel encontra-se livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, arresto, sequestro, foro ou pensão, tendo sido atribuindo ao imóvel o valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Imóvel objeto da instituição de bem de família: Lote de terreno nº 14, da QL 05/01, do SHIS/SUL desta Capital, medindo 20,00m pelas frente e fundo e 27,00m pelas laterais esquerda e direita, ou seja, a área de 540,00m², formando uma figura regular e limitando-se com os lotes 16 e 20 da mesma quadra, que recebeu a seguinte numeração predial (Casa nº 14, Conjunto 06, da QL-14 do SHIS/SUL), desta Capital, devidamente matriculado sob o nº 49731. Fica a mencionada escritura de instituição de bem de família à disposição dos interessados, neste Serviço Registral, no Setor Comercial Sul, Quadra 08, Bloco "B-60", Sala 240-A, Edifício Venâncio 2000, devendo as reclamações daqueles que se julgarem prejudicados serem apresentadas por escrito ao Oficial que este subscreve, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. Findo o prazo e não havendo reclamação, será efetuado o registro. Dado e passado nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, aos 28 de novembro de 2025 (28/11/2025).

LUIZ GUSTAVO LEÃO RIBEIRO

OFICIAL

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE